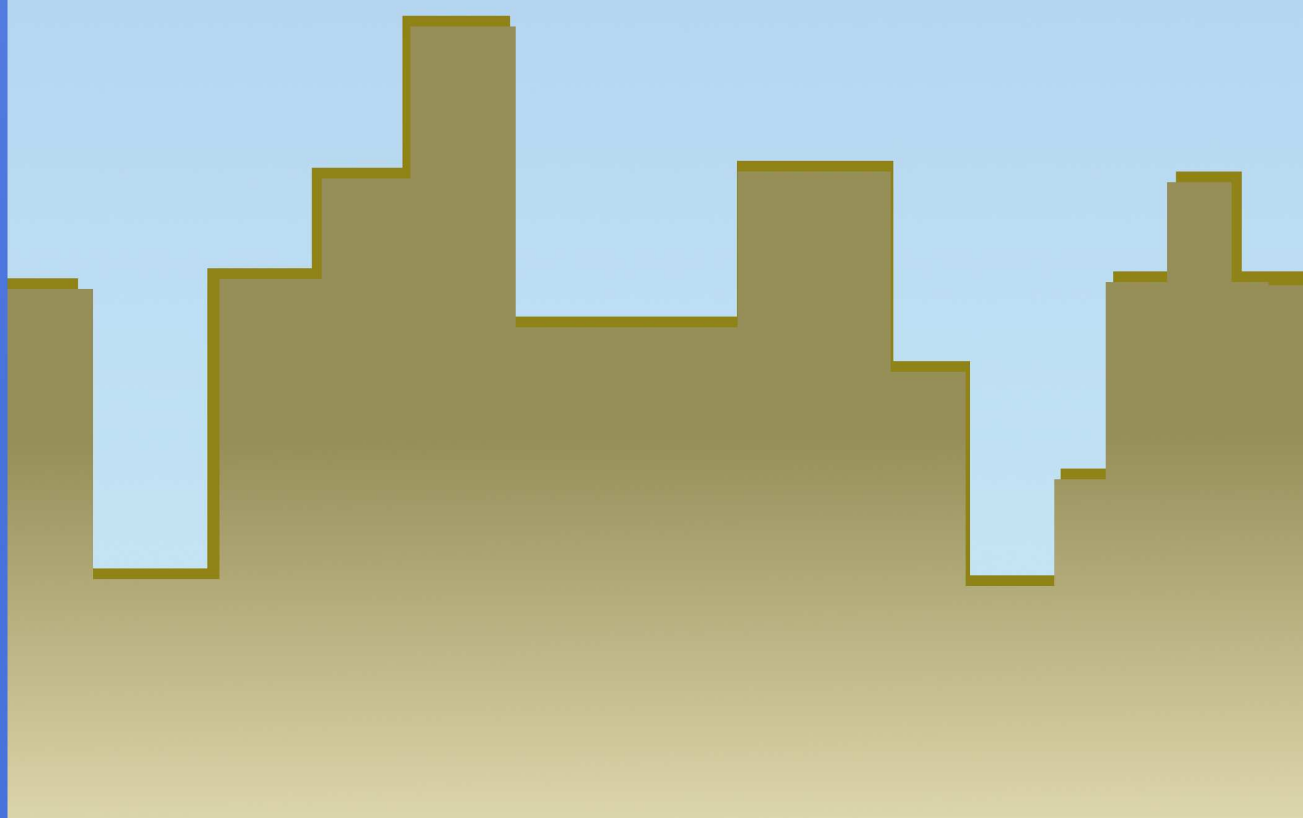


Câmara dos Deputados

Comissão de Educação



Relatório de Atividades
2013



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Brasília, dezembro de 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
<i>Gabriel Chalita Presidente</i>	5
PARLAMENTARES DA COMISSÃO	6
PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO	6
TITULARES	7
SUPLENTES	8
EQUIPE TÉCNICA	10
ESTATÍSTICAS	11
SUBCOMISSÕES	14
PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM 2013	15
Projetos de Lei e Projetos de Decreto Legislativo	15
Requerimentos	27
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	40
PRÊMIO DARCY RIBEIRO 2013	41
SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	43
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO	46
Seminário Nacional do Observatório da Educação	46
Seminários Regionais do Observatório da Educação	52
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS e OUTROS SEMINÁRIOS	61



APRESENTAÇÃO



O ano de 2013 foi marcante para a história da Comissão de Educação. No início do ano, a antiga Comissão de Educação e Cultura foi desmembrada, sendo, assim, constituídas a Comissão de Educação e a Comissão de Cultura.

A mudança foi muito importante, pois a Comissão passou a se debruçar, especificamente, sobre os projetos atinentes à Educação. Os números, ainda que não traduzam a profundidade dos temas debatidos, revelam a intensidade dos trabalhos desenvolvidos pelos parlamentares da Comissão: realizamos 32 reuniões deliberativas, 37 audiências públicas, 18 seminários, 8 palestras em parceria com a Frente Parlamentar da Educação, além de visitas a escolas e outros eventos, totalizando 100 reuniões. Além disso, deliberamos sobre mais de 200 proposições dentre projetos de lei, decretos legislativos e requerimentos.

Merece especial destaque a criação do Observatório da Educação que reúne experiências exitosas em Educação desenvolvidas em todo o Brasil com o objetivo de disseminar essas boas práticas. Os membros da Comissão de Educação participaram, ativamente, de todo o processo, coordenando os Seminários em seus respectivos Estados. No mês de dezembro, realizamos o Seminário Nacional com a apresentação das melhores experiências colhidas em cada um dos Seminários Regionais.

O Prêmio Darcy Ribeiro, neste ano de 2013, homenageou a Fundação Lemann, o Instituto Padre Vilson Groh e o Instituto Plena Cidadania. Cada um recebeu um diploma de menção honrosa e outorga de medalha com a efígie do Professor Darcy Ribeiro.

A educação em tempo integral foi, também, densamente debatida durante o Seminário Internacional de Educação em Tempo Integral, que reuniu especialistas do Brasil e de países como Portugal, Espanha e França. Atualmente, o tempo médio que os estudantes brasileiros passam dentro da escola é de quatro horas diárias. E os especialistas concordam que quanto maior for a permanência da criança na escola, com atividades pedagógicas, esportivas e culturais, melhor será o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. O direito à educação não se consolida, apenas, com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

acesso ao ensino regular de ensino. Crianças e jovens precisam ser cuidados em toda a sua formação, ter acesso à alimentação adequada, ter reforço nos estudos, dispor de práticas diversas de esportes e de manifestações culturais.

O bullying também foi tema de debates com a aprovação de projeto de lei que aloca, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, um dispositivo para a promoção de ambiente escolar seguro e para a adoção de estratégias de prevenção e combate a essa prática. Segundo o projeto, as instituições de ensino públicas e privadas, assim como estabelecimentos congêneres de convivência coletiva, deverão adotar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e intervenção ao bullying. Traz também o conceito de cyberbullying como o uso da internet para atingir a honra e a imagem de pessoa, incitar a violência, adulterar fotos, fatos e dados pessoais. O projeto preceitua que os sistemas e instituições de ensino desenvolvam programas para capacitar os profissionais da escola, criem grupos de apoio, envolvam a comunidade e a sociedade, em geral, no combate ao bullying, identifiquem os praticantes e vítimas da violência, valorizem as individualidades de cada um e promovam a reinserção social de todos os envolvidos no processo.

A Comissão, também, aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Pelo texto aprovado, as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, para desenvolver ações voltadas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Também serão atendidas, por essas equipes, as necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando. Os sistemas de ensino, de saúde e de assistência social terão o prazo de um ano para se adequar ao cumprimento do projeto.

A Comissão de Educação aprovou, ainda, um projeto que obriga o poder público a manter programa de acompanhamento integral para estudantes com transtornos de aprendizagem, para crianças disléxicas ou com déficit de atenção, compreendendo a identificação precoce, o encaminhamento para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino e o apoio terapêutico especializado na rede de saúde. A Comissão protagonizou os debates para aprovar o projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES na Câmara dos Deputados, com a finalidade de supervisionar e avaliar instituições e cursos de educação superior no



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

sistema federal de ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.

Os parlamentares da Comissão de Educação indicaram três emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2014. A primeira no valor de R\$ 300 milhões é destinada ao Instituto Militar de Engenharia - IME e à Escola de Saúde do Exército. A segunda, de R\$ 800 milhões, será para o apoio a iniciativas voltadas para o desenvolvimento, a universalização e a melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica. A terceira emenda indicada pela Comissão, no valor de R\$ 300 milhões, destina-se à assistência ao estudante de ensino superior, com o objetivo de apoiar a permanência de alunos de baixa renda, matriculados nos cursos de graduação das instituições federais, por meio de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, de modo a reduzir as desigualdades sociais e regionais e a democratizar a permanência desses alunos no ensino superior.

A Comissão de Educação trabalhou com igual afincamento para a aprovação do projeto que direciona recursos dos royalties do petróleo para educação e saúde, sendo 75%, da exploração fora da camada do Pré-sal, para educação e 25% para a saúde. Os recursos serão usados para cumprir as metas propostas no Plano Nacional de Educação – que tramita no Senado Federal – em especial a meta que direciona 10% do PIB brasileiro para o setor.

Há muito, ainda, a ser feito para a melhoria qualitativa da educação. E muito se tem avançado nessa direção. Em 2013, os membros da Comissão de Educação empenharam-se, com seriedade e dedicação, para a realização de um trabalho pautado pelo firme compromisso com a causa da educação brasileira.

Brasília, 18 de dezembro de 2013

Assinatura manuscrita em azul de Gabriel Chalita.

Gabriel Chalita
Presidente



PARLAMENTARES DA COMISSÃO

PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO



GABRIEL CHALITA
Presidente



ARTUR BRUNO
1º Vice-Presidente



LELO COIMBRA
2º Vice-Presidente



ALEX CANZIANI
3º Vice-Presidente



TITULARES



ALEX CANZIANI
(PTB-PR)



ALICE PORTUGAL
(PCdoB-BA)



ALINE CORRÊA
(PP-SP)



ANGELO VANHONI
(PT-PR)



ARTUR BRUNO
(PT-CE)



CELSO JACOB
(PMDB-RJ)



CHICO ALENCAR
(PSOL-RJ)



COSTA FERREIRA
(PSC-MA)



FATIMA BEZERRA
(PT-RN)



FRANCISCO PRACIANO
(PT-AM)



GABRIEL CHALITA
(PMDB-SP)



GEORGE HILTON
(PRB-MG)



GLAUBER BRAGA
(PSB-RJ)



IZALCI
(PSDB-DF)



JORGE BOEIRA
(PP-SC)



LELO COIMBRA
(PMDB-ES)



LEOPOLDO MEYER
(PSB-PR)



MAJOR FÁBIO
(PROS-PB)



MANOEL SALVIANO
(PSD-CE)



NILSON PINTO
(PSDB-PA)



PAULO RUBEM
SANTIAGO
(PDT-PE)



PEDRO UCZAI
(PT-SC)



PINTO ITAMARATY
(PSDB-MA)



PROFESSOR SÉRGIO DE
OLIVEIRA
(PSC-PR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação



PROFESSOR SETIMO
(PMDB-MA)



PROFESSORA DORINHA
SEABRA REZENDE
(DEM-TO)



RAUL HENRY
(PMDB-PE)



REGINALDO LOPES
(PT-MG)



STEPAN NERCESSIAN
(PPS-RJ)



WALDENOR PEREIRA
(PT-BA)



WALDIR MARANHÃO
(PP-MA)

SUPLENTES



ALESSANDRO MOLON
(PT-RJ)



ARACELY DE PAULA
(PR-MG)



ARIOSTO HOLANDA
(PROS-CE)



BONIFÁCIO DE ANDRADA
(PSDB-MG)



DAMIÃO FELICIANO
(PDT-PB)



EDUARDO BARBOSA
(PSDB-MG)



ESPERIDIÃO AMIN
(PP-SC)



EURICO JÚNIOR
(PV-RJ)



HUGO NAPOLEÃO
(PSD-PI)



IARA BERNARDI
(PT-SP)



JEAN WYLLYS
(PSOL-RJ)



JORGINHO MELLO
(PR-SC)



JOSÉ LINHARES



KEIKO OTA



LEONARDO MONTEIRO



MARA GABRILLI



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

(PP-CE)



MARCOS ROGÉRIO
(PDT-RO)

(PSB-SP)



MARGARIDA SALOMÃO
(PT-MG)

(PT-MG)



MAURO BENEVIDES
(PMDB-CE)

(PSDB-SP)



NELSON MARCHEZAN
JUNIOR
(PSDB-RS)



NEWTON LIMA
(PT-SP)



NILMÁRIO MIRANDA
(PT-MG)



NILSON LEITÃO
(PSDB-MT)



OSMAR SERRAGLIO
(PMDB-PR)



PAULO MAGALHÃES
(PSD-BA)



PEDRO CHAVES
(PMDB-GO)



RICARDO IZAR
(PSD-SP)



ROGÉRIO PENINHA
MENDONÇA
(PMDB-SC)



SARAIVA FELIPE
(PMDB-MG)



SEVERINO NINHO
(PSB-PE)



VALADARES FILHO
(PSB-SE)



WILSON FILHO
(PTB-PB)



EQUIPE TÉCNICA

Secretaria da Comissão

Regina Pereira Games
João Paulo Nemoto Sabino de Freitas
Hérica Pimentel Brito de Souza
Carla Danice de Melo Santos
Alba Valéria Gomes de Paula
Elenice Fátima de Souza
Elizabeth Gomes de Lima Santos
Leila Camila Pugliesi Pinheiro
Marianna Amaral da Cunha
Nice Helena Polesi Sobreira
Philippe Denizart Niño de Farias
Raquel Ferreira de Carvalho Aldigueri
Nelma Maria Ferreira de Souza
Severino Carrera da Silva

Consultores Legislativos e Consultor de Orçamento

Ricardo Martins
Maria Aparecida Andrés
Ana Valeska Gomes
Cláudia Neves Coelho
Kátia Pereira
Carolina Cezar Ribeiro Galvão Diniz
Paulo de Sena
Marcos Rogério Mendlovitz

Estagiários

Allan Mendes de Jesus e Camila Sugai

Pró-adolescentes

Bianca Pereira da Conceição e Denilson Souza dos Santos



ESTATÍSTICAS

1) Reuniões Realizadas pela Comissão em 2013:

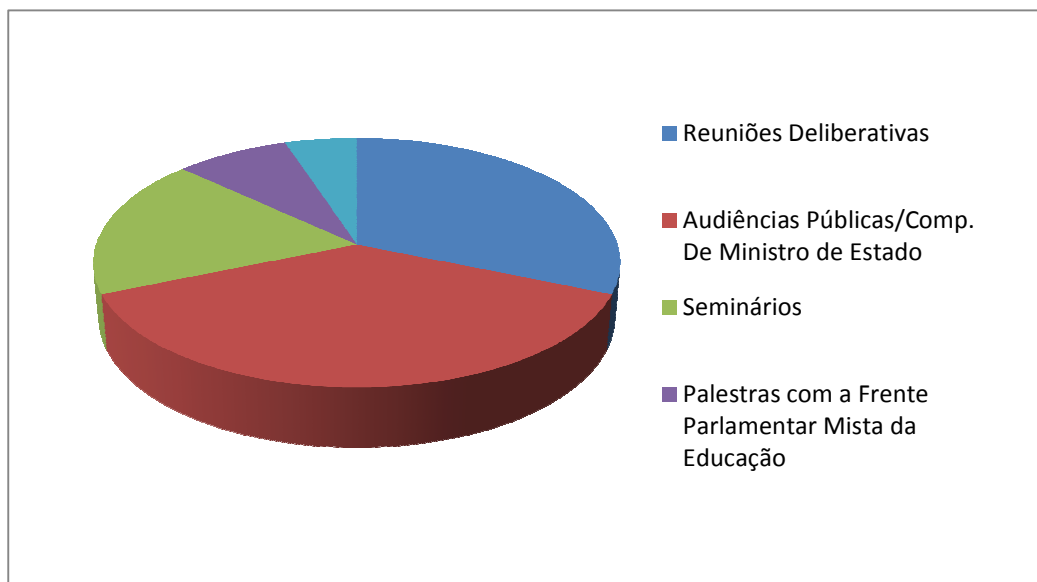
Reuniões Deliberativas ^{1,3}	Audiências Públicas/Comp. de Ministro de Estado ²	Seminários	Palestras com a Frente Parlamentar Mista da Educação	Outros Eventos	TOTAL de Reuniões
33	37	19	8	4	101

¹. Destaque para a reunião deliberativa de 10/4, na qual compareceu o Ministro de Estado da Educação Aloízio Mercadante e houve o lançamento da Conferência Nacional da Educação.

². Destaque para a reunião conjunta com a CE, CSSF, CREDN e CCJC, na qual compareceu o Ministro de Estado da Saúde Alexandre Padilha.

³. Em 17/4, na reunião deliberativa houve palestra com a Frente Parlamentar Mista da Educação.

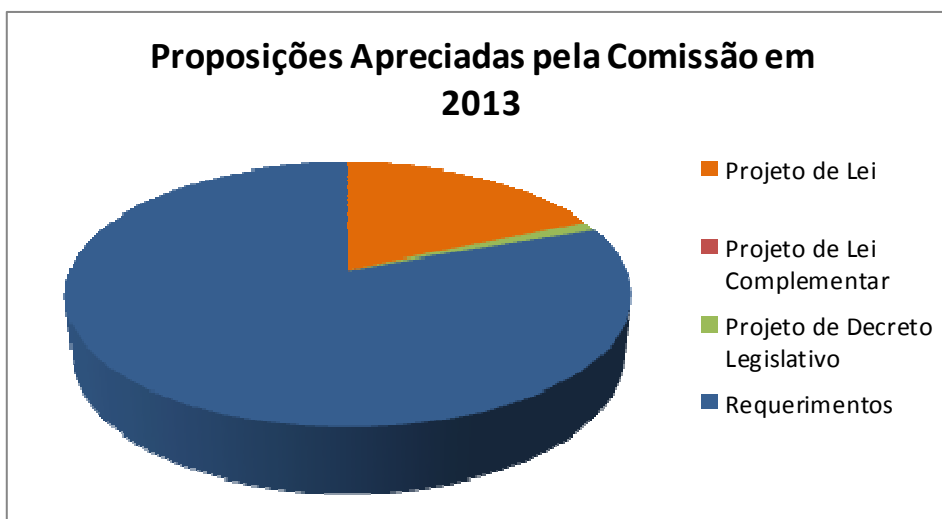
Reuniões Realizadas pela Comissão de Educação em 2013





2) Proposições Apreciadas em 2013:

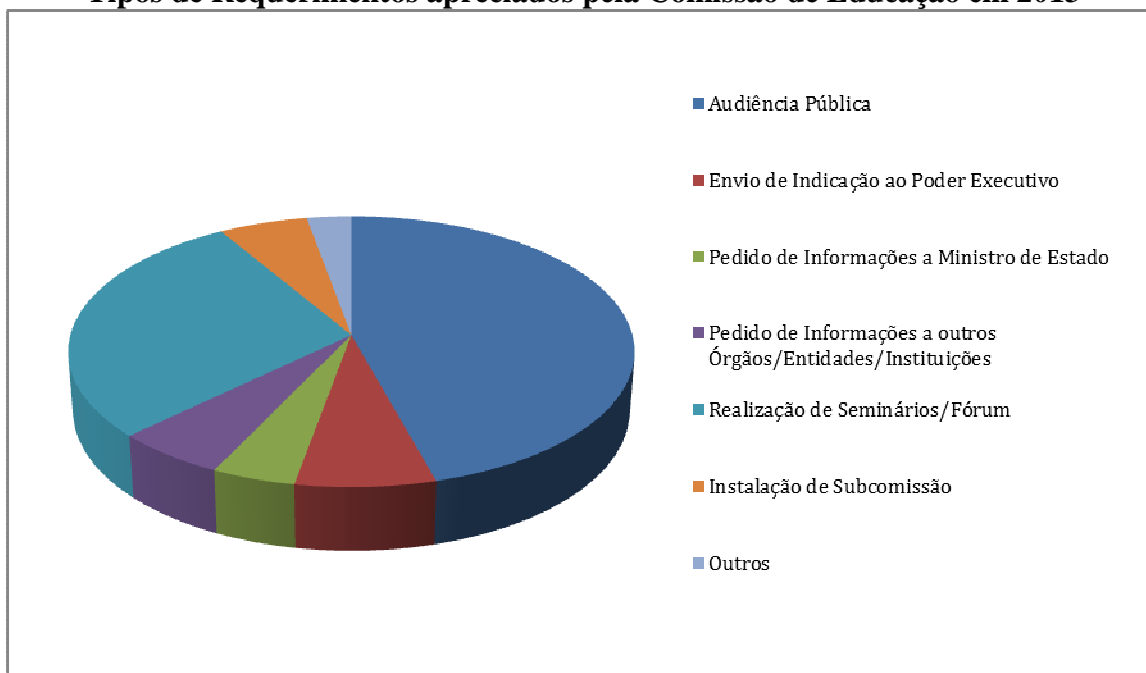
MÊS	PROJETO DE LEI – PL		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLP		PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC		REQUERIMENTOS – REQ		TOTAL
	PARECER		PARECER		PARECER		APROVADOS	REJEITADOS	
	Pela aprovação	Pela rejeição	Pela aprovação	Pela rejeição	Pela aprovação	Pela rejeição			
Março	1	2	-	-	-	-	16	-	19
Abril	1	5	-	-	1	-	12	-	19
Mai	2	-	-	-	-	-	20	-	22
Junho	3	1	-	-	-	-	17	-	21
Julho	1	-	-	-	-	-	5	-	06
Agosto	10	12	-	-	-	-	11	-	33
Setembro	4	4	-	-	-	-	15	-	23
Outubro	4	13	-	-	-	-	5	-	22
Novembro	14	11	-	-	-	-	6	-	31
Dezembro	13	4	-	-	-	-	1	-	18
TOTAL	53	52	-	-	1	-	108	-	214
	105		-		1		108		





Tipos de Requerimento Apreciados	Total
Audiência Pública / Convite a Ministro de Estado* (AP)	55
Envio de Indicação ao Poder Executivo (IND)	09
Pedido de Informações a Ministro de Estado (RIC)	03
Pedido de Informações a outros Órgãos / Instituições (RIO)	04
Realização de Seminário/Fórum (SEM)	29
Instalação de Subcomissão (SUB)	05
Outros	03
Total	108

Tipos de Requerimentos apreciados pela Comissão de Educação em 2013





SUBCOMISSÕES

- **Subcomissão Permanente de Formação e Carreira Docente**
Requerimento nº 234/13, aprovado em 20/3/2013
Autora: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Instalada em 22/05/2013
Presidente: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Relator: Dep. Artur Bruno
Membros: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende; Dep. Artur Bruno; Dep. Professor Sétimo; Dep. Fátima Bezerra, Dep. Izalci; Dep. Margarida Salomão

- **Subcomissão Permanente de Indicadores e Qualidade da Educação**
Requerimento nº 236, aprovado em 20/03/2013
Autor: Deputado Raul Henry
Instalada em 22/05/2013
Presidente: Dep. Raul Henry
Membros: Dep. Raul Henry; Dep. Eduardo Barbosa; Dep. Eurico Junior; Dep. Paulo Rubem Santiago; Dep. Aline Corrêa.

- **Subcomissão Permanente de Financiamento da Educação**
Requerimento nº 222, aprovado em 13/03/2013.
Autor: Deputado Newton Lima
Instalada em 22/05/2013
Presidentes: Dep. Newton Lima (de 22/05/2013 a 02/10/2013) e Dep. Iara Bernardi (eleita em 02/10/13)
Relator: Dep. Paulo Rubem Santiago
Membros: Dep. Newton Lima; Dep. Izalci; Dep. Nilson Pinto; Dep. Osmar Serraglio; Dep. Paulo Rubem Santiago; Dep. Aline Corrêa.

- **Subcomissão Especial de Educação Integral**
Requerimento nº 238, aprovado em 17/04/2013
Autor: Deputado Alex Canziani
Instalada em 22/05/2013
Presidente: Dep. Alex Canziani
Membros: Dep. Alex Canziani, Dep. Eurico Junior; Dep. Izalci.

- **Subcomissão Especial da Reforma Universitária**
Requerimento nº 312, aprovado em 04/09/2013
Autor: Dep. Waldir Maranhão
Instalada em 01/10/2013
Presidente: Dep. Waldir Maranhão
Vice-Presidente: Dep. Izalci
Relator: Dep. Celso Jacob
Membros: Dep. Waldir Maranhão, Dep. Professor Sétimo, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende, Dep. Osmar Serraglio, Dep. Izalci, Dep. Paulo Rubem Santiago, Dep. Lelo Coimbra, Dep. Newton Lima, Dep. Celso Jacob.



PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM 2013

Projetos de Lei e Projetos de Decreto Legislativo

PL-8014/2010 EDUARDO BARBOSA – Acrescenta parágrafo ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando portador de necessidades especiais.

Em 20/03/13, aprovado o parecer do Dep. Alex Canziani pela aprovação, com emendas.

PL-4398/2008 ELIENE LIMA – Dispõe sobre a obrigatoriedade de que o requisito para ministrar a disciplina de educação física na educação infantil em ensino fundamental seja a licenciatura plena em educação física.

Em 20/03/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra, pela rejeição deste, com Substitutivo, e pela aprovação do PL 6520/2009 e do PL 7830/2010, apensados.

PL-3400/2012 ENIO BACCI – Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da disciplina "Direitos Humanos" nas escolas públicas iniciada no ensino fundamental.

Em 20/03/13, aprovado o parecer do Dep. Gabriel Chalita pela rejeição, com envio da Indicação ao Poder Executivo (INC nº 4668/2013).

PL-4234/2008 SANDES JÚNIOR – Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele, da Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele, da obrigatoriedade de distribuição gratuita de protetor solar, pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

Em 03/04/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela rejeição deste, do PL 4381/2008, do PL 7337/2010, do PL 7523/2010 e do PL 3001/2011, apensados, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 4667/2013).

PL-6110/2009 SENADO FEDERAL – FLEXA RIBEIRO – Dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio.

Em 03/04/13, aprovado parecer do Dep. Artur Bruno pela rejeição.

PL-7286/2010 SENADO FEDERAL – PEDRO SIMON – Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para permitir aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação o exercício das competências do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS- Fundeb) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Em 03/04/13, aprovado parecer do Dep. Artur Bruno pela rejeição.

PL-4204/2012 MÁRCIO MACÊDO – Dispõe sobre a criação de programa de atividades desportivas no âmbito dos estabelecimentos de ensino, no período de férias escolares.

Em 03/04/13, aprovado parecer do Dep. Artur Bruno pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 4665/2013).



PL-6747/2010 SENADO FEDERAL – CRISTOVAM BUARQUE – Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento dos benefícios do "Programa Bolsa Família".

Em 17/04/13, aprovado o parecer do Dep. Waldenor Pereira pela rejeição. O voto da Dep. Professora Dorinha Seabra Resende pela aprovação passou a constituir Voto em Separado.

PDC-542/2012 ROMERO RODRIGUES – Sustenta a aplicação do art. 6º da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e dos Pareceres nºs CNE/CES 364, de 06 de novembro de 2002, e CNE/CES 81, de 7 de abril de 2003, do Conselho Nacional de Educação – CNE.

Em 17/04/13, aprovado o parecer do Dep. Waldenor Pereira pela aprovação.

PL-181/2011 WELITON PRADO – Acrescenta o parágrafo 2º ao art. 30 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para introduzir a destinação obrigatória dos materiais de informática apreendidos nas ações de combate ao contrabando para as escolas públicas.

Em 24/04/13, aprovado o parecer do Dep. Waldir Maranhão pela aprovação deste, do PL 212/2011, e do PL 2346/2011, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-1516/2011 SENADO FEDERAL – MARISA SERRANO - Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que "dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências", para dar preferência a projetos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino.

Em 08/05/13, aprovado o parecer da Dep. Fátima Bezerra pela aprovação deste e do PL 3921/2012, apensado, na forma do Substitutivo.

PL-1785/2011 SENADO FEDERAL – GIM ARGELLO – Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.

Em 08/05/13, aprovado o parecer do Dep. Jean Wyllys pela aprovação deste, do PL 283/2011, do PL 908/2011, do PL 1226/2011, do PL 1633/2011, do PL 1765/2011, do PL 2048/2011, do PL 3036/2011, do PL 350/2011, do PL 1841/2011, do PL 2108/2011, do PL 7457/2010 e do PL 3153/2012, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-7081/2010 SENADO FEDERAL – GERSON CAMATA – Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.

Em 05/06/13, aprovado o parecer da Dep. Mara Gabrilli, com Complementação de Voto, pela aprovação deste, do PL nº 5700/2009 e do PL nº 3040/2008, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do PL nº 4933/2009, apensado. Apresentou Voto em Separado o Dep. Nazareno Fonteles. O Dep. Stepan Nercessian retirou seu Voto em Separado.

PL-4103/2012 JOÃO CALDAS – Dispõe sobre o incentivo à doação de bens e valores a instituições públicas de ensino superior e pesquisa.

Em 05/06/13, aprovado o parecer do Dep. Waldenor Pereira, pela aprovação.

PL-3321/2012 ENIO BACCI – Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da língua espanhola nas escolas públicas iniciada no ensino fundamental.

Em 05/06/13, aprovado o parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela rejeição.



PL-4372/2012 PODER EXECUTIVO – Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES, e dá outras providências.

Em 12/06/13, aprovado o parecer do Dep. Waldenor Pereira, com Complementação de Voto, pela aprovação deste, com emendas, pela aprovação parcial das Emendas apresentadas na Comissão de Educação n°s 2/2012, 7/2012, 27/2012, 29/2012, 30/2012, 33/2012, 50/2012, 51/2012, 68/2012 e 76/2012, com subemendas, e pela rejeição das Emendas apresentadas na Comissão de Educação n°s 1/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012, 13/2012, 14/2012, 15/2012, 16/2012, 17/2012, 18/2012, 19/2012, 20/2012, 21/2012, 22/2012, 23/2012, 24/2012, 25/2012, 26/2012, 28/2012, 31/2012, 32/2012, 34/2012, 35/2012, 36/2012, 37/2012, 38/2012, 39/2012, 40/2012, 41/2012, 42/2012, 43/2012, 44/2012, 45/2012, 46/2012, 47/2012, 48/2012, 49/2012, 52/2012, 53/2012, 54/2012, 55/2012, 56/2012, 57/2012, 58/2012, 59/2012, 60/2012, 61/2012, 62/2012, 63/2012, 64/2012, 65/2012, 66/2012, 67/2012, 69/2012, 70/2012, 71/2012, 72/2012, 73/2012, 74/2012, 75/2012, 77/2012, 78/2012, 79/2012, 80/2012, 81/2012.

PL-3688/2000 JOSÉ CARLOS ELIAS – Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

Em 10/07/13, aprovado o parecer da Dep. Keiko Ota, ao Substitutivo do Senado Federal, com Complementação de Voto: pela aprovação do art. 1º e de seus parágrafos 1º e 2º; do art. 2º, exceto a expressão 'da escola', que deverá ser suprimida; e do art. 4º; e pela rejeição do art. 3º, reestabelecendo o art. 2º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que deverá ser renumerado como art. 3º.

PL-1574/2003 GONZAGA PATRIOTA – Altera a Lei nº 10.473, de 27 de Junho de 2002, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Em 07/08/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela rejeição.

PL-1305/2011 DR. UBIALI – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Igarapava, no Estado de São Paulo.

Em 07/08/13, aprovado o parecer do Dep. Pinto Itamaraty, pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5467/2013).

PL-2961/2011 WALNEY ROCHA – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo e do Gás Natural, no município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 07/08/13, aprovado o parecer do Dep. Stepan Nercessian pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5108/2013).

PL-2491/2011 MANOEL JUNIOR - Institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública de ensino.

Em 14/08/13, aprovado o parecer do Dep. Gabriel Chalita pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PL-6089/2005 ALEX CANZIANI – Inclui novo inciso ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. *Em 14/08/13, aprovado o parecer do Dep. Costa Ferreira pela rejeição deste, do PL nº 1109/2007, do PL nº 1123/2007, e do PL nº 4031/2012, apensados.*

PL-6092/2009 ROBERTO ROCHA – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, no Estado do Maranhão.

Em 14/08/13, aprovado o parecer do Dep. Eurico Júnior pela rejeição deste, e do PL nº 6.351/2009, apensado, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5613/2013).

PL-2050/2011 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Noroeste da Bahia com sede no Município de Irecê.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Em 14/08/13, aprovado parecer do Dep. Eurico Júnior pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5119/2013).

PL-3670/2012 PEDRO UCZAI – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de São Miguel do Oeste da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Em 14/08/13, rejeitado o parecer do Dep. Pedro Chaves pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5118/2013).

PL-6514/2009 SENADO FEDERAL – CRISTOVAM BUARQUE - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.

Em 21/08/13, aprovado parecer do Dep. Newton Lima pela aprovação.

PL-232/2011 SANDES JÚNIOR – Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 21/08/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela aprovação, com emenda.

PL-1169/2011 ROGÉRIO CARVALHO – Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que "Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências", para dispor sobre o certificado de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde e sua exigência nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Em 21/08/13, aprovado o parecer do Dep. Eduardo Barbosa pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-2993/2011 AGUINALDO RIBEIRO – Dá nova redação aos arts. 84 e 85 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desportos".

Em 21/08/13, aprovado o parecer do Dep. Rogério Peninha Mendonça pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.

PL-3866/2012 FELIPE BORNIER – Dispõe sobre a proibição de cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares.

Em 21/08/13, aprovado parecer do Dep. Waldenor Pereira pela aprovação deste, do PL 4068/2012, e do PL 5480/2013, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-4306/2012 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – Altera o texto da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, de forma a adequá-lo às disposições da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

Em 21/08/13, aprovado o parecer da Dep. Fátima Bezerra pela aprovação, com Substitutivo.

PL-4601/2012 MAJOR FÁBIO – Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país", para tornar obrigatória a disponibilização de exemplares da Constituição Federal nas bibliotecas escolares.

Em 21/08/13, aprovado parecer do Dep. Costa Ferreira pela aprovação.

PL-2080/2003 PAES LANDIM – Dispõe sobre criação de universidades, autorização de funcionamento de instituições de ensino superior, formação de professores e dá outras providências.

Em 21/08/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela rejeição deste, e do PL nº 2085/2003, apensado.



PL-6834/2010 SEBASTIÃO BALA ROCHA – Acrescenta novo parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de permitir aos jovens aprovados em processos seletivos a cursos de graduação, ao término do segundo ano do ensino médio, cursarem o primeiro ano do curso superior.

Em 21/08/13, aprovado o parecer do Dep. Artur Bruno pela rejeição deste, do PL nº 2157/2011, e do PL nº 4870/2012, apensados.

PL-4195/2012 AFONSO HAMM – Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas.

Em 21/08/13, aprovado parecer do Dep. Celso Jacob pela rejeição deste, e do Substitutivo 1 da CAPADR.

PL-563/11 SR. LINDOMAR GARÇON – que "dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágios a adolescentes residentes em orfanatos e/ou abrigos".

Em 28/08/13, aprovado parecer do Dep. Mauro Benevides pela aprovação, com Substitutivo.

PL-1715/2011 DIEGO ANDRADE – Altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação.

Em 28/08/13, aprovado parecer do Dep. Raul Henry pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-4910/2009 FELIPE BORNIER – Torna obrigatória a contratação de nutricionistas para todas as escolas do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino em todo o território brasileiro.

Em 28/08/13, aprovado parecer do Dep. Stepan Nercessian pela rejeição deste, do PL 6849/2010, do PL 8036/2010, do PL 424/2011, e do PL 4097/2012, apensados.

PL-7602/2010 ANTONIO BULHÕES – Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para que a formação inicial de professores seja feita de forma presencial ou à distância.

Em 28/08/13, aprovado parecer do Dep. Lelo Coimbra pela rejeição.

PL-3455/2012 WELLINGTON FAGUNDES – Estabelece regime escolar especial com a finalidade de facilitar às mães a realização de cursos.

RELATORA: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação.

Em 11/09/13, aprovado o Parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende, com Complementação de Voto, pela aprovação.

PL-846/2011 HUGO LEAL – Dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e dá outras providências.

Em 11/09/13, aprovado parecer do Dep. Newton Lima pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1620/2011, apensado. Apresentou Voto em Separado o Dep. Pedro Guerra.

PL-3146/2012 WELITON PRADO – Dispõe sobre a apresentação do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança nas escolas públicas e privadas do Sistema Nacional de Educação.

Em 11/09/13, aprovado parecer do Dep. OSMAR SERRAGLIO pela aprovação, com o Substitutivo.



PL-2248/2011 NELSON BORNIER – Dispõe sobre a reserva de vagas para alunos com deficiência nos contratos e convênios de estágios e dá outras providências.

Em 11/09/13, aprovado parecer da Deputada Mara Gabrilli pela rejeição.

PL-4197/2012 RONALDO NOGUEIRA – Reconhece as atividades do Clube dos Desbravadores como método complementar de educação no País.

Em 11/09/13, aprovado parecer do Dep. Severino Ninho pela rejeição.

PL-871/2011 DELEGADO WALDIR – Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o funcionamento de creches noturnas.

Em 18/09/13, aprovado parecer do Dep. Waldenor Pereira pela rejeição.

PL-3051/2011 AGUINALDO RIBEIRO – Acrescenta o inciso IV ao art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Em 18/09/13, aprovado parecer do Dep. Jorginho Mello pela rejeição.

PL-3788/2008 REBECCA GARCIA - Acrescenta o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio.

Em 02/10/13, aprovado parecer do Dep. Raul Henry pela rejeição deste, do PL 4358/2008, do PL 5340/2009, do PL 6099/2009, do PL 474/2011, do PL 876/2011, do PL 1139/2011, do PL 1613/2011, do PL 7990/2010, do PL 1609/2011, do PL 2576/2011, do PL 2731/2011, do PL 4849/2012, do PL 5116/2013, do PL 6184/2013, e do PL 2062/2011, apensados, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5308/2013).

PL-772/2011 ROSINHA DA ADEFAL – Acrescenta o § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e médio, o tema da acessibilidade.

Em 02/10/13, aprovado parecer da Dep. Margarida Salomão pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5491/2013).

PL-4518/2012 NILSON LEITÃO – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Água Boa da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em 02/10/13, aprovado parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5310/2013).

PL-4521/2012 NILSON LEITÃO – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Alta Floresta da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em 02/10/13, aprovado parecer da Dep. Fátima Bezerra pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5312/2013).

PL-6094/2009 JOÃO CAMPOS – Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

Em 16/10/13, aprovado parecer do Dep. Professor Setimo pela aprovação, com Substitutivo.

PL-7032/2010 SENADO FEDERAL – ROBERTO SATURNINO - Altera os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir, como conteúdo obrigatório no ensino de Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas.

Em 16/10/13, aprovado parecer do Dep. Raul Henry pela aprovação deste, da Emenda 1/2011 da CE, e do PL 4/2011, apensado, na forma do Substitutivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

PL-7627/2010 JANETE ROCHA PIETÁ – Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática gênero e suas relações intra e interpessoais.

Em 16/10/13, aprovado parecer da Dep. Alice Portugal pela aprovação.

PL-5706/2005 SENADO FEDERAL – LEOMAR QUINTANILHA - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior.

Em 16/10/13, aprovado o Parecer Vencedor da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela rejeição deste, do PL 3148/2008 e do PL 5530/2013, apensados. O parecer do Dep. José Linhares passou a constituir Voto em Separado. Também apresentou Voto em Separado o Dep. Lira Maia.

PL-7332/2010 SENADO FEDERAL – TASSO JEREISSATI – Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa.

Em 16/10/13, aprovado o parecer do Dep. Waldenor Pereira pela rejeição.

PL-8043/2010 SENADO FEDERAL – PATRICIA SABOYA – Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de educação infantil, altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.

Em 16/10/13, rejeitado o parecer do Dep. Pinto Itamaraty pela rejeição.

PL-924/2011 GIOVANI CHERINI – Cria o Programa Universidade Social, e dá outras providências.

Em 16/10/13, aprovado o parecer do Dep. Waldir Maranhão pela rejeição.

PL-1203/2011 BRUNA FURLAN – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Oeste de São Paulo, com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo.

Em 16/10/13, aprovado Parecer Vencedor do Dep. Izalci pela rejeição com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5479/2013). O voto vencido do Dep. Major Fábio pela aprovação passou a constituir Voto em Separado.

PL-2125/2011 MÁRCIO MACÊDO – Dispõe sobre a articulação entre as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e as redes públicas de ensino, com vistas à oferta de ensino médio técnico profissionalizante.

Em 16/10/13, aprovado parecer do Dep. Alex Canziani pela rejeição.

PL-3496/2012 WANDENKOLK GONÇALVES – Autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Militar de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

Em 16/10/13, aprovado o parecer do Dep. Severino Ninho pela rejeição.

PL-2667/2011 ARTUR BRUNO – Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Em 23/10/13, aprovado parecer do Dep. Chico Alencar pela aprovação.

PL-6279/2009 CARLOS ZARATTINI – Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Superior de Energia e Inovação Tecnológica, na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Em 23/10/13, aprovado parecer do Dep. Newton Lima pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5457/2013).

PL-4106/2012 ADEMIR CAMILO – Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

Em 23/10/13, rejeitado parecer do Dep. Artur Bruno pela aprovação.

PL-1702/2011 JOSE STÉDILE – Determina a obrigatoriedade de matrícula em instituição de ensino aos atletas com menos de 18 anos e que não tenham concluído o ensino médio, vinculados a entidades desportivas profissionais ou a entidades de prática desportiva formadoras de atleta, bem como beneficiários da Bolsa-Atleta.

Em 06/11/13, aprovado parecer do Dep. Paulo Rubem Santiago pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-2002/2011 INOCÊNCIO OLIVEIRA – Acrescenta parágrafo único ao art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte escolar nas zonas rurais.

Em 06/11/13, aprovado o parecer do Dep. Pedro Uczai pela rejeição.

PL-2251/2011 FELIPE BORNIER – Autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal no município de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 06/11/13. Aprovado o parecer do Dep. Nilson Pinto pela rejeição com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5523/2013)

PL-2685/2011 ROMERO RODRIGUES – Acrescenta o art. 20-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para prever a manutenção de programa da União para financiamento de bolsas de estágio não obrigatório para estudantes de educação superior pertencentes a famílias economicamente carentes.

Em 06/11/13, aprovado parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela rejeição.

PL-3737/2012 ADEMIR CAMILO – Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Teófilo Otoni – UFTO e da outras providências.

Em 06/11/13, aprovado Parecer Vencedor do Dep. Stepan Nercessian pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5495/2013). O Voto Vencido do Dep. Glauber Braga pela aprovação passou a constituir Voto em Separado.

PL-5350/2013 JOÃO ANANIAS – Autoriza o transporte intermunicipal e interestadual de estudantes de cursos técnicos, superiores e tecnológicos e de graduação por veículos mantidos e adquiridos pelos entes federados por meio dos programas instituídos pela União para transporte escolar, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e o Programa Caminho da Escola.

Em 06/11/13, aprovado o parecer do Dep. Celso Jacob pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-5414/2013 JERÔNIMO GOERGEN – Dispõe sobre o Programa de Educação de Defesa Civil e sobre o Serviço Voluntário de Defesa Civil e dá outras providências

Em 06/11/13, aprovado o parecer do Dep. IZALCI pela aprovação, com emenda.

PL-5940/2013 MAJOR FÁBIO – Acrescenta inciso ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para conferir ao juiz poderes para determinar a matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, em escolas próximas do novo domicílio, em caso de necessidade de afastamento do lar.



Em 06/11/13, aprovado o parecer do Dep. Stepan Nercessian pela aprovação.

PL-71/2011 OTAVIO LEITE – Altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

Em 13/11/13, aprovado o Parecer do Dep. Professor Sétimo pela aprovação, contra os votos dos Deputados Fátima Bezerra, Waldenor Pereira e Iara Bernardi. Apresentou Voto em Separado o Dep. Rogério Peninha Mendonça. O Dep. Izalci retirou seu Voto em Separado.

PL-2735/2011 DIMAS FABIANO – Torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Em 13/11/13, aprovado o parecer do Dep. Artur Bruno pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo apresentado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

PL-3020/2011 NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Altera o caput do art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, a fim de viabilizar que Estados e Municípios não beneficiados pela complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB possam receber complementação da União para integralização do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Em 13/11/13, aprovado o parecer com Complementação de Voto da Dep. Fátima Bezerra pela aprovação deste, e do PL 3941/2012, apensado, com Substitutivo.

PL-3304/2012 EDIVALDO HOLANDA JUNIOR – Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP).

Em 13/11/13, aprovado o Parecer Vencedor da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela aprovação contra os votos dos Deputados Fátima Bezerra, Waldenor Pereira, Iara Bernardi e Celso Jacob. O Voto Vencido do Dep. Celso Jacob pela rejeição passou a constituir Voto em Separado.

PL-3366/2012 BETO FARO – Inclui os §§ 1º e 2º, ao art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

RELATOR:

PARECER: Parecer do Relator, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo apresentada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda.

Em 13/11/13, aprovado o Parecer do Dep. Chico Alencar pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo apresentada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda.

PL-3531/2012 IRAJÁ ABREU – Destina parcela dos recursos do Fundo Social, criado pela a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, ao financiamento da previdência social.

Em 13/11/13, aprovado o parecer do Dep. Newton Lima pela rejeição deste, do PL 4056/2012, do PL 4419/2012, e do PL 6045/2013, apensados.

PL-6785/2010 FELIPE MAIA – Dispõe sobre o intercâmbio acadêmico de estudantes de graduação e de pós-graduação no País.

Em 20/11/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela aprovação.



PL-2043/2011 RICARDO IZAR – Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.

Em 20/11/13, aprovado o parecer do Dep. Stepan Nercessian pela aprovação deste, com emendas.

PL-7251/2010 SANDRO MABEL – Estabelece a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências.

Em 20/11/13, aprovado parecer do Dep. Paulo Rubem Santiago pela rejeição.

PL-7413/2010 LELO COIMBRA – Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, no Município de Montanha.

Em 20/11/13, aprovado parecer do Dep. Pedro Chaves pela rejeição.

PL-4468/2012 LILIAM SÁ – Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão, em todo livro didático publicado no País, de mensagem alusiva ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Em 20/11/13, aprovado o parecer da Dep. Aline Corrêa pela aprovação deste, do PL 4535/2012, do PL 5925/2013 e do PL 5997/2013, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-4940/2013 SANDRA ROSADO – Acrescenta parágrafo ao art. 2º e altera a redação do inciso III do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos.

Em 20/11/13, aprovado parecer do Dep. Waldenor Pereira pela rejeição.

PL-339/07 – do Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – que "institui a "Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina", e dá outras providências".

Em 27/11/13, aprovado parecer do Dep. Chico Alencar pela aprovação das Emendas do Senado Federal ao PL 339/2007.

PL-379/2011 – do Sr. WELLINGTON FAGUNDES – que Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em 27/11/13, aprovado o parecer do Dep. Esperidião Amin pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5535/2013).

PL-1622/2011 MIRIQUINHO BATISTA - Institui a Residência em Enfermagem e dá outras providências.

Em 27/11/13, aprovado parecer do Dep. Eduardo Barbosa pela rejeição.

PL-444/2011 WALTER TOSTA – Assegura a alfabetização em braile.

Em 27/11/13, aprovado o parecer do Dep. Izalci pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-3940/2012 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Acrescenta inciso ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares.

Em 27/11/13, aprovado parecer do Dep. Gabriel Chalita pela aprovação, com a emenda.

PL-25/1999 PAULO ROCHA – Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Em 04/12/13, aprovado o Parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela aprovação do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao caput do art. 19 da Lei 7.210/84; pelo restabelecimento dos arts. 2º e 3º do



PL 25, de 1999, da Câmara dos Deputados, e pela rejeição dos demais dispositivos do Substitutivo do Senado Federal.

PL-6755/2010 SENADO FEDERAL – FLÁVIO ARNS – Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.

Em 04/12/13, aprovado o Parecer do Dep. Paulo Rubem Santiago pela aprovação deste, do PL 2711/2011, do PL 1558/2007, do PL 7974/2010 e do PL 3137/2012, apensados, na forma do Substitutivo, e pela rejeição do PL 4049/2008, do PL 4812/2009, do PL 6300/2009, do PL 3799/2012, do PL 6843/2010, do PL 2632/2007 e do PL 4067/2012, apensados.

PL-6063/2013 MAJOR FÁBIO – Acresce parágrafo único ao art. 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a obrigatoriedade de orientação vocacional aos alunos do ensino médio.

Em 04/12/13, aprovado parecer da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela aprovação deste, do PL 6214/2013, e do PL 6510/2013, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-1648/2011 WASHINGTON REIS – Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, para determinar a publicação desse valor em diário oficial.

Em 04/12/13, aprovado parecer do Dep. Eduardo Barbosa pela rejeição.

PL-3114/2012 SANDRA ROSADO – Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências", para permitir a participação dos profissionais da educação na alimentação escolar.

Em 04/12/13, aprovado Parecer Vencedor da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende pela rejeição com envio de Indicação ao Poder Executivo (INC nº 5611/2013). Passou a constituir Voto em Separado o Voto Vencido do Dep. Severino Ninho pela aprovação deste, do PL 4427/2012, do PL 5136/2013, e do PL 5264/2013, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-4032/2012 HUGO NAPOLEÃO – Autoriza a criação da Escola de Marinha Mercante do Piauí.

Em 04/12/13, aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Lelo Coimbra pela rejeição com envio de Indicação ao Poder Executivo. (INC nº 5590/2013). Passou a constituir Voto em Separado o parecer do Dep. Hugo Napoleão pela aprovação.

PL-604/11 SR. MANOEL JUNIOR – que "dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências". (Apensados: PL 732/2011 (Apensado: PL 3189/2012), PL 1225/2011 e PL 3273/2012)

Em 11/12/2013, aprovado o parecer do Dep. Hugo Napoleão pela aprovação deste, do PL 732/2011, do PL 1225/2011, do PL 3273/2012, e do PL 3189/2012, apensados, na forma do Substitutivo.

PL-7.650/06 – SENADO FEDERAL – MARCOS GUERRA – (PLS 234/2006) - que "altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de 5 (cinco) anos". (Apensados: PL 6336/2005 (Apensado: PL 7295/2006), PL 355/2007, PL 1327/2007, PL 1783/2007, PL 2202/2007, PL 2398/2007, PL 2770/2008, PL 3638/2008, PL 5408/2009 e PL 1424/2011)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Em 11/12/13, aprovado o parecer do Dep. Lelo Coimbra pela aprovação deste, do PL 1424/2011, do PL 7295/2006, do PL 6336/2005, do PL 355/2007, do PL 1327/2007, do PL 1783/2007, do PL 2770/2008, do PL 3638/2008, e do PL 5408/2009, apensados, na forma do Substitutivo, e pela rejeição do PL 2202/2007, e do PL 2398/2007, apensados.

PL-4.643/12 – BRUNA FURLAN – que "autoriza a criação de Fundo Patrimonial (endowment fund) nas instituições federais de ensino superior".

Em 11/12/13, aprovado o parecer do Dep. Leopoldo Meyer pela aprovação, com emendas.

PL-79/11 – PAULO TADEU – que "cria o Programa Nacional de Passe Livre Estudantil e dá outras providências".

Em 11/12/13, aprovado o parecer do Dep. Stepan Nercessian pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL-2.381/11 – PROFESSORA DOURINHA SEABRA REZENDE – que "acrescenta §§ 7º e 8º à Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e dá outras providências".

Em 11/12/13, aprovado o parecer do Dep. Alex Canziani pela aprovação, com Substitutivo. Apresentou Voto em Separado o Dep. Izalci.

PL-7.894/10 EDUARDO DA FONTE - que "dispõe sobre a criação de vagas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio destinadas a programas de reinserção social de usuários e dependentes de drogas". (Apensado: PL 2928/2011)

Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. Reginaldo Lopes pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 2928/2011, apensado com Complementação de Voto.

PL-4.700/12 SENADO FEDERAL - MARCELO CRIVELLA - (PLS 254/2011) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior". (Apensado: PL 5614/2013)

Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. George Hilton pela aprovação deste, e do PL 5614/2013, apensado, na forma do Substitutivo, com Complementação de Voto.

PL-909/11 GABRIEL CHALITA - que "estabelece preceitos para o aperfeiçoamento da política educacional brasileira dos sistemas públicos de ensino, para a permanência e o sucesso escolar de alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem, e dá outras providências".

Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. Eduardo Barbosa pela aprovação.

PL-1.655/11 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - que "altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação". (Apensado: PL 3393/2012)

Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. Waldir Maranhão pela aprovação deste, e do PL 3393/2012, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição da Emenda. Apresentou Voto em Separado o Dep. Izalci.

PL-1.838/11 GABRIEL CHALITA - que "acrescenta artigo à Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências"". (Apensados: PL 1839/2011 e PL 6554/2013)

Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. Raul Henry pela aprovação deste, do PL 1839/2011, e do PL 6554/2013, apensados, com Substitutivo.



PL-5.847/13 - do Sr. Paulo Rubem Santiago - que "destina cinquenta por cento da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE".
Em 18/12/13, aprovado o parecer do Dep. Professor Setimo pela aprovação.

Requerimentos

REQ 222/2013, dos Deputados Newton Lima e Paulo Rubem Santiago, que "requer criação de subcomissão permanente para debater o financiamento da educação".
Aprovado em 13/03/2013. Subcomissão instalada em 22/05/2013.

REQ 223/2013, do Deputado Izalci, que "requer Audiência Pública de avaliação da execução de programa de governo da CGU para discussão do ProInfo".
Aprovado em 20/03/2013.

REQ 224/2013, da Deputada Fátima Bezerra e outros, que "requer a realização pela Comissão de Educação, de Seminário Nacional procedido de 05 Seminários Regionais com o objetivo de promover o debate sobre a CONAE – 2014 – o PNE em articulação do sistema Nacional de Educação. Participação popular, cooperação Federativa e Regime de colaboração".
Aprovado em 13/03/2013.

REQ 225/2013, da Deputada Fátima Bezerra e outros, que "requer a realização pela Comissão de Educação de Ato Solene de Lançamento, no âmbito do Congresso Nacional, da Conferência Nacional de Educação – Conae – 2014".
Aprovado em 13/03/2013.

REQ 226/2013, do Deputado Artur Bruno, que "requer a realização de Audiências Públicas da Comissão de Educação, para tratar sobre o PL. 2.776/2011".
Aprovado em 13/03/2013.

REQ 227/2013, do Deputado Valadares Filho, que "requer autorização do Plenário da Comissão de Educação – CE a fim de que esta encaminhe para análise da Presidência desta Casa solicitação para que um grupo de deputados membros participe, em caráter de Missão Oficial, com ônus para a Câmara dos Deputados, do Programa 'Liderando Reformas Educacionais: fortalecendo o Brasil para o Século 21', a ser realizado durante o período de 21 a 24 de abril de 2013, em New Haven, Estados Unidos, a convite da Fundação Lemann e Universidade de Yale".
Aprovado em 13/03/2013. Participaram do Programa Liderando Reformas Educacionais os Deputados Gabriel Chalita, Artur Bruno, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raul Henry, Alex Canziani.

REQ 228/2013, do Deputado Izalci, que "requer sejam convidados os Senhores Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) e Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário da Educação Superior (SESU) para prestar esclarecimentos acerca da Coletânea de Entendimentos – gestão de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica".
Aprovado em 20/3/2013. Audiência Pública Conjunta com a CFFC e CCTCI realizada em 02/07/13.



REQ 229/2013, da Deputada Aline Corrêa, que “requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Finanças e Tributação – CFT, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, Comissão de Educação, e Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP, destinada a debater sobre a Certificação das Entidades Filantrópicas na área de Assistência Social”.

Aprovado em 20/03/2013. Audiência Conjunta realizada em 21/05/13.

REQ 230/2013, da Deputada Fátima Bezerra, que “requer o envio de Indicação à Presidenta da República, a Sua Excelência a Senhora, Dilma Rousseff e ao Sr. Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, sugerindo a inclusão no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de uma nova unidade do Instituto Federal de Educação Tecnológica, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte”.

Aprovado em 20/3/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 4338/13.

REQ 231/2013, do Deputado Damião Feliciano, que “requer a Comissão de Educação e Cultura, a solicitação ao Ministério da Educação um estudo do índice de analfabetismo e providências da erradicação do analfabetismo no Brasil”.

Aprovado em 20/03/2013. Enviado expediente solicitando as informações ao Ministério da Educação.

REQ 232/2013, do Deputado Paulo Rubem Santiago, que “requer a realização de Audiência Pública para apresentação de pesquisa intitulada ‘A gestão da Educação Infantil’, publicada pela Fundação Vitor Civita, em volume intitulado ‘Estudos e Pesquisas Educacionais’.”

Aprovado em 20/03/2013. Audiência Pública realizada em 28/05/2013.

REQ 233/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “requer o envio de Indicação ao Ministério da Educação sugerindo a implantação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Taguatinga, Estado do Tocantins”.

Aprovado em 20/03/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 4698/13.

REQ 234/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “requer, conforme o regimento interno da Câmara dos Deputados, a criação de uma Subcomissão Permanente de Formação e Carreira Docente”.

Aprovado em 20/03/2013. Subcomissão instalada em 22/05/2013.

REQ 235/2013, do Deputado Stepan Nercessian, que “requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de promover debate acerca da prova de redação do Enem 2012 em que estudantes conquistaram nota máxima na redação, apesar de cometerem falhas graves de ortografia, pontuação e concordância verbal e nominal”.

Aprovado em 20/03/2013. Audiência Pública realizada em 09/05/2013.

REQ 236/2013, do Deputado Raul Henry, que “requer a criação de subcomissão permanente sobre os indicadores de qualidade da educação, no âmbito da Comissão de Educação”.

Aprovado em 20/03/2013. Subcomissão instalada em 22/05/2013.

REQ 237/2013, do Deputado Raul Henry, que “requer apoio à realização de Seminário Internacional sobre o marco legal da Primeira Infância”.

Aprovado em 20/03/2013.



REQ 238/2013, do Deputado Alex Canziani, que “requer a criação de Subcomissão Especial de Educação Integral”.

Aprovado em 17/04/2013. Subcomissão instalada em 22/05/2013.

REQ 239/2013, do Deputado Nilmário Miranda, que “requer a realização de Seminário ‘Religião e Diversidades’, a ser realizado no auditório Nereu Ramos no dia 14/05/2013”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 240/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária do Programa de Ações Articuladas - PAR”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 241/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 243/2013, do Deputado Stepan Nercessian, que “requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater sobre a crise pela qual passa o ensino de matemática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 244/2013, da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater uma política de Educação Especial ao Aluno com Altas Habilidades/Superdotação”.

Aprovado em 17/04/2013. Audiência Pública realizada em 07/5/2013.

REQ 246/2013, da Deputada Fátima Bezerra, que “requer a realização de Sessão de Audiência Pública da Comissão de Educação para avaliar a implementação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003”.

Aprovado em 17/4/2013. Audiência Pública realizada em 14/05/2013.

REQ 247/2013, do Deputado Waldir Maranhão, que “requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater acerca do tema Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual, exploração da força de trabalho, exploração de remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano”.

Aprovado em 17/04/2013. Audiência Pública realizada em 04/06/13.

REQ 248/2013, do Deputado Francisco Praciano e outros, que “requer a realização de audiência pública com a presença de representante de cada um dos seguintes órgãos e/ou Ministérios: Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU); Ministério Público Federal (MPF) e Ministério da Educação (MEC), para que os mencionados convidados exponham, perante esta Comissão, sobre as principais deficiências e falhas relacionadas à fiscalização dos recursos federais repassados às prefeituras municipais do País para utilização na área da Educação, bem como sobre as medidas que, porventura, estejam sendo cogitadas – por parte dos principais órgãos de fiscalização e controle dos recursos públicos federais – com a finalidade de se por fim ao atual grande número de desvios e/ou mau uso dos referidos recursos”.



Aprovado em 17/04/2013. Audiência Pública realizada em 25/06/2013.

REQ 249/2013, do Deputado Paulo Rubem Santiago, que “requer que se incluam visitas às escolas com experiências educacionais bem sucedidas, dentre as atividades da Subcomissão Permanente, destinada a avaliar e debater os indicadores educacionais e a qualidade da educação ofertada nas escolas”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 250/2013, do Deputado Alex Canziani, que “requer a realização pela Comissão de Educação, com a colaboração da Frente Parlamentar Mista da Educação, de palestras com especialistas em diversas áreas da educação, às quartas-feiras, das 09h às 10h, no Plenário 10 do Departamento de Comissões, destinadas a discutir os desafios do País por uma educação de qualidade para todos”.

Aprovado em 17/04/2013.

REQ 251/2013, da Deputada Alice Portugal, que "requer a realização de audiência pública da Comissão de Educação para discutir a criação da Universidade Federal da Chapada Diamantina."

Aprovado em 24/04/2013.

REQ 252/2013, do Deputado Jean Wyllys, que “requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de se debater a fusão entre as empresas Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Anhanguera Educacional, e seu impacto na qualidade do ensino brasileiro”.

Aprovado em 08/05/2013.

REQ 253/2013, da Deputada Mara Gabrilli, que “requer que a Comissão de Educação realize Audiência Pública para debatermos sobre a educação da pessoa com autismo em comemoração ao Dia Mundial do Orgulho Autista”.

Aprovado em 08/05/2013. Audiência Pública realizada em 18/06/13.

REQ 254/2013, da Deputada Alice Portugal, que “sugere a implantação de um campus avançado da Universidade Federal da Bahia na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina”.

Aprovado em 22/05/2013.

REQ 255/2013, do Deputado Waldir Maranhão, que “requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de promover debate com a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM”.

Aprovado em 08/05/2013.

REQ 256/2013, do Deputado Walney Rocha, que “requer o envio de indicação ao senhor Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, relativo à autorização para a criação de unidade descentralizada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, para a cidade de Paty do Alferes/RJ”.

Aprovado em 08/05/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 4793/13.

REQ 257/2013, do Deputado Eurico Júnior, que “requer o envio de indicação ao senhor Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, relativo à autorização para a criação de unidade descentralizada do Colégio Pedro II, para a cidade de Paty do Alferes/RJ”.

Aprovado em 08/05/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 4792/13.



REQ 258/2013, do Deputado Gabriel Chalita, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de São Paulo, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 08/05/2013. Seminário realizado em 14/6/2013.

REQ 259/2013, do Deputado Gabriel Chalita, que “requer a realização de Seminário Nacional do Observatório da Educação, em Brasília, com o objetivo de reunir e discutir as melhores experiências de sucesso na educação, a fim de fomentar o debate acerca da formulação de políticas públicas”.

Aprovado em 08/05/2013. Seminário realizado em 03/12/2013.

REQ 260/2013, do Deputado Gabriel Chalita, que “requer a realização de Seminário Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação, com o objetivo de debater a situação dos professores do magistério público no Brasil”.

Aprovado em 08/05/2013.

REQ 261/2013, do Deputado Gabriel Chalita, que “requer a realização de Seminário Internacional sobre Educação em Tempo Integral, em Brasília, com o objetivo de conhecer experiências internacionais de educação em tempo integral”.

Aprovado em 08/05/2013. Seminário realizado em 30/10/2013.

REQ 262/2013, do Deputado Aline Corrêa, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de São Paulo com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 12/06/2013. Seminário realizado em

REQ 263/2013, do Deputado Leonardo Monteiro, que “requer a realização de uma audiência pública para tratar da implantação de um ‘Campus’ da Universidade Federal de Ouro Preto na região do Vale do Aço em Minas Gerais”.

Aprovado em 05/06/2013.

REQ 264/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer seja convidada a Reitora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para apresentar informações quanto à situação atual da Instituição de Ensino supracitada”.

Aprovado em 22/05/2013. A audiência foi marcada, mas a convidada não pode comparecer.

REQ 265/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer seja convidado o Reitor do Centro Universitário da Cidade-UniverCidade, para apresentar informações quanto à situação atual da Instituição de Ensino supracitada”.

Aprovado em 22/05/2013. A audiência foi marcada, mas o convidado não pode comparecer.

REQ 266/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer seja convidado o Reitor da Universidade Gama Filho, para apresentar informações quanto à situação atual da Instituição de Ensino supra citada”.

Aprovado em 22/05/2013. A audiência foi marcada, mas o convidado não pode comparecer.

REQ 267/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer seja convidado o representante da Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A, para apresentar informações quanto à situação atual das Instituições de Ensino sob sua manutenção”.

Aprovado em 22/05/2013. A audiência foi marcada, mas o convidado não pode comparecer.



REQ 268/2013, dos Deputados Izalci e Lelo Coimbra, que “requer seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença das autoridades a seguir listadas, para discussão acerca da entrada de médicos estrangeiros no Brasil, sem prestarem o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida)”.
Aprovado em 22/05/2013. Audiência realizada em 11/06/13.

REQ 269/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado do Rio de Janeiro - RJ, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas nesta área”.
Aprovado em 22/05/2013. Seminário realizado em 21/06/2013.

REQ 270/2013, do Deputado Raul Henry, que “requer a realização de audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 7.032, de 2010, que ‘Altera os §§2º e 6º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir, como conteúdo obrigatório no ensino das Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas’.”
Aprovado em 22/05/2013.

REQ 271/2013, dos Deputados Celso Jacob e Lelo Coimbra, que “requer sejam convidados representante do Centro Acadêmico da Escola Superior de Ciências da Saúde de Brasília, do Centro Acadêmico de Medicina da Universidade Católica de Brasília, do Centro Acadêmico de Medicina da Universidade de Brasília, do Centro Acadêmico de Medicina da Faculdade de Medicina do Planalto Central, de representante do Ministério da Saúde e de representante do Ministério da Educação, para debater sobre a possível contratação de médicos para atuar no Brasil”.
Aprovado em 22/05/2013. Audiência realizada em 11/06/13.

REQ 272/2013, da Deputada Alice Portugal, que “requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.731/2012, que ‘altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio’.”
Aprovado em 22/05/2013.

REQ 273/2013, da Deputada Mara Gabrilli, em aditamento ao Requerimento nº 253/2013, que “requer o convite do Ministro da Saúde e da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para integrarem a mesa de debates da audiência pública com o tema "A educação da pessoa com autismo".
Aprovado em 22/05/2013. Audiência realizada em 18/06/2013.

REQ 274/2013, do Deputado Artur Bruno, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação na Assembleia Legislativa do Ceará-CE, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas nesta área”.
Aprovado em 05/06/2013. Seminário realizado em 30/09/2013.

REQ 275/2013, do Deputado Artur Bruno, que “requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação para tratar sobre o Projeto de Lei nº 3688/2000”.
Aprovado em 05/06/2013. Audiência Pública realizada em 13/06/13.



REQ 276/2013, do Deputado Osmar Serraglio, que “requer a realização de audiência pública para ouvir os Senhores e Senhoras: Ministro de Estado da Educação, Secretário de Educação Básica do MEC, Presidente da Confederação do Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação, Secretário de Inspeção do Trabalho, Diretor do DSST, Secretário de Educação do Estado do Paraná, Secretária da Educação de Maringá-PR, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná e o Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, para debater alterações na Lei 8.069/1990 em especial a alteração proposta através do PL 267/2011”.

Aprovado em 05/06/2013. Audiência Pública realizada em 29/10/13.

REQ 277/2013, do Deputado Pinto Itamaraty, que “requer a realização de seminário regional no Estado do Maranhão, no mês de agosto, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 05/06/2013. Seminário realizado em 19/09/2013.

REQ 278/2013, do Deputado Izalci, que “requer seja incluído ao Requerimento de Audiência Pública, *aprovado* nesta Comissão de nº 271/2013, o Presidente da Federação Nacional dos Médicos”.

Aprovado em 05/06/2013. Audiência Pública realizada em 11/06/13.

REQ 279/2013, do Deputado Nilson Pinto, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado do Pará, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 12/06/2013. Seminário realizado em 23/08/2013.

REQ 280/2013, do Deputado Damião Feliciano, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado da Paraíba, com o objetivo de fomentar o debate sobre as experiências de sucesso na educação básica pública e aprimorar as políticas públicas nesta área”.

Aprovado em 05/06/2013. Seminário realizado em 30/09/2013.

REQ 281/2013, do Deputado Raul Henry, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação, com a finalidade de conhecer e discutir o ‘Programa Nova Semente’, referência nacional em Educação Infantil, implantado no município de Petrolina - PE, com a presença do economista Ricardo Paes de Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; do professor João Batista de Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto; e do Deputado Osmar Terra, especialista em educação infantil”.

Aprovado em 05/06/2013. Seminário realizado em 21/06/2013.

REQ 282/2013, dos Deputados Fátima Bezerra e Jose Stédile, que “requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e a Comissão de Cultura para debater as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca”.

Aprovado em 05/06/2013. Audiência Pública realizada em 01/10/13.

REQ 283/2013, do Deputado Alex Canziani, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de Londrina/Paraná, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 05/06/2013. Seminário realizado em 27/06/13.

REQ 284/2013, do Deputado Artur Bruno, que “requer a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei 2043/2011, que regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências”.



Aprovado em 12/06/2013. Audiência Pública realizada em 03/10/13.

REQ 285/2013, da Deputada Fátima Bezerra, que “requer a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Cultura, a fim de debater a democratização dos meios de comunicação, mais especificamente sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que está em fase de coleta de assinaturas”. *Aprovado em 12/06/13.*

REQ 286/2013, do Deputado Pedro Uczai, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de Santa Catarina”.

Aprovado em 12/06/2013.

REQ 287/2013, do Deputado Waldir Maranhão, que “requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de promover debate com o MEC, o CRUB – Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras e UNE – União Nacional dos Estudantes, sobre autonomia universitária”.

Aprovado em 10/07/2013.

REQ 288/2013, do Deputado Eleuses Paiva, que “requer que sejam convocados a comparecer nesta Comissão os senhores ministros: Aloizio Mercadante – da Educação, Alexandre Padilha – da Saúde e Antonio de Aguiar Patriota – das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre a possível entrada de médicos estrangeiros no Brasil, sem prestarem ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Estrangeiras (Revalida)”.

Aprovado em 12/06/2013. Audiência Pública realizada em 11/07/13.

REQ 289/2013, do Deputado Izalci, que “requer a realização de Seminário Regional no Distrito Federal no mês de agosto de 2013 com o objetivo de reunir e discutir experiências exitosas na educação básica da rede pública de ensino”.

Aprovado em 12/06/2013. Seminário realizado em 22/08/2013.

REQ 290/2013, do Deputado Lelo Coimbra, que “requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado da Bahia, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 10/07/2013. Seminário realizado em 18/10/2013.

REQ 292/2013, do Deputado Nilson Leitão e Izalci, que “requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos Senhores: Paulo Speller - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e senhor Marcos Antonio de Oliveira – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para discussão acerca da reestruturação e expansão das universidades federais e da educação profissional e tecnológica da rede federal no País”.

Aprovado em 03/07/2013. Audiência Pública realizada em 17/09/13.

REQ 293/2013, do Deputado Celso Jacob, que “requer seja incluído ao Requerimento de Audiência Pública, *aprovado* nesta Comissão de nº 149/2012, membros da Comissão de Regulamentação da Quiropraxia no Brasil e representante do Ministério da Educação”.

Aprovado em 03/07/2013. Audiência realizada em 04/07/2013.

REQ 294/2013, da Deputada Mara Gabrilli, que “requer que esta Comissão realize Audiência Pública para debatermos sobre “A Educação da Pessoa Com Dislexia e TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade”.

Aprovado em 03/07/2013. Audiência Pública realizada em 22/10/13.



REQ. 295/2013, da Deputada Alice Portugal, que “quer que a Comissão de Cultura realize audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 6.722/2010, que institui o Procultura”.

Devolvido à autora, uma vez que a solicitação se destina à Comissão de Cultura, em 06/08/2013.

REQ. 296/2013, do Deputado Angelo Vanhoni, que “quer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar PLP 15/2011, que estabelece as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e Municípios, com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira”.

Aprovado em 07/08/2013. Audiência realizada em 08/10/13.

REQ. 297/2013, do Deputado Angelo Vanhoni, que “quer realização de Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei Complementar PLP 15/2011, que estabelece as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e Municípios, com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira”.

Aprovado em 07/08/2013.

REQ. 298/2013, do Deputado Angelo Vanhoni, que “quer realização de Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei Complementar PLP 15/2011, que estabelece as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e Municípios, com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira”.

Aprovado em 07/08/2013.

REQ. 299/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer a realização de Audiência Pública destinada a tratar do Projeto de Lei n.º 3.179, de 2012 - Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”.

Aprovado em 14/08/2013. Audiência realizada em 20/11/2013.

REQ. 300/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de Tocantins, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 14/08/2013.

REQ. 301/2013, da Deputada Fátima Bezerra, que “quer a realização de audiência pública em homenagem ao Professor Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, pelos 50 anos do trabalho pioneiro de alfabetização de jovens e adultos, realizado em Angicos (RN), em 1963”.

Aprovado em 07/08/2013. Audiência realizada em 01/10/2013.

REQ. 302/2013, do Deputado Áureo, que “quer que seja realizada audiência pública para discutir e debater os problemas relacionados à adesão de alunos da UNIESP ao programa FIES, oferecido pelo Governo Federal”.

Aprovado em 14/08/2013.

REQ. 303/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer a realização de Audiência Pública destinada a tratar do Projeto de Lei N.º 6.114, de 2009 que Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica – ENAMEB”.

Aprovado em 14/08/2013. Audiência realizada em 24/10/2013.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

REQ. 304/2013, do Deputado Pedro Uczai, que “quer a realização de seminário sobre o programa de consolidação e expansão da UFSC - *campus* Curitibanos”.

Aprovado em 14/08/2013.

REQ. 305/2013, do Deputado Celso Jacob, que “Em aditamento ao Requerimento nº 252/2013 CE, que trata da realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, destinada a debater a fusão entre as empresas Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Anhanguera Educacional, e seu impacto na qualidade do ensino brasileiro, requeiro seja convidado o Fórum das Entidades Representativas de Ensino Superior Particular”.

Aprovado em 21/08/2013. Audiência realizada em 10/10/2013.

REQ. 306/2013, da Deputada Iara Bernardi, que “quer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de São Paulo, no município de Sorocaba e municípios da região, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 28/08/2013. Seminário realizado em 20/09/2013.

REQ. 307/2013, da Deputada Fátima Bezerra, que “Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: O papel das Instituições de Educação Básica nas Universidades Federais”.

Aprovado em 04/09/2013. Audiência realizada em 24/09/2013.

REQ. 308/2013, do Deputado Jean Wyllys, que “quer a realização de Audiência Pública pelas Comissões de Cultura e de Educação, para debater o empreendedorismo social, através de provocações feitas pelo documentário *Quem se importa*, da cineasta Mara Mourão. A Audiência também tem por objetivo buscar maneiras, através de parcerias com os Ministérios da Cultura e da Educação, de levar o filme para o maior número de escolas possíveis”.

Aprovado em 04/09/2013. Audiência Pública realizada em 05/11/13.

REQ. 309/2013, da Deputada Fátima Bezerra, “quer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 04/09/2013.

REQ. 310/2013, do Deputado Izalci, que “quer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão do curso de Administração entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional”.

Aprovado em 04/09/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 5612/2013.

REQ. 311/2013, da Deputada Iara Bernardi, que “quer a realização, na Comissão de Educação, de palestra do senhor Gabriel Perrissé, professor e pós-doutor em Filosofia, com o título Os Sete Pecados Capitais e as Virtudes da Educação”.

Aprovado em 11/09/2013. Palestra realizada em 13/11/13

REQ. 312/2013, do Deputado Waldir Maranhão, que “quer a criação de Subcomissão Especial da Reforma Universitária”.

Aprovado em 11/09/2013. Subcomissão instalada em 01/10/13.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

REQ. 313/2013, do Deputado Izalci, que “quer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão do curso de CONTABILIDADE entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional”.

Aprovado em 11/09/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 5198/13.

REQ. 314/2013, do Deputado Izalci, que “quer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão do curso de ECONOMIA entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional”.

Aprovado em 11/09/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 5199/13.

REQ. 315/2013, do George Hilton, que “quer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o método construtivista na Educação Infantil, bem como a adoção de outras metodologias de alfabetização”.

Aprovado em 11/09/2013. Audiência realizada em 28/11/2013.

REQ. 316/2013, da Deputada Alice Portugal, que “quer a realização de audiência pública para discutir a escalada de desnacionalização do ensino no Brasil”.

Aprovado em 11/09/2013.

REQ. 317/2013, da Deputada Alice Portugal, que “quer o encaminhamento de Indicação subscrita pela Comissão de Educação à Presidência da Câmara dos Deputados, relativa à inclusão obrigatória de disciplina voltada ao direito previdenciário em cursos de direito oferecidos por instituições de ensino superior, como parte das diretrizes curriculares dos cursos de graduação”.

Aprovado em 18/09/2013. Enviada ao Poder Executivo a Indicação nº 5200/13.

REQ 318/2013, do Deputado Izalci, que “quer aditamento ao Requerimento nº 316/2013, *aprovado* por essa Comissão, no sentido de incluir os representantes das entidades abaixo relacionadas para discutir a escalada de desnacionalização do ensino no Brasil”.

Aprovado em 18/09/2013.

REQ. 319/2013, da Deputada Fátima Bezerra e outros, que “quer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir políticas de educação para a população em situação de rua”.

Aprovado em 18/09/2013.

REQ. 320/2013, do Deputado Waldenor Pereira, que “quer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Sudoeste da Bahia, no município de Vitória da Conquista e municípios da região, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública, a fim de fomentar a discussão de políticas públicas”.

Aprovado em 18/09/2013. Seminário realizado em 17/10/2013.

REQ 323/2013, da Deputada Iara Bernardi e outros, que “quer a realização de reunião para discutir uma fórmula mais eficaz de colaboração entre os entes federados para pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”.

Aprovado em 25/09/2013.

REQ. 324/2013, da Deputada Alice Portugal e outros, que “quer audiência pública na CE para discussão do tema: Piso salarial nacional dos professores: reajuste para 2014”.

Aprovado em 16/10/2013.



REQ. 325/2013, do Deputado Stepan Nercessian, que “quer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater o estudo desenvolvido pelos Ministérios da Saúde e Justiça sobre os usuários de drogas no País e as ações conjuntas que serão desenvolvidas, bem como ações exitosas que estão sendo desenvolvidas no País”.

Aprovado em 02/10/2013.

REQ. 326/2013, do Deputado Waldenor Pereira, que “quer a realização de Audiência Pública, para discutir o PL 1.981/2011, que estabelece os procedimentos e critérios de que trata o artigo primeiro do Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos estados partes do MERCOSUL, promulgado pelo Decreto nº 5.518/2005, relativos aos títulos de pós-graduação e unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências”.

Aprovado em 16/10/2013. Audiência realizada em 10/12/2013.

REQ. 327/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com a presença do senhor José Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Educação; do senhor Paulo Speller, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; e do senhor Marco Antônio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, para participar de Audiência Pública para tratar sobre a expansão da rede federal de ensino”.

Aprovado em 16/10/2013. Audiência realizada em 11/12/2013.

REQ. 328/2013, do Deputado Artur Bruno, que “quer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir a utilização dos royalties do petróleo”.

Aprovado em 16/10/2013. Audiência Pública realizada em 12/11/13.

REQ. 331/2013, da Deputada Alice Portugal e outros, que “quer a realização de seminários estaduais para debater os impactos dos royalties do petróleo para a educação”.

Aprovado em 06/11/2013. Realizado o Seminário no Estado do Ceará em 02/12/13.

REQ. 332/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação para debater a adequação das disciplinas, a operacionalização do ensino dos temas transversais e a avaliação da reintrodução da disciplina Educação Moral e Cívica-EMC”.

Aprovado em 06/11/2013.

REQ. 333/2013, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “quer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a situação, os desafios e perspectivas do Programa Projovem Campo, uma das modalidades do Programa Projovem do Governo Federal, cujo gerenciamento é feito pelo Ministério da Educação”.

Aprovado em 13/11/2013.

REQ. 334/2013, do Deputado Izalci, que “quer a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre regulamentação de profissões”.

Aprovado em 13/11/2013.

REQ. 335/2013, do Deputado Celso Jacob, que “quer que sejam convidados representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Representante do Ministério da Educação, Representante da União Nacional dos Estudantes, Representante do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Estadual do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Rio de Janeiro e Representante do Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília, para debater sobre o Projeto de Lei de nº 5.277 de 2013, que modifica o inciso IV do art. 8º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil”.
Aprovado em 27/11/2013.

REQ. 336/2013, do Deputado Waldenor Pereira e outros, “quer a realização de Seminário em conjunto com a Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados para discutir o tema: Toda Escola do Semiárido com Água, Cozinha e Banheiro”.

Aprovado em 27/11/2013. Seminário realizado em 04/12/13.

REQ. 337/2013, do Deputado Izalci, que “Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para discussão acerca da Metodologia de Ensino de Leitura”.

Aprovado em 27/11/2013.

REQ. 338/2013, do Deputado Celso Jacob e outros, que “Requer que os membros da Comissão de Educação, a convite da Confederação Nacional do Comércio, Bens e Serviços (CNC) e a Fundação Bradesco, visitem a Escola SESC de Ensino Médio, Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e a Escola de Educação Básica Fundação Bradesco Jardim Conceição-Osasco em São Paulo, ambas integrantes de projeto de educação integrada”.

Aprovado em 27/11/2013. Visita à Escola Sesc de Ensino Médio em 06/12/13.

REQ. 340/2013, do Deputado Stepan Nercessian, quer a realização de Seminário “Fórum Nacional Sobre o FIES”.

Aprovado em 11/12/2013.



EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

Emendas aprovadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (PL N° 2/13-CN)

Emenda à LDO N° 1, do deputado Newton Lima, para o acréscimo de meta de 180.763 vagas disponibilizadas ao Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão; Ação 8282 - reestruturação e expansão das Universidades Federais.

Emenda à LDO N° 2, do deputado Newton Lima, para o acréscimo de meta de 182.510 vagas disponibilizadas ao Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica; Ação 20RG – expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Emenda à LDO N° 3, do deputado Sérgio de Oliveira, para o acréscimo de meta de 50 unidades apoiadas do Programa 2030 – Educação Básica; Ação 20RP – Infraestrutura para a Educação Básica.

Emenda à LDO N° 4, do deputado Celso Jacob, para o acréscimo de meta de 3.790.0 pessoas capacitadas para o Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica; Ação 6358 - capacitação de recursos humanos da educação profissional.

Emenda à LDO N° 5, do deputado Glauber Braga, para o acréscimo de meta: 931.0 projetos apoiados no Programa 2030 – Educação Básica; Ação 8790 – apoio à alfabetização e à educação de jovens e adultos.

Emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014 (PL 9/13-CN)

Emenda à LOA n° 1, dos deputados Gabriel Chalita, Keiko Ota, Artur Bruno, Paulo Rubem Santiago, Francisco Praciano e Raul Henry, de apropriação/acrécimo: “Implantação de Organizações Militares do Exército: Instituto Militar de Engenharia – IME e Escola de Saúde do Exército, valor R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões)”.

Emenda à LOA n° 2, do deputado Gabriel Chalita, de apropriação/acrécimo: “Apoio às Ações de Universidades Federais referentes à Educação do Campo, valor R\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de reais)”.

Emenda à LOA n° 3, do deputado Gabriel Chalita, de apropriação/acrécimo: “Capacitação e formação para a Educação Básica, valor R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais)”.



PRÊMIO DARCY RIBEIRO 2013

O Prêmio Darcy Ribeiro de Educação foi instituído pela Resolução nº 30, de 1998 e regulamentado pelo Ato da Mesa nº 31 de 1998. Consiste na concessão de diploma de menção honrosa e outorga de medalha com a efígie de Darcy Ribeiro a três pessoas físicas ou jurídicas, escolhidas pela Comissão de Educação dentre aquelas indicadas por membros do Congresso Nacional, cujos trabalhos ou ações mereceram especial destaque na defesa e promoção da educação brasileira.

Na escolha dos agraciados, a Comissão de Educação considera critérios de originalidade, vulto ou caráter exemplar das ações educativas desenvolvidas.

Fotos: Lúcio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados



Dep. Waldenor Pereira, Jorginho Melo, Gabriel Chalita, Prof.^a Dorinha Rezende, Iara Bernardi; Sras. Tânia Baccelli, Camila Pereira e Pe. Vilson Groh; Dep. Biffi, Alex Canziani e Stepan Nercessian.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Em 2013, os agraciados com o Prêmio Darcy Ribeiro foram:



Dep. Biffi, Sra. Camila Pereira e Deps. Gabriel Chalita e Alex Canziani.

- **INSTITUTO PADRE VILSON GROH**,
por indicação do deputado Jorginho Mello;



Deps. Artur Bruno, Stepan Nercessian, Biffi e Jorginho Mello; Sr. Leo Xavier, Pe. Vilson Groh e dep. Gabriel Chalita.



Deps. Biffi e Iara Bernardi, Sra. Tânia Baccelli e dep. Gabriel Chalita.

- **PLENU – INSTITUTO PLENA CIDADANIA**, por indicação da deputada Iara Bernardi.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



A Comissão de Educação realizou em 2013 o Seminário Internacional *Educação em Tempo Integral* com o objetivo de conhecer as experiências nacionais e internacionais sobre o tema. A educação em tempo integral está presente em diversas partes do mundo e já em alguns lugares no Brasil. Também está prevista no Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso Nacional, como uma das metas a serem cumpridas nas diferentes etapas do Ensino.

Data: 30/10/2013 – às 9h Local: Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados; com o apoio do sistema CNC/ SESC/ SENAC

PROGRAMAÇÃO

9h às 10h – Cerimônia de Abertura

- 2º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Dep. Simão Sessim
- Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados – Dep. Gabriel Chalita
- Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – Sen. Ana Amélia de Lemos
- Presidente da Frente Parlamentar da Educação – Dep. Alex Canziani
- Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) – Macaé Maria Evaristo dos Santos
- Vice-Presidente do Sistema CNC / SESC / SENAC – Luiz Gil Siuffo Pereira



Prof.^a Macaé Evaristo, Deps. Alex Canziani, Gabriel Chalita e Simão Sessim; Sen. Ana Amélia de Lemos e Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira

1ª Mesa

10h às 10h40 – Escola integral na Escola da Ponte: uma visão de encantamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Coordenador: Dep. Celso Jacob

Palestrante: Prof. Dr. José Pacheco (Portugal)

10h40 às 11h20 – Conceito de Educação em Tempo Integral e seus desafios

Coordenador: Dep. Izalci

Palestrante: Prof. Dr. Cesar Muñoz Jimenez (Espanha)

11h20 às 12h – Educação Integral e Impactos no Currículo

Coordenador: Dep. Paulo Rubem Santiago

Palestrantes: Prof^a. Dr^a. Cláudia Valentina Assumpção Galian e Prof^a. Dr^a Maria das Mercês Ferreira Sampaio

12h às 12h40 – Educação em Tempo Integral no Sesc

Coordenador: Dep. Jean Wyllys

Palestrante: Claudia Santos de Medeiros



1^a Mesa: Prof. Cláudia Valentina Assumpção Galian e Maria das Mercês Ferreira Sampaio; Prof. José Pacheco, Dep. Paulo Rubem Santiago, Prof. César Muñoz e Prof. Cláudia Medeiros.

2^a Mesa

13h30 às 14h10 – Como deve ser a Escola em Tempo Integral?

Coordenadora: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende

Palestrante: Prof. Dr. Bernard Charlot (França)

14h10 às 14h50 – A Educação em Tempo Integral no Brasil

Coordenadora: Dep. Fátima Bezerra

Palestrante: Dra. Jaqueline Moll

14h50 às 15h30 – Experiência de Educação Integral na Rede Municipal de Ensino de Apucarana/PR

Coordenador: Dep. Chico Alencar

Palestrante: Pe. Valter Pegorer

15h30 às 16h10 – O Cotidiano da Educação Infantil do Sesc RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Coordenadora: Dep. Iara Bernardi

Palestrante: Andréa de Souza

Gabriela Korossy/ CD



Prof. Bernard Charlot e Dep. Prof. Dorinha Rezende. Pe. Valter Pegorer, Prof. Jaqueline Moll, Dep. Fátima Bezerra e Prof. Andréa de Souza.

16h10 às 16h30 – Encerramento



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO

Seminário Nacional do Observatório da Educação



A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou no dia 3 de dezembro o Seminário Nacional do Observatório da Educação, no plenário 1 do Anexo II. O Seminário teve por objetivo conhecer experiências educacionais exitosas, vivenciadas em várias regiões do país, que mostram como é possível garantir o direito constitucional a uma educação de qualidade e para todos. A Comissão de Educação tem papel crucial na garantia desse direito, pois é responsável por importantes debates nacionais para a formação de políticas públicas na área.

Durante o ano de 2013, os deputados membros da Comissão coordenaram treze Seminários Regionais para identificar as melhores práticas pedagógicas e o Seminário Nacional propiciou o debate de onze dessas experiências, de modo a conhecer o que de fato pode mudar a realidade de uma escola e a aprendizagem dos alunos.



Participantes do Seminário Nacional do Observatório da Educação



PROGRAMAÇÃO

9h – Abertura:

Deputado Izalci – membro titular da Comissão de Educação

Deputado Celso Jacob – membro titular da Comissão de Educação

Presidente da UNDIME – Prof. Cleusa Rodrigues Repulho



Dep. Celso Jacob, dep. Izalci e prof. Cleusa Repulho

1ª Mesa:

9h30 – São Bernardo do Campo-SP. EMEF Professor Cassiano Faria.

Expositoras: Andrea Carla Selarin e Márcia Regina Rosa Assis

Experiência selecionada do I Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em São Caetano do Sul/SP, coordenado pelo Dep. Gabriel Chalita. Trata da participação do Conselho Mirim como mecanismo de gestão democrática da escola, na busca de soluções para uma questão relacionada à rejeição da merenda escolar por parte de alguns alunos. A partir disso a escola promoveu um amplo debate sobre alimentação saudável, com a realização de peças teatrais.

9h45 – Rio de Janeiro-RJ. IPM e Risco Familiar – Grupo Afro Reggae.

Expositores: Danilo Gonçalves Costa e Ana Cristina Gonçalves Silva

Experiência selecionada do II Seminário Regional do Observatório da Educação realizado no Rio de Janeiro/RJ, coordenado pelo Dep. Celso Jacob. Programa criado para promover a travessia da exclusão para a inclusão social. Nos seis Núcleos onde o Afro Reggae atua são identificados quais são as desproteções e ausências vividas pelas famílias dos atendidos dos núcleos. É produzido um “Mapa de Privações” que aponta as privações e, assim, direciona as famílias às políticas públicas, a fim de saná-las. Constatou-se que quase ¼ dos domicílios visitados possuem privações na Dimensão Educação.

Após análise do questionário, as famílias são classificadas no Risco Social Familiar. Para cada família é designado um técnico de referência, que faz os encaminhamentos necessários para as redes especializadas existentes e acompanha estas famílias, possibilitando a travessia desta família da exclusão para inclusão social.



10h – Brasília-DF. Projeto “Vozes do Chicão” – Centro Educacional São Francisco.

Expositores: Leisa Sasso e Luiz Eugenio Barros de Brito

Experiência selecionada do V Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Brasília/DF, coordenado pelo Dep. Izalci. Projeto na linha de ação de cultura de paz. Inserida em um meio de violência, a escola identificou que seus alunos de ensino fundamental e médio tinham dificuldade com a leitura, interpretação e produção de textos. A partir disso, foi criado o projeto “Vozes do Chicão”, um registro das criações poéticas dos estudantes em um livro de publicação anual. As poesias de autoria dos alunos também são recitadas em saraus na escola. O estudante tem sua voz respeitada e essa tem que ser manifestada de todas as formas na comunidade escolar. Como resultados, a escola já está na 4ª edição do livro.



Luiz Eugênio Brito, Leisa Sasso, Ana Cristina Silva, Danilo Costa, Dep. Celso Jacob, Márcia Assis, Andrea Selarin, Jeferson Nunes e Escolástica de Oliveira. Foto : Gabriela Korossi/ CD

10h15 – Fortaleza-CE. Projeto Professor Diretor de Turma – EEFM Estado de Alagoas.

Expositores: Escolástica Lisboa de Oliveira e Jeferson Christyan Almeida Nunes

Experiência selecionada do IX Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Fortaleza/CE, coordenado pelo Dep. Artur Bruno. Projeto em que um professor, de qualquer disciplina, assume o compromisso de se responsabilizar pelos alunos de uma única turma ao longo de cinco horas semanais de trabalho e desenvolvimento de atividades como construção, organização e análise do dossiê da turma, atendimento aos pais, responsáveis e alunos, reuniões com o conselho da turma, aulas de formação para a cidadania e articulação de estudos orientados. O objetivo é construir uma escola que eduque para a razão e a emoção, visando garantir a permanência, o sucesso e a formação do cidadão.

10h30 – São Luís-MA. Projeto ATIVAMENTE – Estimulação Neurocognitiva.

Expositoras: Jucelia Ganz e Luce Malba Campos Rodrigues

Experiência selecionada do VII Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em São Luís/MA, coordenado pelo Dep. Pinto Itamaraty. Programa de atividades



extracurriculares, baseadas no neurodesenvolvimento infantil, que visa estimular os seguintes eixos: Linguagem, Motricidade, Memória, Atenção, Pensamento, Habilidades Sociais e Emocionais. Envolve crianças de 3 a 6 anos de idade, tem densa fundamentação teórico-científica, baseado em metodologia de pesquisa com suporte técnico-científico da Universidade Mackenzie e tem como ferramentas básicas o treino cognitivo e a estimulação psicomotora.

10h45 – Debates (20 min)

2ª Mesa



Ive Milani, Rita de Cácia de Oliveira, Patrícia Penha, Dinah Maron, Dep. Waldenor Pereira, Deise Cavalcanti e Mônica Schimid. Foto: Lúcio da Silva Rodrigues/CD

11h05 – Londrina-PR. Água Fonte de Vida – Escola Municipal Maria Vicentini Teodoro. Expositoras: Deise Macedo Reis Cavalcanti e Mônica Bossa dos Santos Schimid

Experiência selecionada do IV Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Londrina/PR, coordenado pelo Dep. Alex Canziani. Projeto de sustentabilidade. Os alunos começaram a se inquietar com o futuro do Córrego do Tico Tico. A partir daí iniciaram um processo de conscientização com o uso da água e a preservação do meio ambiente. Realizaram ações de revitalização da nascente, uso correto da água, cuidado com o lixo, criação de material reciclado, tudo permeado por princípios de cooperação e cidadania. Como resultados percebeu-se grande motivação de alunos e professores para o aprendizado, maior envolvimento entre escola, família e comunidade.

11h20 – Sorocaba-SP. O Professor Adjunto na Perspectiva da Educação – Secretaria Municipal de Itu.

Expositoras: Patrícia Maria Corsi Pierroni Penha e Dinah Cristina Motta Spina Maron

Experiência selecionada do VIII Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Sorocaba/SP, coordenado pela Dep. Iara Bernardi. O objetivo é assegurar o acesso e permanência dos alunos portadores de deficiência. Incluiu na função do professor adjunto o acompanhamento ao aluno deficiente no âmbito escolar, auxiliando em todas as suas necessidades de apoio, locomoção, alimentação, higiene e aprendizagem, atendendo o desenvolvimento dos aspectos pedagógicos, físicos, psicológicos, fisiológicos e desenvolvimento global.

11h35 – Salvador-BA. Classes Hospitalares e Domiciliares.

Expositores: Eudes Oliveira Cunha e Rita de Cácia Jesus Santos de Oliveira



Experiência selecionada do XI Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Salvador/BA, coordenado pelo Dep. Colbert Martins. O projeto trata de um serviço educacional especializado desenvolvido na residência do aluno que não pode participar das aulas nos espaços escolares, por motivo de saúde. Visa ajudar os alunos no reconhecimento de si mesmo como sujeito produtor de sua história e construtor de conhecimentos, utilizando sua história de vida como ponto de partida, utilizando as redes sociais no processo de ensino-aprendizagem como instrumento facilitador.

3ª Mesa:

11h50 – Vitória da Conquista-BA. Caravana do CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo.

Expositores: Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva e Emílio Aurélio de Carvalho Souza

Experiência selecionada do XI Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Vitória da Conquista/BA, coordenado pelo Dep. Waldenor Pereira. Este projeto propõe o alinhamento entre a possibilidade de desenvolver ações pedagógicas intervencionistas nas comunidades rurais e bairros distantes do centro de Caetitê pelos alunos e professores desta unidade de ensino, com a vontade de transformar para melhor e de contribuir para a auto sustentabilidade dos moradores da cidade. A partir da atuação de estudantes da educação profissional busca-se a melhoria na vida dos moradores atendidos com serviços de monitoramento básico à saúde, bem como a aprendizagem de técnicas menos agressivas ao meio ambiente.



Alda Borges/ Sandra de Lima/ Maria Juraci de Araújo/ Claudia Santa Rosa/
Dep. Waldenor Pereira/ Emílio Souza/ Rosany Silva Foto: Lúcio da Silva
Rodrigues/CD

12h05 – Natal-RN. Rede Potiguar de Escolas Leitoras

Expositoras: Claudia Sueli Rodrigues Santa Rosa e Maria Juraci de Araujo

Experiência selecionada no Estado do Rio Grande do Norte, sob a coordenação da Dep. Fátima Bezerra (PT/RN). A "Rede Potiguar de Escolas Leitoras" teve origem num projeto de formação de professores mediadores de leitura iniciado em agosto de 2007, no âmbito da parceria entre a ONG Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE), o Instituto C&A e a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, beneficiando 79 escolas estaduais. A partir do ano de 2010 passou a contar com as parcerias das secretarias municipais de educação de Natal e Parnamirim, chegando a 145 escolas municipais e estaduais. A programação sistemática de formação de mediadores



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

de leitura passou a ser realizada por polos assim como o planejamento de ações conjuntas de democratização da leitura literária pelos territórios de cada polo. Permaneceu o investimento no fomento à criação de bibliotecas escolares, formação e qualificação dos acervos e na inserção do compromisso com a formação de leitores de literatura no projeto político-pedagógico da escola.

12h20 – Belém-PA. Educação de Jovens e Adultos – Secretaria Municipal de Moju.

Expositoras: Alda Lúcia Paiva Borges e Sandra Helena Ataíde de Lima

Experiência selecionada do VI Seminário Regional do Observatório da Educação realizado em Belém/PA, coordenado pelo Dep. Nilson Pinto. A experiência apresenta práticas exitosas adotadas pela Secretaria de Educação do município de Moju/PA que contribuíram para a diminuição da evasão e reprovação escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no 1º Primeiro Segmento (1ª e 2ª etapas). A reestruturação da proposta curricular de ensino, o fortalecimento da Coordenação da EJA e a consolidação do trabalho docente, voltado para a vivência dos educandos contribuíram para a garantia da permanência dos alunos na escola. A Secretaria buscou parceria com a empresa Vale, que contribuiu para o desenvolvimento dos projetos “Vale Alfabetizar” e Projeto “TeleSol Vale”.



Seminários Regionais do Observatório da Educação

I Seminário Regional do Observatório da Educação – São Paulo (14/06)

Coordenador: Deputado Gabriel Chalita

09h - Mesa de Abertura

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi - Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
Dep. Gabriel Chalita - Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

09h20 - Painéis:

Painel 1 – *EMEF Padre Luiz Capra de São Caetano do Sul*

Diretora Marilena Duarte da Cunha

Painel 2 – *Obra Social Dom Bosco*

Padre Rosalvino Moran Viñayo

Painel 3 – *EMEF Desembargador Amorim Lima de São Paulo / Unesco*

Diretora Ana Elisa Pereira Flauquer de Siqueira

Painel 4 – *EMEF de São Bernardo do Campo*

Painel 5 – *Programa Aproximação Família - Escola - Fundação Itaú Social*

Anna Carolina Bruschetta

10h10 - Expositores:

Daniel Belluci Contro - Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul

Luciana de Toledo Temer Castelo Branco - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

Cleuza Rodrigues Repulho - Secretária Municipal de Educação de São Bernardo do Campo e Presidenta da Undime Nacional

Alejandra Meraz Velasco - Gerente da Área Técnica do Movimento Todos pela Educação

Ernesto Martins Faria - Coordenador de Projetos da Fundação Lemann

11h25 - Saudações Finais:

Paulo Nunes Pinheiro - Prefeito de São Caetano do Sul

Jarbas Elias Zuri Júnior - Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de São Caetano do Sul

Sônia Aparecida de Souza Braga - Secretária Municipal de Cidadania e Ação Social de Mauá

Marianne Pinotti - Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo.

11h45 - Encerramento – Dep. Gabriel Chalita

II Seminário Regional do Observatório da Educação - Rio de Janeiro (21/06)

Coordenador: Deputado Celso Jacob

14h – Abertura

Apresentação do Grupo Afro Reggae

Cláudia Costin - Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro

Patrícia Carvalho Tinoco - Assessoria Especial da Subsecretaria de Gestão de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Dep. Gabriel Chalita - Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Dep. Celso Jacob - Coordenador do Observatório de Educação no Rio de Janeiro

14h30 - Painéis:

Painel 1 – *Espaços de Desenvolvimento Infantil* - Secretaria Municipal de Educação do RJ

Expositora: Simone Souza

Painel 2 – *IPM e Risco Familiar*" - Grupo Afro Reggae¹

Expositora: Bruna Camargos

Painel 3 – *Escolas do Amanhã* - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Expositor: Fábio Campos

Painel 4 – Diretoria de Gestão Escolar da Secretaria de Estado de Educação do RJ¹.

Expositora: Ana Valéria Dantas

III Seminário Regional do Observatório da Educação - Petrolina – PE (21/06)

Coordenador: Deputado Raul Henry

9h - Abertura:

Julio Lossio - Prefeito Municipal de Petrolina

9h30 - Conferência: *Políticas Nacionais para a Primeira Infância: por que investir?*

Ricardo Paes de Barros (SAE-PR)

Josaiás Santana (Assessor PMP) - Comenta

10h30 - Mesa-redonda:

Dep. Osmar Terra (PMDB/RS) - Frente Parlamentar para a Primeira Infância

Dep. Raul Henry (PMDB - PE) - Frente Parlamentar de Educação

Dep. Paulo Rubem (PDT - PE) - Comissão de Educação

Moderadora Ver. Cristina Costa (PT - Petrolina)

11h30 - Conferência: *Programa Mãe Coruja Pernambucana*

Renata Campos - Primeira-dama de Pernambuco

Comenta Marilene Montarroyos (IAB - ICE)

13h30 - Conferência: *Em que investir na primeira infância? - O que dizem as evidências*

João Batista Araujo e Oliveira (IAB)

Moderadora Marcela Fulanete Corrêa (UNIVASF)

14h10 - Mesa-redonda: *O Programa Nova Semente visto por dentro*

Supervisoras, gestoras e sementeiras

Moderadora Mônica Couto – Secretária da Primeira Infância

15h50 - Conferência: *O Programa Nova Semente e seus parceiros*

Irmã Maria Araújo (PETRAPE)

Denise Rocha (IAB)

Comenta Heitor Leite (Sec. Educação PMP)

16h50 - Encerramento: Julio Lossio



IV Seminário Regional do Observatório da Educação - Londrina – PR (27/06)

Coordenador: Deputado Alex Canziani

14h00 – Abertura

Alexandre Lopes Kireeff - Prefeito Municipal de Londrina;

Flávio Arns - Vice-Governador e Secretário de Educação do Paraná;

Janet Elizabeth Thomas - Secretária Municipal de Educação de Londrina e Secretária Executiva da UNDIME - PR;

Gabriel Chalita - Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;

Alex Canziani Silveira – 3º Vice-Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Presidente da Frente Parlamentar da Educação, e Coordenador do Observatório da Educação no Paraná;

Rony dos Santos Alves - Presidente da Câmara Municipal de Londrina;

Dr. Oscar Alves - Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná;

Regina Lucia Ferraz Torres - Presidente UNDIME - PR;

Lucia Cortez - Chefe do Núcleo Regional de Educação.

15h00 Apresentação dos Painéis:

Painel 1 – *Exposição de Fotografias e Haicais "Fotografia e Poesia - um clique sensível no seu dia a dia"* - Colégio Estadual Marcelino Champagnat - Londrina/PR

Apresentação: Rita de Cássia Sanches Gonçalves;

Valéria Oliveira Dal Ry e Carlinda Aparecida da Rosa

Painel 2 – *Ações Integradas: alunos, escola e comunidade nas decisões da construção do ambiente saudável* - Colégio Estadual Professora Adélia Dionízia Barbosa - Londrina/PR

Apresentação: Prof. Marins Carlos de Souza

Painel 3 – *Pipa sem Cerol* - Colégio Estadual Albino Feijó Sanches

Apresentação: Márcia Aparecida Guimarães de Oliveira

Painel 4 – *Água fonte de vida* - Escola Municipal Maria Irene Vicentini Teodoro - Londrina/PR

Apresentação: Monica Bossa dos Santos Fchmid, e Lissandra Marques Romagnolli

Painel 5 – *O Estudante como prioridade na Escola e na Comunidade Escolar* - Escola Municipal Vereador Heinz Wittitz - Guaratuba/PR

Apresentação: Olga Margarida e Denise Maria Correa.

Painel 6 – *Ações Integradas e Coletivas em Prol da Educação* – Nova América da Colina/PR

Apresentação: Jorge Lopes da Silva

V Seminário Regional do Observatório da Educação – DF (22/08)

Coordenador: Deputado Izalci

14h – Abertura

Dep. Izalci - Coordenador do Observatório de Educação em Brasília

14h30 - Painéis:

Painel 1 – Escolas Digitais Integradas

Expositora: Dra. Profa. Cecília Leite

Painel 2 – Centro Educacional São Francisco - "Vozes do Chicão"



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Expositora: Dra. Profa. Leísa Sasso

Painel 3 – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

Expositor: Dra. Profa. Olga Freitas

16h30 - Debates

17h30 - Encerramento

VI Seminário Regional do Observatório da Educação - Belém – PA (23/08)

Coordenador: Deputado Nilson Pinto

08h30 - Mesa de Abertura:

Nilson Pinto - Deputado federal e Coordenador do Observatório da Educação no Pará

Pedro Negrão - Presidente da UNDIME Pará

Cláudio Ribeiro - Secretário de Estado de Educação/SEDUC

Suely Menezes - Presidente do Conselho Estadual de Educação/CEE

09h - Composição da Mesa Científica:

Prof. Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva - Língua Portuguesa/UEPa

Salomão Larêdo - Escritor

Suely Menezes - Representante do Conselho Estadual de Educação/CEE

09h15 - Apresentação das Experiências/Projeto:

Experiência 1 – EMEIEF. Thiago Guedes de Oliveira/Castanhal

Experiência 2 – EEEFM. Icuí Laranjeiras/Ananindeua

Experiência 3 – EMEF. Santa Rosa/Moju

Experiência 4 – Secretaria Municipal de Educação de Moju/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos

Experiência 5 – Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/Coordenação de Educação Especial

Experiência 6 – Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/Núcleo de Produção de Artes e Ciências

Experiência 7 – ERC. São Francisco Xavier/Abaetetuba

Experiência 8 – EEEF. Ruy Paranatinga Barata/Belém

Experiência 9 – EEEF. Dr. Carlos Guimarães/Belém

Autor (a): Prof. Esp. Walquíria Cristina Batista Alves e Prof. Esp. Luiza Cristina I. Arruda

12h - Comentários da Mesa Científica

12h30 – Encerramento

VII Seminário Regional do Observatório da Educação – São Luís – MA (19/09)

Coordenador: Deputado Pinto Itamaraty

14h00 – Abertura - Atração cultural - Hino Nacional

Mesa de abertura

Secretário de Estado de Educação

Secretário Municipal de Educação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Gabriel Chalita – Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados
Pinto Itamaraty – Deputado federal e Coordenador do Observatório de Educação no Maranhão

14h45: Palestra de Abertura

Caio Dib - Idealizador do projeto Caindo no Brasil

15h15 - Painéis de experiências exitosas

Painel 1 - 'ABC Nefro' - Sec. Mun. Educação

Painel 2 - 'Horto Medicinal' - Liceu Maranhense

Painel 3 - 'Cultura da paz' - Colégio Militar Tiradentes 7 de setembro

Painel 4 - IDEB - Sec. Est. Educação

16h30 - Perguntas e diálogos

18h00 - Encerramento.

VIII Seminário Regional do Observatório da Educação – Sorocaba – SP (20/09)

Coordenadora: Deputada Iara Bernardi

7h30 - Recepção/Café/Credenciamento

8h - Cerimonial de Abertura

9h - Apresentação de experiência de Sorocaba 3 - Astronomia: uma proposta de trabalho - Esc. Getúlio Vargas

09h20 – Apresentação de experiência da Plataforma Educacional Kiduca - Jorge Proença

09h40 - Apresentação de experiência de Laranjal Paulista - Conferência Municipal Infanto-Juvenil - Vamos Cuidar de Laranjal

10h - Apresentação de experiência de Sorocaba 6 - Dicionáriobol - E.M. Avelino Leite de Camargo

10h20 – COFFEE

10h40 - Apresentação de experiência de Pirajuí - Projeto: "Literatura fazendo gente"

11h - Apresentação de experiência de Avaré - Projeto "Conscientizar para preservar o mundo"

11h20 - Apresentação de experiência de Tapiraí - Diminuição da Defasagem de Aprendizagem

11h40 - Apresentação de experiência de Sorocaba 9 - "A hora mágica da pasta azul" - E.M. Profª Josefina Zília de Carvalho
12h - ALMOÇO

13h30 - Apresentação da experiência de Piraju - "Curta Folclore - A linguagem audiovisual como ferramenta paradidática no ensino"



13h50 - Apresentação de experiência de Itapetininga - Projeto: Informática Educativa na Escola, um caminho para a inclusão digital

14h10 - Apresentação de experiência de Iporanga - Projeto Escola Parque/Agenda 21 Escolar

14h30 - Apresentação de experiência de Piedade 19 - Xadrez: Lógico e Estratégico

14h50 - Apresentação de experiência de Sorocaba 12 - Eixo Temático: Matemática - Escola Prof. Luiz Almeida Marins

15h10 - COFFEE

15h30 - Apresentação de experiência de Itu - O Professor Adjunto na Perspectiva da Educação Inclusiva

15h50 - Apresentação de experiência de Votorantim - Projeto: “Cuidando do Nosso Bairro” - EMEF Dides Crispin Almeida

16h10 - Apresentação de experiência de Salto - Projeto “Cidadania - Cuidando do Meio Ambiente”

16h30 - Apresentação da experiência de Boituva – “Cidade Leitora”

16h50 - Apresentação da experiência de Mairinque - Programa “Saúde na Escola” - PSE
Apresentação da experiência de Mairinque - Programa de Inclusão para Atendimento de Crianças com Necessidades Especiais

17h10 - Comunicação de experiência de capacitação de professores – Professor Marcos Rogério Silvestri Vaz Pinto - (SP)

IX Seminário Regional do Observatório da Educação – Fortaleza – CE (30/09)

Coordenador: Deputado Artur Bruno

14h30 – Mesa de Abertura:

Dep. Estadual Professor Teodoro – Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

Dep. Federal Artur Bruno – 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Coordenador do Observatório da Educação no Ceará;

Dep. Federal Chico Lopes.

15h – Composição da Mesa:

Dep. Federal Artur Bruno – 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;

Dep. Federal Chico Lopes;

Dep. Estadual Professor Pinheiro – Membro da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

Profa. Maria Izolda Cela Arruda - Secretária de Educação do Estado do Ceará – SEDUC/CE;

Prof. Regivaldo Freires Silva – Secretário de Educação do Município de Ocara/CE e

Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

16h - Painéis:

Painel 1 – Projeto Alfabetização na Idade Certa – PAIC

Ana Jaqueline Braga Mendes – Secretária de Educação do Município de Brejo Santo/CE

Painel 2 – Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP

Profa. Vitória Cunha

Painel 3 – Projeto Professor Diretor de Turma

Prof. Jefferson Cristian e Profª. Escolástica Lisboa

Painel 4 – Projeto Jovem de Futuro

Prof. Afonso Jampiery

Painel 5 – Projeto ENEM – Chego Junto, Chego Bem

Profa. Maria do Socorro de Paula

17h - Considerações Finais:

Profa. Maria Izolda Cela Arruda – Secretária de Educação do Estado do Ceará – SEDUC/CE;

Dep. Federal Artur Bruno – 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;

Dep. Estadual Professor Teodoro – Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

18h - Encerramento.

X Seminário Regional do Observatório da Educação – João Pessoa – PB (30/09)

Coordenador: Deputado Damião Feliciano

14h30 – Abertura

Painel 1 – Município de Várzea, melhor IDEB da Paraíba – Sec. Municipal de Educação do município.

Expositor: José Amilton Costa

Painel 2 – Mais Educação no Município de Guarabira – Diretoria da EEEF João Francelino da Silva.

Expositora: Jandicleide Tiburtino

Painel 3 – Alunos Campeões do Município de Paulista – Secretaria Municipal de Educação

Expositora: Jonilda Alves Ferreira

16h30 – Debates

17h – Encerramento, com apresentação do coral dos alunos do município de Guarabira.

XI Seminário Regional do Observatório da Educação – Vitória da Conquista – BA

1ª Etapa (17/10 e 18/11)

Coordenador: Deputado Waldenor Pereira

17/10

15h00 – Composição da Mesa de Abertura

Guilherme Menezes – Prefeito Municipal de Vitória da Conquista;

Gabriel Chalita – Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;



Waldenor Pereira – Deputado Federal e Coordenador do Observatório da Educação no Sudoeste da Bahia;

Zé Raimundo – Deputado Estadual e Membro Titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;

Fernando Vasconcelos – Vereador – Presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista;

Profº Dr. Paulo Roberto Pinto – Reitor da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB;

Profº Dr. Orlando Sílvio Caires Neves – Diretor do Campus Anísio Teixeira – UFBA;

Durval de Almeida – Diretor de Ensino do IFBA - campus VCA;

Profº Ricardo Costa – Representante das DIREC'S : Vitória da Conquista - DIREC 20; Caetité – DIREC 24 ; Brumado - DIREC 19; Itapetinga – DIREC 14; Macaúbas – DIREC 23 e Guanambi – DIREC 30.

16h00 – PALESTRA: O papel do professor na melhoria da educação no Brasil

Palestrante: Deputado Federal Gabriel Chalita – Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

17h00 – Encerramento

18/11

14h00 – Composição da Mesa de Abertura

Guilherme Menezes – Prefeito Municipal de Vitória da Conquista;

Waldenor Pereira – Deputado Federal e Coordenador do Observatório da Educação no Sudoeste da Bahia;

Zé Raimundo – Deputado Estadual – Membro Titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;

Fernando Vasconcelos – Vereador – Presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista;

Profº Dr. Paulo Roberto Pinto – Reitor da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB;

Profº Dr. Orlando Sílvio Caires Neves – Diretor do Campus Anísio Teixeira - UFBA;

Profº Dr. Paulo Marinho de Oliveira – Diretor do Instituto Federal da Bahia – Campus Vitória da Conquista;

Profº Ricardo Costa – Representante das DIRECs: Vitória da Conquista – DIREC 20; Caetité – DIREC 24; Brumado – DIREC 19; Itapetinga – DIREC 14; Macaúbas – DIREC 23 e Guanambi – DIREC 30.

15h00 – Apresentação das Experiências

1. – Experiências DIREC 20 (Vitória da Conquista)

1.1. – Colégio Estadual Orlando Leite

Projeto: Uso eficiente do telefone celular no contexto escolar e público

Responsável: Prof. Cristiane Campos Santana

End.: Praça H, s/n, bairro Urbis II – Bateias – Vitória da Conquista

1.2. – Colégio Estadual Vilas Boas Moreira

Projeto: Sexualidade na adolescência

Responsável: Profª. Alessandra Bulhões

End.: Av. Sergipe, s/n, bairro Brasil – Vitória da Conquista

2. – Experiência DIREC 24 (Caetité)



2.1. – Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, Mortugaba – BA
Projeto: Sustentabilidade: múltiplos olhares
Responsável: Clarice Ferreira Nogueira (Professora de Biologia e Vice-Diretora)

2.2. – Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP (Caetité)
Nome do Projeto: Caravana do CETEP
Escola: Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP (Caetité)
Apresentadores: Emílio Aurélio de Carvalho Souza (Professor de Educação Física) e Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva (Diretora)

3. – Experiência DIREC 14 (Itapetinga)

3.1. – Secretaria Municipal de Educação
Projeto: Formação e Valorização dos Professores; Infraestrutura e Apoio pedagógico
Localidade: Secretaria de Educação do Município de Macarani – BA
Responsável: Jair Arcanjo Silva

3.2. – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Projeto: Expresso Leiturinha
Localidade: Secretaria de Educação e Cultura do Município de Itapetinga – BA
Responsável: Francilina Liege de Souza Ferraz

17h00 – Encerramento

XI Seminário Regional do Observatório da Educação – Salvador – BA 2ª Etapa (18/10)

Coordenadores: Deputados Alice Portugal, Colbert Martins e Lelo Coimbra

09h00 – Abertura

Colbert Martins – Deputado Federal e Coordenador do Observatório da Educação em Salvador/BA;
Alice Portugal – Deputada Federal e Coordenadora do Observatório da Educação em Salvador/BA;
Gabriel Chalita – Deputado Federal e Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;
Oswaldo Barreto Filho – Secretário da Educação do Estado da Bahia;
Jorge Khoury – Secretário Municipal de Educação de Salvador.

09h20 – Apresentação da Escola Municipal Oswaldo Cruz

Ana Carla Pereira – Gestora
Maria de Faria de Fátima Carvalho – Professora

09h55 – Apresentação da Escola Eugênia Anna dos Santos

Ana Lize Mendes de Jesus – Gestora

10h30 – Apresentação das Classes Hospitalares e Domiciliares

Ive Carolina Fiuza Figueirêdo Milani – Professora;
Rita de Cacia Jesus Santos de Oliveira – Professora.

11h15 – Encerramento



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS e OUTROS SEMINÁRIOS

Audiência pública com o Ministro da Educação realizada em 10/04/2013

Destinada a tratar da agenda do Ministério da Educação no Congresso Nacional.



Foto: Wendel Lopes

A Comissão de Educação recebeu o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para tratar da agenda do órgão no Congresso Nacional. Na ocasião, o ministro falou das perspectivas da educação no Brasil, a partir de temas como a ampliação do atendimento em creches – por meio do programa Brasil Carinhoso –, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a educação em tempo integral, o ensino rural, o acesso à educação para pessoas portadoras de deficiência, a formação de professores, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a expansão do ensino superior e o programa Ciência sem Fronteiras.

Os deputados ressaltaram a importância da aprovação do Plano Nacional de Educação, que vincula 10% do PIB brasileiro a essa área, e da Medida Provisória 592/12, que destina 100% dos royalties das futuras concessões de petróleo a investimentos no setor. O PNE, que valerá por dez anos a partir de sua aprovação, já passou pela Câmara e, agora, tramita no Senado Federal.

Para Chalita, o Brasil avançou muito no que se refere ao acesso das crianças e dos jovens à escola, mas é preciso cuidar da qualidade do ensino. “A aprovação, na Câmara, da vinculação de 10% do PIB à educação foi uma grande conquista da sociedade brasileira”, afirmou o deputado. “Agora, precisamos aprovar a fonte desses recursos, com a utilização dos royalties para a educação”, completou.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência pública realizada em 16/04/2013

Destinada a debater as dificuldades nas doações às universidades públicas do país.

Requerimento 166/2012, do Deputado Alex Canziani, aprovado em 30/04/2012.

Participantes: José Roberto Cardoso, diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e Gustavo Balduino, Secretário-Executivo da ANDIFES.



Banco de imagens – Agência Câmara

A iniciativa do debate foi do deputado Alex Canziani (PTB-PR). Discutiui-se o exemplo da Escola Politécnica da USP, pioneira nessa área.

Segundo José Roberto Cardoso, diretor da Escola Politécnica da USP, a instituição criou um canal por meio do qual empresas e profissionais podem fazer suas doações: um fundo permanente que reúne doações e as gerencia com práticas semelhantes às das principais universidades do mundo. Outra opção é fazer a doação diretamente à escola, conforme regras de uma portaria específica para essa finalidade.

Em 2010, a Comissão de Educação aprovou o Projeto de Lei 4847/09, do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que permite ao contribuinte, pessoa jurídica ou física, deduzir do Imposto de Renda metade das doações feitas a entidades públicas de ensino superior. Segundo a proposta, as doações de pessoas jurídicas, somadas às contribuições para atividades culturais e audiovisuais, não poderão reduzir em mais de 4% o imposto devido. A tramitação da proposta ainda não foi concluída.

(com informações da Agência Câmara)



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 17/04/2013

Ciclo de palestras para discutir os desafios do Brasil na educação para os próximos anos em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: “Balanço do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)”.

Convidado: Marco Antonio de Oliveira – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.



Instituições privadas de ensino superior e escolas privadas de educação tecnológica deverão integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) Técnico a partir do segundo semestre deste ano, disse o secretário de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Marco Antonio de Oliveira.

Ainda de acordo com Oliveira, o Brasil tem 22,5 milhões de jovens entre 18 e 24 anos. Desses, 7,6 milhões, cerca de um terço, concluíram o ensino médio e não ingressaram em nenhum outro sistema de ensino superior ou de formação técnica. “Com a entrada das escolas privadas – explica – esperamos ampliar a oferta de vagas no ensino técnico de nível médio”. Poderão participar instituições privadas de ensino superior com avaliação positiva exigida pelo MEC e escolas técnicas privadas que forem bem avaliadas pela rede federal, que será responsável por verificar o cumprimento das exigências para a oferta de cursos.

O presidente da frente, deputado Alex Canziani (PTB-PR), lembra que a MP que tramita no Congresso permite que escolas privadas também possam ofertar vagas para o Pronatec. “O programa também permitiu uma ampliação significativa de vagas para o Sistema S”, disse o deputado. Canziani destacou ainda que o Pronatec, desta forma, será mais divulgado na mídia.

O Pronatec começou a ser implementado pelo governo federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação, são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino de entidades do Sistema S (Senai, Senac, Senar e Senat).

(com informações da assessoria de imprensa do deputado Alex Canziani)



Audiência pública realizada em 07/05/2013

Destinada a tratar da política de educação especial do aluno com altas habilidades/superdotação.

Requerimento 244/2013, dos deputados Nilmário Miranda e Érika Kokay, aprovado em 17/04/2013.

Participantes: Zenita Gunther (Diretora Técnica da Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento – ASPAT); Renata Maia (pesquisadora na área de superdotação); Denise Fleith (representante do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – PED/UNB); Macaé Evaristo (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI/MEC); Valquíria Theodoro (Presidente da Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades/Superdotação do Distrito Federal – APAHS/DF); Antônio Leitão (Coordenador de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação do GDF) e Vera Lúcia Palmeira (representante e membro do Conselho Brasileiro para Superdotação – CONBRASD).



Foto: Assessoria de Imprensa/Com. Educação

Com relação aos dados de 2012 do último Censo Escolar – que revelam a existência de cerca de 11 mil estudantes com desempenho intelectual acima da média matriculados na educação básica – a representante do Conselho Brasileiro para Superdotação, Vera Lúcia Pereira, declarou que esse número pode ser bem maior. Para a pedagoga, há muitos alunos com esse perfil que ainda não foram identificados na rede escolar.

Durante a audiência, os participantes chamaram a atenção para a carência de recursos financeiros, de estrutura adequada e de professores capacitados para atender os estudantes superdotados. Atualmente, existem apenas 27 centros de atendimento especializado em todo o País.

A presidente da Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades ou Superdotação do Distrito Federal (APAHS/DF), Valquíria Theodoro, acredita que, no atual quadro, futuros talentos estão sendo desperdiçados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Na mesma linha, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) afirmou que o tema encontra pouca visibilidade: "Esse tema passa de forma muito superficial em todas as discussões".

A mudança pode vir com a tramitação na Câmara de projeto de lei do Senado (PL 4700/12), que cria um cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica ou superior.

(com informações *da Agência Câmara*)



Visita de parlamentares e empresários argentinos ao Congresso Nacional, com o objetivo de conhecer políticas e experiências brasileiras na educação em 08/05/2013

Participantes: Walter Grahovac, Ministro de Educación de la Provincia de Córdoba; María Eugenia Estenssoro, Senadora Nacional pela Ciudad de Buenos Aires; Miriam Gallardo, Senadora Provincial de Mendoza; Luis Petri, Diputado Provincial de Mendoza; Omar Duclós, Diputado Nacional de Buenos Aires; Rosario Cristiani, Diputada Provincial de Santa Fe; Soledad Acuña, Subsecretaria de Inclusión Escolar y Comunidad Educativa de Buenos Aires; Pablo Javkin, Secretario General CC de Santa Fe; Alicia Mastandrea, Dirigente Política de Chaco; Ingrid Jetter, Vice-Intendente de Corrientes; Alan Clutterbuck, Presidente de RAP; Manuel Alvarez Trongé, Presidente del Proyecto Educar 2050; Paula Montoya, Directora Ejecutiva de RAP, e Mercedes Hoffay, Cordinadora del Proyecto Acuerdos Básicos de RAP. Também estiveram presentes os deputados federais Nilson Pinto (PSDB/PA) e Professor Sérgio de Oliveira (PSC/MA).



Assessoria de imprensa – CE

O presidente da Comissão de Educação, deputado Gabriel Chalita (PMDB/SP), recebeu uma delegação de parlamentares e gestores públicos de educação argentinos, além de membros da Fundación Red de Acción Política (RAP). O grupo veio ao País com o objetivo de conhecer as políticas e as experiências brasileiras na área da educação.

Chalita tratou de diferentes questões referentes à educação, como da destinação dos royalties do petróleo a essa área, da escola de tempo integral, do Plano Nacional de Educação, da Lei de Responsabilidade Educacional, da escolha de dirigentes escolares, do Observatório da Educação, da necessidade de envolver as famílias no processo educacional e da valorização dos professores. “A educação é a política pública capaz de melhorar todas as outras”, afirmou o deputado. “Precisamos cuidar da qualidade do ensino, aumentar o tempo das crianças na escola e, principalmente, tratar os educadores com respeito, proporcionando formação adequada, salários dignos e valorização profissional.”



Audiência pública realizada em 09/05/2013

Destinada a prestar esclarecimentos sobre os critérios de correção e avaliação das redações do Enem/2012.

Requerimento 235/13 dos Deputados Raul Henry, Stepan Nercessian e Izalci, aprovado em 20/03/2013.

Participantes: José Francisco Soares (Professor da Pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG); Luís Cláudio Costa (Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP); Gisele Gama Andrade (Diretora-Presidente da ABAQUAR – Consultores e Editores Associados); Cláudio Cezar Henrique (Professor de língua portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ); Ormezinda Ribeiro (Professora do Instituto de letras da Universidade de Brasília – UnB) e Ocimar Alavarse (Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP).



Assessoria de Imprensa – CE

O debate aconteceu um dia após o Ministério da Educação (MEC) ter anunciado regras mais rígidas de correção para as redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Parlamentares e especialistas aprovaram as mudanças propostas pelo governo.

O método de correção das redações do exame de 2012 gerou polêmica depois da divulgação de textos que tiraram nota máxima, apesar de terem erros graves de grafia e concordância, e de redações que conseguiram resultado acima da média mesmo tendo receita de macarrão instantâneo e hino de time de futebol no meio da dissertação. O presidente do INEP, autarquia do MEC responsável pelo Enem, Luís Cláudio Costa, disse que não se pode condenar o exame como um todo por causa desses episódios. “Distribuímos 4,1 milhões de redações, estamos discutindo 6 delas, ou seja, 0,001%. O sistema funciona; trata-se de uma exceção”, declarou.

Segundo Luiz Cláudio Costa, os critérios anteriores de correção permitiam erros gramaticais, desde que eles não fossem repetidos e que o candidato não fugisse ao tema proposto. Agora, com as novas regras, redações com trechos que tratem deliberadamente de assuntos não



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

pedidos vão receber nota zero. Também haverá uma cobrança maior na aplicação das normas gramaticais e mais treinamento para os corretores. Um dos deputados que pediram a realização do debate, Raul Henry (PMDB-PE), apoiou a medida. “Houve uma mudança de atitude do MEC, que deve ser parabenizada. Erro é para ser reconhecido e corrigido”, destacou.

Os novos critérios também tiveram apoio de outro deputado que solicitou a audiência, Izalci (PSDB-DF). Ele, no entanto, fez um alerta sobre a má qualidade do ensino. “Muita coisa que foi levantada aqui se deve à péssima qualidade do ensino básico”, sustentou.

Especialistas que participaram do debate também avaliaram como positivas as mudanças na correção do Enem, mas fizeram críticas. Gisele Gama, que coordenou uma equipe de correção, ressaltou que erros humanos continuarão acontecendo, porque os novos critérios não resolvem problemas estruturais, como o excesso de redações a serem corrigidas em pouco tempo. Segundo ela, são 10 milhões de textos avaliados em um mês, por professores que usam o tempo livre para essa tarefa. A pressão sobre os corretores foi negada, porém, pelo presidente do INEP, que disse que cada profissional corrige até 50 redações por dia.

Já para Claudio Cezar Henriques, da UERJ, a avaliação do português no Enem é lamentável, pois não exige as competências que se espera de um estudante que está entrando no ensino superior. José Francisco Soares, especialista em avaliação, também pediu maior obediência à norma culta. “Ser tolerante nessa proposta é criar um país mais ou menos. É muito importante que a gente diga: excelência no critério”, afirmou Soares.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência pública realizada em 14/05/2013

Destinada a avaliar a implantação da Lei 10.639/03, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Requerimento 246/2013, da Deputada Iara Bernardi, aprovado em 17/04/2013.

Participantes: Macaé Evaristo dos Santos (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI-MEC), Ângela Maria de Lima Nascimento (Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas), Rita Potyguara (representante do Conselho Nacional de Educação – CNE), Viridiano Custódio de Brito (Secretário de Estado da Promoção da Igualdade Racial do DF), Márcia Lucena (Secretária Estadual de Educação da Paraíba e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED), Celso José dos Santos (representante da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros – CADARA/MEC) e Ana José Marques (Coordenação de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do DF).



Profissionais das áreas de educação e de promoção da igualdade racial avaliaram a implementação da Lei 10.639/03, que obriga escolas públicas e particulares a ensinar história e cultura afro-brasileira, uma vez que o Brasil ainda enfrenta uma série de desafios para vencer o racismo dentro das instituições de ensino.

Segundo os participantes da reunião, a situação hoje é de aplicação pontual da legislação por professores e escolas e de falhas na formação de docentes. "As escolas ainda trabalham a questão racial apenas em 13 de maio (data da abolição da escravatura no Brasil, em 1888) ou em 20 de novembro (dia da Consciência Negra), mas isso tem que fazer parte do cotidiano. Um professor não pode fazer carinho apenas no cabelo liso, mas também no cabelo crespo", afirmou a coordenadora de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Ana José Marques.

Outro problema apontado pelos debatedores foi a dificuldade na formação de professores. Segundo eles, os cursos superiores que formam os docentes muitas vezes não incluem na



grade curricular a temática da história e da cultura afro-brasileira, restando às secretarias de educação promover cursos de formação continuada de seus professores. "Enquanto fazemos formação continuada, os novos profissionais continuam sem formação", reclamou o professor da rede de educação básica do Paraná e advogado Celso José dos Santos.

Ao mesmo tempo em que a formação de professores foi apontada como uma dificuldade, a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Macaé Evaristo, apontou a mesma formação como um avanço. "Antes da lei, sequer se pensava sobre o assunto." Ela destacou que, neste ano, 13,7 mil professores participam de especialização nas relações étnico-raciais. Macaé lembrou, ainda, que o MEC vem dando apoio a estados e municípios para que construam uma agenda de combate ao racismo, que ainda se reflete, por exemplo, na taxa de analfabetismo absoluto entre pessoas com mais de 15 anos. Entre os brancos, essa taxa é de 7,1%. Entre a população negra, o mesmo índice sobe para 16,9%. (tabela)

Educação e relações étnico-raciais			
Analfabetismo absoluto acima de 15 anos		Analfabetismo funcional (menos de 4 anos de estudo)	
Raça	Percentual	Raça	Percentual
brancos	7,1	brancos	18,4
negros	16,9	negros	32,3
Atendimento na educação infantil		Escolaridade das pessoas com mais de 15 anos	
Raça	Percentual	Raça	Anos de estudo
brancos	10,3	não negros	8,4
negros	8,9	negros	6,7
Atendimento no Ensino médio		Atendimento no Ensino superior	
Raça	Percentual	Raça	Percentual
brancos	52,4	brancos	15,5
negros	28,2	negros	3,8
População brasileira: 51,07% são negros ou pardos			
<small>(Fonte: Censo IBGE/ 2010)</small>			

Conforme estudo de 2009 do Ministério da Educação, o baixo nível de institucionalização da lei se deve à inexistência de ações programáticas, sendo que algumas práticas isoladas em escolas ganharam legitimidade com a lei. Os campos disciplinares com maior aplicação da regra são história, artes e literatura. "Foi recomendado que especialmente essas áreas abordassem o assunto, mas virou a regra", observou a conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE) Rita Potyguara, que apresentou pontos da pesquisa.

Foi consenso entre os participantes da audiência que as experiências de sucesso devem ser aproveitadas e divulgadas. A secretária de Educação da Paraíba, Márcia Lucena, ressaltou que cabe aos secretários da área institucionalizar as ações que surgem dentro da escola. A deputada Iara Bernardi (PT-SP), que sugeriu o debate, comprometeu-se a trabalhar em conjunto com o ministério a fim de divulgar as boas experiências. "Vamos ter publicações conjuntas, inclusive das boas práticas, daquilo que foi feito de bom que possa incentivar outras experiências em outras escolas brasileiras", completou.

A Lei 10.639/03 acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devam ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

Essas ações afirmativas atendem ainda ao que determina o Programa Nacional de Direitos Humanos, assim como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, tais como: a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), de 1960, e a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas, de 2001.

(com informações da Agência Câmara)



Seminário conjunto das Comissões de Cultura, Educação e Legislação Participativa realizado em 14/05/2013

X Seminário LGBT no Congresso Nacional: “Abram as Asas sobre Nós a Liberdade de Crença em Relação às outras Liberdades Individuais”. O seminário foi proposto pelos deputados Paulão (PT-AL) e Jean Wyllys (Psol-RJ).

Requerimento 239/2013, dos Dep. Jean Wyllys, Fátima Bezerra e Nilmário Miranda.

MESA DE ABERTURA

Participantes: Deputada Jandira Feghali (Presidenta da Comissão de Cultura - CCULT); Deputado Lincoln Portela (Presidente da Comissão de Legislação Participativa - CLP); Senadora Lídice da Mata (Membro da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT no Senado Federal); Deputado Jean Wyllys (Membro da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara dos Deputados); Deputado Chico Alencar (Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e Coordenador do tema do respeito ao direito de crença e não-crença); Silvany Euclênio (Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais do Ministério de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Macaé Maria Evaristo dos Santos (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação); Gustavo Bernardes (Coordenador da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis da Secretaria de Direitos Humanos); Carlos Magno (Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT); Cris Stefanny (Presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil - ANTRA); e Åsa Dahlström Heuser (Presidente da Liga Humanista Secular do Brasil).

MESA 1 – ESTADO LAICO NA PRÁTICA E NA TEORIA. Como fica o processo de representação política diante das contradições existentes na Constituição e nas Práticas de Instituições?

Mediação: Dep. Paulão

Debates - Mediação: Senadora Lídice da Mata

Participantes: Paulo Victor Leite Lopes (Pesquisador do Instituto de Estudos da Religião - ISER); Débora Diniz (Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS); Jefferson Aparecido Dias (Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal em São Paulo); André Sidnei Musskopf (Pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Escola Superior de Teologia - EST); Antônio Rodrigo Machado (Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Padre Beto (Doutor em Ética pela Universidade Ludwig-Maximilians de Munique, Alemanha); e Henrique Vieira (Teólogo e militante dos direitos humanos).



MESA 2A – RELIGIÃO E DIVERSIDADES – Como trabalhar as diferenças culturais para garantir um Estado Laico?

Mediação: Dep. Jean Wyllys

Participantes: Raul Meyer (Representante da Confederação Israelita do Brasil - CONIB); Bispo Robson Rodvalho (Fundador da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra); Hussein Mohamed El Zoghbi (Presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil - FAMBRAS); Padre Wladimir Porreca (Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); e Pastora Romi Márcia Bencke (Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas - CONIC).

MESA 2B - RELIGIÃO E DIVERSIDADES - Como trabalhar as diferenças culturais para garantir um Estado Laico?

Mediação: Dep. Erika Kokay

Participantes: Daniel Sottomaior (Presidente da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos); Ysani Kalapalo (Fundadora-Presidente do Movimento Indígenas em Ação - MIA); Inez Campos (Representante do Centro de Estudos Budistas Bodisatva); Flamarion Vidal (Representante da Federação Espírita Brasileira - FEB); Iradj Roberto Eghrari (Secretário Nacional de Ações com a Sociedade e o Governo - movimento Bahá'í); e Pai Tata Nguz'tala (Sacerdote do Terreiro Tumba Nzo Jimona dia Nzambi).

Agência Câmara



Com o slogan "Liberdades, abram as asas sobre nós", as comissões de Cultura; de Educação; e de Legislação Participativa, em parceria com a Frente Mista pela Cidadania LGBT e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos promoveram um amplo debate em torno de religião e diversidade sexual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Em sua 10ª edição, o seminário lotou um dos plenários da Câmara. Além de parlamentares de variadas crenças, o evento contou com a presença de teólogos e representantes de movimentos sociais, do governo e das entidades da sociedade civil. Eles identificam um cenário de "fundamentalismo e intolerância religiosa", que impediria a cidadania plena e estaria na base da violência crescente contra os homossexuais.

Agência Câmara



Gustavo Bernardes: quando o fundamentalismo religioso se transforma em violência, isso preocupa o Estado.

Coordenador de promoção dos direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gustavo Bernardes admitiu que o fato preocupa o governo, que tem investido em ações coordenadas para enfrentá-lo.

"Quando esse fundamentalismo religioso se transforma em violência, homofobia, lesbofobia ou transfobia, isso preocupa o Estado brasileiro", ressaltou Gustavo Bernardes.

Houve defesa unânime de um Estado laico, que não se paute por dogmas religiosos. O teólogo Roberto Daniel, mais conhecido como padre Beto e que acaba de ser excomungado pela diocese católica paulista, disse que a defesa da laicidade deveria partir das próprias religiões.

No entanto, o ex-padre não tem muita esperança de avanços por parte das cúpulas religiosas. "Eu aprendi cidadania na paróquia: cidadania que lutava para o bem comum de todos", destacou Roberto Daniel. "Infelizmente, temos hoje uma igreja de homens extremamente dogmáticos, que prefere expulsar alguém a dialogar com esse alguém, tentando amadurecer a ideia de como aceitar a diversidade sexual, por exemplo. Infelizmente, a Igreja está retrocedendo, sim. Nós estamos criando – e isso é muito perigoso – gerações jovens com cabeças extremamente inflexíveis, dogmatizadas. É seguir uma fé cega."

A Frente Parlamentar Evangélica também foi alvo de críticas devido à atuação incisiva em propostas consideradas "retrógradas" pelos homossexuais. Foram distribuídos panfletos contrários, por exemplo, ao projeto (PDC 234/11) da chamada "cura gay".



Agência Câmara



Wyllys: Seminário LGBT é resposta à intolerância e uma defesa de temas que interessam os homossexuais.

O deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) disse que o seminário LGBT é uma "resposta à intolerância" e visa "qualificar a atuação" dos parlamentares no debate de temas de interesse dos homossexuais.

A presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Cris Stephani, se disse "envergonhada" quando políticos usam o nome de Deus no Parlamento e confundem "a liberdade de expressão com a liberdade de opressão".

A representante do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Débora Diniz, fez a defesa da laicidade do Estado. "Estado laico não é católico, evangélico nem ateu. Não é indiferente às religiões, mas também não se rege pelas religiões. Suas ações não se confundem com nenhuma religião em particular. Deve manter-se neutro. É a laicidade que nos permite ser o que queremos ser."

Por sua vez, o representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antônio Machado, disse que "somente o Estado laico pode garantir a paz. A tentativa de transformar o Brasil em Estado confessional fará mal a todos".

Já o representante da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, Jefferson Dias, disse que é possível discutir a teologia a partir da diversidade sexual, "porém, aqueles que se arvoram de ter a verdade não vão aos debates". Ele fez críticas ao Parlamento, que, na sua avaliação, estaria se influenciando pelos argumentos religiosos "metamorfosados em discursos pseudocientíficos para justificar, por exemplo, a cura gay".

Presidente da Comissão de Legislação Participativa, o deputado Lincoln Portela (PR-MG), que é evangélico, ressaltou a importância do seminário para que o "Parlamento se paute pelas reais necessidades da sociedade". Segundo o parlamentar, "é preciso dialogar com todos, e esse seminário é uma forma de manifestar a coexistência pacífica entre os diversos setores da sociedade".

Também fizeram discursos em defesa do Estado laico os deputados Artur Bruno (PT-CE), Paulão (PT-AL), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Chico Alencar (Psol-RJ) e Érika Kokay (PT-DF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O teólogo e militante dos direitos humanos Henrique Vieira acha que é importante fazer o debate no campo científico, teológico, para quebrar a "falácia" de que o fundamentalismo representa todos os estudiosos da religião.

"O fundamentalismo é uma teologia que se auto teoriza e só tem pronunciamento; só ensina, não aprende; só fala, não ouve. Em nome do conceito vida, gera morte; em nome do conceito paz, gera violência", criticou Henrique Vieira. "Nesta perspectiva, a fé está pronta e deve ser imposta aos outros, sem diálogo concreto com a própria vida". Segundo ele, tal comportamento revela-se "coparticipante" da violência da qual vários LGBTs são vítimas atualmente.

Representante do Instituto de Estudos da Religião, Paulo Victor Lopes diz que há um projeto claro de expansão do poder por parte dos evangélicos, que ganham espaços cada vez maiores no Executivo e Legislativo. "Há um cenário de conservadorismo e de valores retrógrados".

Em sua opinião, a Frente Parlamentar Evangélica seria o símbolo do proselitismo religioso, pois está presente em quase todas as comissões temáticas da Câmara, tem a liderança de partidos importantes e atua legitimamente, mas de forma tão incisiva que acaba provocando uma espécie de "desumanização de determinados segmentos sociais, dificultando a conquista de direitos das minorias". Para ele, os evangélicos, "não são os agentes de violência direta, mas são os amoladores de faca". Daí a necessidade de reafirmação da laicidade.

(com informações da Agência Câmara)



Seminário realizado em 21/05/2013

Seminário conjunto com a Frente Parlamentar Mista da Educação sobre temas de vários projetos em tramitação no Congresso Nacional sobre ensino.

Requerimento 203/2012 dos deputados Francisco Praciano, Paulo Rubem Santiago e Waldenor Pereira, aprovado em 31/10/2012.

Participantes: Deputado Alex Canziani (Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação), José Dantas Cyrino (professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM), Yvelise Arco-Verde (Diretora de Apoio à Gestão Educacional do MEC), José Fernandes de Lima (Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE).



Assessoria de imprensa – CE

Na audiência, discutiu-se o ensino de temas e assuntos de relevantes valores sociais nos currículos dos ensinos fundamental e médio, seja por meio de inclusão de novas disciplinas nos currículos escolares ou por meio dos chamados “temas transversais”.

A ideia dos autores do requerimento é que os estudantes brasileiros tenham, por parte das redes públicas e privadas de ensino, uma formação plena e, ainda, que seus currículos de ensino sejam enriquecidos com temas importantes na atualidade.



Audiência Pública realizada em 21/05/2013

Audiência Pública conjunta com as comissões de Finanças e Tributação; de Fiscalização Financeira e Controle; de Educação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Seguridade Social e Família para debater a certificação das entidades filantrópicas na área de Assistência Social.

Requerimento 229/2013, dos Deputados Aline Corrêa, Carlos Magno, Flávia Morais, Raimundo Gomes de Matos e Pastor Eurico.

Participantes: Denise Ratmann Colin (Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS), Rosângela Wolff de Quadros Moro (Procuradora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – do Paraná), Sílvio José Marola (Presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – Febraeda), Maria Cecília Ziliotto (assistente social, técnica em planejamento e política social e membro do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), Wagner Nogueira da Silva (advogado do Terceiro Setor, membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social – SUAS), José Eduardo Sabo Paes (Procurador de Justiça do Ministério Público do DF) e Luiz Gonzaga Bertelli (Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE).



Assessoria de imprensa – CE

O debate abordou a crescente situação de insegurança de entidades que desenvolvem ações de enfrentamento à pobreza, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de protagonismo por meio de programas de integração ao mercado do trabalho.

O deputado João Dado (PDT-SP), um dos que solicitaram a audiência, alertou que a promoção da integração ao mercado de trabalho, um dos objetivos da assistência social disciplinado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – 8.742/93), não foi tipificada nos serviços nacionais socioassistenciais pela Resolução 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e não recebeu o completo detalhamento na Resolução 33/11 da CNAS. O parlamentar alertou para a necessidade de apoiar e acolher as ações de integração ao mercado do trabalho no âmbito da assistência social, e a “urgência de corrigir interpretação equivocada pelo não reconhecimento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

entidades que atuam com jovens e adolescentes, garantindo-lhes proteção social e renda, no contexto da universalização dos direitos sociais”. Segundo ele, a suspensão, indeferimento ou cancelamento dos certificados dessas instituições tem levado ao fechamento de entidades que já funcionavam há décadas.

A certificação das entidades beneficentes de assistência social, que é um requisito para a isenção de contribuições para a seguridade social, pode ser concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação. O certificado é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para entidades que tenham atuação preponderante na área de assistência social, e pelos ministérios da Educação e da Saúde, para entidades com atuação preponderante nessas áreas.

Na lei 12.101/09 e no Decreto 7.237/10, está prevista e garantida à certificação das entidades filantrópicas e beneficentes que atuam em assistência social.

(com informações da Agência Câmara)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Audiência Pública realizada em 28/05/2013

Audiência pública para apresentação da pesquisa "A Gestão da Educação Infantil", publicada pela Fundação Victor Civita.

Requerimento 232/13 do Deputado Paulo Rubem Santiago, aprovado em 20/03/2013.

Participantes: Ângela Cristina Dannemann (Diretora-Executiva da Fundação Victor Civita) e Maria Malta Campos (Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas).



Foto: Agência Câmara

A pesquisa sobre "A Gestão da Educação Infantil" foi realizada pela Fundação Carlos Chagas e publicada em 2012 pela Fundação Victor Civita em livro intitulado "Estudos e Pesquisas Educacionais". Os estudos têm por finalidade contribuir para a reflexão de questões e aspectos relevantes, que importam para o aperfeiçoamento das políticas educacionais no Brasil. “Assim, a pertinência da apresentação dos dados reside na fundamentação objetiva e contextualizada que podem oferecer à elaboração e modificação das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a gestão escolar”, diz o deputado Paulo Rubem Santiago, autor do requerimento. Ele lembra ainda a importância da divulgação das boas experiências e de dados que venham a instrumentalizar os profissionais da área de gestão escolar.

(com informações da Agência Câmara)



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 29/05/2013

Ciclo de palestras em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: “Desafios da Educação nos Próximos Anos”.

Convidado: Cláudia Costin – Secretária de Educação do Rio de Janeiro.



Assessoria de imprensa – dep. Alex Canziani

Segundo a secretária de Educação do município do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, muitos alunos ainda saem da escola sem saber ler e escrever, os currículos são muito extensos, os professores são despreparados para sala de aula e não conseguem despertar o interesse do aluno: “Falta aplicar uma avaliação consistente sobre os docentes e alunos”, emendou Cláudia Costin.

Claudia apontou alguns pontos ainda críticos na educação brasileira. “Somos a 6ª economia do mundo, mas ainda temos que avançar muito para conseguirmos alcançar uma educação de qualidade como a de países que fizeram verdadeiras revoluções no ensino, como a Coreia do Sul.” Ela ressaltou, ainda, que a educação leva muito tempo para ser transformada.

A secretária mencionou na palestra alguns pontos importantes que podem transformar a educação. “Temos que formular políticas para educação a partir dos problemas existentes previamente identificados. Temos que fixar metas e saber se as nossas crianças estão aprendendo”, destacou. “Também devemos envolver os pais no aprendizado. Precisamos monitorar e avaliar o aluno e não aprová-lo automaticamente, e necessitamos de um currículo nacional para todas as escolas. Um currículo claro, objetivo e com metas.”

A secretária salientou que os professores precisam saber realmente o que vão ensinar nas salas de aula. “Também defendo que aluno permaneça em sala de aula por, pelo menos, sete horas, um tempo razoável para o melhor aprendizado”, destacou. Para ela, o processo de melhoria da qualidade da educação passa por estas diretrizes: “Não conseguiremos transformar a educação em tempo recorde, mas não podemos mais adiar essa transformação necessária”.

(com informações da assessoria de imprensa do deputado Alex Canziani)



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 05/06/2013

Ciclo de palestras em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: “Os Desafios da Educação nos Próximos Anos”.

Convidado: Ângela Dannemann - Diretora-Executiva da Fundação Victor Civita



Assessoria de imprensa – dep. Alex Canziani

A diretora executiva da Fundação Victor Civita, Angela Dannemann, afirmou que apenas dois por cento dos alunos do ensino médio desejam ser professor. A diretora falou dos 27 anos de trabalho da Fundação Victor Civita na área de educação. Ângela explicou que a fundação foi instituída com o propósito de “criar um país mais justo e mais próspero através da educação. Entre as nossas principais metas estão qualificar e valorizar o professor e investigar as causas dos problemas na educação”. Ainda segundo ela, precisamos aplicar um piso salarial para o professor e implantar carreiras docentes atrativas, estimuladoras para permanência dos melhores profissionais nas escolas. “Também apoio a formação continuada (em serviço) correspondente às demandas da escola, sob a responsabilidade de um coordenador pedagógico.”

A diretora da fundação disse que o professor precisa se aproximar das tecnologias. Atualmente 74% dos professores não se consideram preparados para usar computadores em sala de aula – salienta Ângela Dannemann. Ela também defende a adoção de um currículo único para todo o País. “Um currículo que sirva de base para os professores e alunos. O documento deve apontar como os conteúdos devem ser organizados no espaço e no tempo, para que as aprendizagens esperadas sejam alcançadas por todos os estudantes. Também deve conter orientações didáticas com exemplos de atividades para a sala de aula e avaliar o progresso dos estudantes”. “Esse currículo não pode ser prescritivo, apenas dar as bases. O principal objetivo do currículo único deve ser a qualidade da educação para todos, independentemente de classe.”

O presidente da Frente Parlamentar da Educação do Congresso Nacional, deputado Alex Canziani (PTB-PR), também defendeu a valorização do professor como principal medida para alcançarmos uma educação de qualidade para todos, e a adoção de um currículo único para o país. “Vários especialistas têm essa visão: investir no professor. Precisamos valorizar a carreira do docente. Eles precisam ser bem pagos, precisam de um plano de carreira melhor do que o que está aí. Vemos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

que em outros países o professor tem um salário digno, tem a carreira valorizada, como qualquer outra profissão.”

Canziani ressaltou ainda que, sem um bom professor, não teremos boas escolas. “Também defendo o currículo único para o país. O professor precisa saber o conteúdo que vai dar na sala de aula. Os alunos também necessitam dessa informação, assim como os pais. Isso vai oferecer uma certa segurança a todos e vai, sem dúvida, aperfeiçoar o aprendizado”, ressaltou o deputado.

(com informações *da assessoria de imprensa do dep. Alex Canziani*)



Audiência Pública realizada em 04/06/2013

Destinada a debater o Tráfico de Pessoas, considerando a relevância do tema e a necessidade de se conseguir, por meio da informação do sistema educacional, enfrentar esse crime e prevenir a sua ocorrência.

Requerimento 247/2013, do deputado Waldir Maranhão, aprovado em 17/04/2013.

Participantes: Francisco George Lima (Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa – SDH/PR), Aline Yamamoto (Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça – SPMP/PR), Arnaldo Jordy (Deputado Federal Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas), Vânia Márcia Damasceno Nogueira (Coordenadora Nacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça), Pedro Henrique Rodrigues de Albuquerque (Consultor da NP Assessoria e Planejamento) e Vanessa Gonçalves Leite Souza (Delegada-Chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal).



Assessoria de imprensa – CE

Durante a reunião, deputados, autoridades e especialistas destacaram que, devido à falta de informação sobre o problema, milhões de jovens continuam a ser vítimas de propostas enganosas de trabalho. Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime revelam que o tráfico humano alicia mais de 2 milhões de pessoas em todo o mundo e movimenta anualmente cerca de 32 bilhões de dólares (cerca de R\$ 65 milhões).

O autor do requerimento para a realização da audiência, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), defendeu a abordagem do tema em sala de aula. "À luz da reformulação do ensino médio, nós temos parâmetros curriculares nacionais. Por que não se dar o olhar devido a essa questão para que nós possamos ter os nossos professores em sala de aula como parceiros em potencial para educar a nossa juventude e as nossas crianças?".

Os participantes também chamaram a atenção para a necessidade de tornar mais rígidas as punições para o tráfico humano no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas na Câmara, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), ressaltou que é mais fácil ter uma dosimetria maior para um crime praticado contra o patrimônio do que contra a vida humana. “Até um dia desses, por exemplo, quem praticasse crime de estupro contra uma criança menor vulnerável, menor de 14 anos, não passava mais do que cinco anos [na cadeia], ainda que pegasse a pena máxima. Se fosse réu primário, ele teria todas as facilidades atenuantes da lei.”

A delegada-chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, Vanessa Gonçalves Leite Souza, criticou o fato de o Código Penal (Lei 4.737/65) só punir o tráfico humano para fins de exploração sexual. “Hoje em dia, não existe, criminalmente falando, o tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho, para fins de remoção de órgãos. Existe o crime de remoção ilegal de órgãos, mas, em relação ao tráfico de pessoas – ou seja, tirar uma pessoa do seu estado de origem, levar para outro país, tirar os órgãos, ainda que seja mediante pagamento – a legislação penal não prevê nenhum aumento de pena por isso.”

Desde 2004, o Brasil é signatário do Protocolo de Palermo, que, além da exploração sexual, caracteriza como tráfico humano o aliciamento de pessoas para exploração da força de trabalho e remoção de órgãos.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 11/06/2013

Destinada a debater a possível entrada de médicos estrangeiros no Brasil sem a prestação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Ensino Superior Estrangeiras (Revalida).

Requerimentos 268/2013, do Deputado Izalci e 271/2013, do Deputado Celso Jacob, aprovados em 22/05/2013.

Participantes: Juracy Barbosa dos Santos (Diretor do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina do Planalto Central), Vinicius Veloso Paulino (representante do Centro Acadêmico da Escola Superior de Ciências da Saúde), Fernando Erick Damasceno Moreira (representante do Centro Acadêmico da Universidade Católica de Brasília), Danilo Aquino Amorim (representante do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília), Aloísio Tibiriça Miranda (2º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina), Geraldo Ferreira Filho (Presidente da Federação Nacional dos Médicos) e José Bonamigo (Tesoureiro da Associação Médica Brasileira).



Assessoria de imprensa – CE

A decisão anunciada pelo Ministério da Saúde de contratar seis mil médicos estrangeiros – da Espanha, de Cuba e de Portugal – sem a realização do Revalida foi duramente criticada pelos representantes das entidades médicas que participaram da audiência pública.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras (Revalida) é uma prova que avalia a qualidade do profissional de Medicina e é aplicada a todos os alunos – brasileiros ou estrangeiros – que tiverem feito o curso no exterior.

Segundo a proposta do governo, esses médicos teriam atuação restrita ao interior do País e contariam com um registro provisório de três anos, podendo depois realizar a validação do diploma, por meio do Revalida, ou voltar aos seus países de origem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Para o segundo vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Aloísio Miranda, que participou da audiência, a medida é insuficiente, porque o médico sem uma estrutura adequada não consegue atender à população.

Para a interiorização dos médicos, o Conselho Federal de Medicina defende a adoção de uma carreira de estado para a categoria. Como essa é uma proposta de médio prazo, os médicos defendem também a realização de concurso público imediato para o preenchimento dessas vagas que o ministério quer completar com médicos estrangeiros. "Quando o mercado não leva o médico, o governo tem que fazer um investimento público para que ele possa atender a população. É isso que nós estamos propondo: que haja uma solução emergencial e que seja consolidada a carreira de Estado para o médico do Brasil."

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 13/06/2013

Destinada a debater o PL 3688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas escolas públicas de educação básica, de relatoria da Dep. Keiko Ota (PSB/SP).

Requerimento 275/2013, do Deputado Artur Bruno, aprovado em 05/06/2013.

Participantes: Yvelise Arco-Verde (Diretora de Apoio à Gestão Educacional – SEB/MEC); Celso Tondin (representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP); Maria Nilene Badeca da Costa (Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED); Elisa Braga (representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFSS); Aléssio da Costa Lima (Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME); Marilda Facci (Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE) e Vanuza Sales (Diretora da Secretaria de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Assuntos Educacionais dos Professores – SINPRO/DF).



Assessoria de imprensa - CE

O debate foi solicitado pelo deputado Artur Bruno (PT-CE). De acordo com a proposta em tramitação na Câmara, equipes multidisciplinares deverão atender aos estudantes dos ensinos fundamental e médio, tendo em vista a melhoria do processo de aprendizagem e a mediação das relações entre alunos, professores e toda a comunidade escolar.

Abordou-se o texto do Substitutivo do Senado ao PL 3688/00, do ex-deputado José Carlos Elias. Segundo esse texto, as redes públicas contarão com equipes multidisciplinares próprias, à custa da verba da Educação, e algumas necessidades específicas de alunos poderão ser tratadas em parceria com o SUS.

No entanto, conforme a proposta original, já aprovada pela Câmara, o atendimento deveria ser prestado por psicólogos do Sistema Único de Saúde (SUS) e por assistentes sociais de serviços públicos.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 18/06/2013

Audiência conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, destinada a debater a educação da pessoa com autismo, em comemoração ao Dia Mundial do Orgulho Autista.

Requerimento 253/2013, da Deputada Mara Gabrilli, aprovado em 08/05/2013.

Participantes: Martinha Clarete dos Santos (Diretora de Políticas de Educação Especial – SECADI/MEC); Mariana Fernandes (Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência – MS); Nilsarete Margarida de Lima (Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS); Liliane Bernardes (Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDH/PR); Cristiano Camargo (Escritor e ganhador do Prêmio Orgulho Autista – categoria Melhor Livro) e Marianna Pinotti (Secretária da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo).



Banco de Imagens/ CD

O Brasil ainda tem muito a avançar em relação à atenção dispensada às pessoas autistas. A opinião é consenso entre associações representativas e os próprios portadores do transtorno que participaram da audiência conjunta das comissões de Educação; e de Seguridade Social e Família.

O autismo é uma alteração que afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização e de comportamento. Para o presidente nacional do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta, o País tem motivos para comemorar a data por causa da aprovação, no ano passado, da lei federal que institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/12). No entanto, Fernando Cotta destacou a importância de se colocar em prática os direitos garantidos na lei. Segundo ele, o acesso à educação é um dos problemas mais graves, aliado ao bullying sofrido por aqueles que conseguem se matricular. "Não há um trabalho nas escolas nem nos governos municipais, estaduais e federal para combater efetivamente o bullying para as pessoas com autismo". O caminho para resolver essa questão, segundo Fernando Cotta, passa por campanhas públicas de conscientização. Já o escritor Cristiano Camargo, portador da Síndrome de Asperger, sugeriu a criminalização do bullying.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Para a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), autora do requerimento para a audiência, a qualificação de profissionais pode contribuir para a solução desse e de outros tipos de problemas enfrentados pelos autistas, como a recusa de atendimento médico.

Representantes do governo também participaram da audiência e destacaram ações para garantir o direito dos autistas. De acordo com Nilsarete de Lima, do Ministério do Desenvolvimento Social, a principal iniciativa da pasta é a criação das chamadas residências inclusivas, próprias para abrigar até dez jovens e adultos com deficiência que perderam o vínculo familiar.

A diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, Martinha Clarete, ressaltou que a pessoa autista tem a matrícula garantida nas escolas e que as recusas devem ser denunciadas. Segundo ela, o atendimento especializado é financiado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e tem que ser assegurado.



Outra preocupação do ministério, de acordo com Martinha dos Santos, é com a formação continuada dos professores. A diretora afirmou, ainda, que houve significativo aumento dos investimentos em salas equipadas para atendimento especial. Em 2005, segundo ela, eram 250 salas. Para 2014, a previsão é de 42 mil. Martinha dos Santos ressaltou que, em 2007, o número de matrículas de alunos com deficiência foi 78 mil, enquanto em 2012 esse número cresceu para 330 mil. "Até 2014, a meta é atingir 378 mil matrículas", concluiu.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 25/06/2013

Destinada a debater a fiscalização dos recursos federais repassados às prefeituras municipais para utilização na área da educação.

Requerimento 248/2013, do Deputado Francisco Praciano e outros, aprovado em 17/04/2013.

Participantes: Valdir Agapito Teixeira (Secretário Federal de Controle Interno da CGU); Marcelo Bermeguy (Secretário da SecexEducação do TCU); Eduardo Antônio da Gama Guerra (Auditor do FNDE/MEC) e Elias Brasilino de Souza (Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/São Gabriel da Cachoeira).



Assessoria de imprensa - CE

Os deputados concluíram que, para reduzir o desvio de recursos da educação, é necessário fortalecer os mecanismos de controle social. Na opinião de Francisco Praciano (PT-AM), que propôs o debate, os órgãos de controle do Estado não funcionam. Praciano lembrou que os últimos relatórios de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam que, dos mais de dois mil municípios auditados, em média, 70% estão usando mal os recursos da educação. “O problema é que, quando se identifica uma irregularidade e vai para o Ministério Público e para a Justiça, tudo morre”, afirmou. A origem dessa situação, na opinião do deputado, é o “link muito forte” entre esses órgãos e o Poder Executivo. Essa “cooptação” política também seria o problema atual dos conselhos populares. Para evitar isso, Praciano defendeu a criação de mecanismos e regras claras na eleição dos conselheiros: “A partir daí, o repasse ficaria condicionado à comprovação da realização de uma despesa”.

O deputado Izalci (PSDB-DF) também manifestou total discordância em relação à indicação para os tribunais de contas dos estados e da União e para o comando do Ministério Público. Ele informou que iria apresentar projeto de lei que obriga os governos a investir 70% dos recursos destinados à propaganda a campanhas de conscientização da população sobre como controlar os gastos públicos em áreas como saúde e educação, por exemplo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Já Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) defendeu o fortalecimento de estruturas preventivas do desvio de recursos públicos. “Ou o País se estrutura para fazer um combate preventivo eficaz da corrupção, ou vamos ficar enxugando gelo, com uma operação da Polícia Federal aqui outra ali, um ou outro processo”.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 02/07/2013

Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e com a comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, destinada a debater a cartilha publicada pela CGU – Coletânea de Entendimentos – Gestão de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, tendo como convidados o ministro da Educação, o ministro-chefe da CGU, o presidente do TCU e o secretário de Educação Superior do MEC.

Requerimentos nº 228/2013-CE, do deputado Izalci; nº 410/2013-CFFC, do deputado Vanderlei Macris; nº 172/2013-CCTCI, dos deputados Antonio Imbassahy e Otavio Leite, subscrito pelos deputados Bruno Araújo, Jorge Bittar, Miro Teixeira e Newton Lima e nº 165/2013-CCTCI, do deputado Sibá Machado, subscrito pelo deputado Jorge Bittar.

Participantes: Francisco Eduardo de Holanda Bessa (Assessor Especial de Controle Interno, do MEC); Carlos Higino Ribeiro de Alencar (Secretário-Executivo da CGU); Marcelo Bemerguy (Secretário da SecexEduc, do TCU); Maria Fernanda Bittencourt (Coordenadora de Planejamento e Orçamento das IFES - SESU/MEC); Luiz Pinguelli Rosa (Diretor da COPPE/UFRJ); Beatriz de Bulhões Mossri (Assessora Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) e Gustavo Henrique Sousa Balduino (Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes).

Foto: Antonio Jacinto Índio



Os representantes do MEC, da CGU e do TCU defenderam a utilidade da cartilha da CGU como instrumento de orientação aos gestores, aberto a críticas e eventuais alterações. Já os representantes das universidades, da SBPC e da Andifes fizeram críticas à cartilha da CGU, por omissão, desatualização ou interpretação restritiva das normas vigentes, além de criticarem também o excesso de burocratização para a gestão de recursos pelas fundações universitárias.

Por sua vez, os parlamentares que participaram do debate defenderam alterações na legislação visando a desburocratizar a liberação e a gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ressaltaram, porém, a importância dos órgãos de fiscalização e controle para que se evite eventual mau uso desses recursos.



Audiência Pública realizada em 04/07/2013

Audiência Pública destinada a debater o PL 1.436/11, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.

Requerimento nº 149/2012, da deputada Alice Portugal.

Participantes: Eliana Pontes de Mendonça (Coordenadora da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS/MS); Juliana Piva (Presidente da Associação Brasileira de Quiropraxia); Bruno Metre Fernandes (Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional); Fernando Maia Vinagre (Conselheiro do Conselho Federal de Medicina); Ana Paula Facchinato (Coordenadora do Curso de Bacharelado em Quiropraxia da Universidade Anhembí Morumbi-SP) e Evergisto Souto Maior (Representante do Curso de Bacharelado em Quiropraxia da Universidade FEEVALE-RS).



Foto: Agência Câmara

A lei do Ato Médico determina que apenas os médicos façam diagnósticos; fisioterapeutas defendem que a Quiropraxia seja uma especialização da área; em contrapartida, o MEC autorizou a abertura de cursos de graduação, e o Ministério do Trabalho reconheceu a quiropraxia na classificação de ocupações.

A regulamentação do exercício da profissão de quiropraxista no Brasil é prevista pelo Projeto de Lei 1436/11. O projeto é de autoria do deputado Ronaldo Zulke (PT-RS). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a profissão se dedica ao diagnóstico, tratamento e prevenção de distúrbios do sistema neuro-musculo-esquelético. Os quiropraxistas fazem o tratamento manual dessas distúrbios, incluindo a manipulação articular.

O primeiro ponto polêmico é a interseção dessa atividade com a dos médicos: o Senado aprovou a Lei do Ato Médico, que determina que o diagnóstico de doenças é atribuição privativa desse profissional. A deputada Alice Portugal lembrou que a Comissão de Educação discutiu exaustivamente o tema na legislatura anterior, ao analisar o Projeto de Lei 4199/01, relatado por ela. O parecer da deputada foi contrário ao projeto, que foi arquivado. “Na época, tivemos surpresas ao verificar que havia insuficiências graves de formação no currículo dos cursos”, disse. Para Alice, os dois cursos existentes no Brasil – nas universidades Anhembí Morumbi (SP) e Feevale (RS) – devem ser



transformados em especialidades da fisioterapia. “A não ser pelo dado novo, de que o Ministério da Educação reconheceu o curso em 2006, não há novidades”, opinou.

O integrante do Conselho Federal de Medicina, Fernando Maia Vinagre, destacou que o conselho também é contrário à regulamentação, entendendo a Quiropraxia como especialização da fisioterapia. “O diagnóstico de dores na coluna deve ser feito, em todos os casos, pelo médico, que depois pode encaminhar o paciente para outro profissional”, lembrou. “No Brasil, a lógica está invertida: o MEC permite a abertura de faculdades sem que as profissões sejam regulamentadas, as pessoas se formam nessas faculdades e depois vão para um mercado de trabalho onde não podem se encaixar legalmente”, ressaltou Vinagre.

O representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Bruno Metre Fernandes, concorda que a Quiropraxia deveria ser uma especialização. “O Conselho Federal de Fisioterapia é contrário a inverter a lógica da formação no Brasil, colocando especialização como formação”. A representante da Secretaria de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde, Eliana Pontes de Mendonça, disse que o parecer do órgão também não mudou: continua contrário à regulamentação do curso. “A Quiropraxia pode ser uma especialização de outras profissões, como a fisioterapia”, concordou. Porém, segundo ela, o ministério não é fechado para discutir a questão, se houver dados novos.

“Há um dado novo”, disse o representante do Curso de Bacharelado em Quiropraxia da Universidade Feevale, Evergisto Souto Maior: “o Ministério do Trabalho publicou em fevereiro de 2013 a Quiropraxia na Classificação Brasileira de Ocupações”, afirmou. Segundo ele, hoje há cerca de 4.500 Quiropraxistas atuando no País. A presidente da Associação Brasileira de Quiropraxia, Juliana Piva, argumentou que a profissão já existe em mais de 90 países e que, na maioria deles, já está regulamentada. “A profissão surgiu há mais de cem anos e vem crescendo em todo o mundo”, afirmou. De acordo com ela, o primeiro profissional graduado começou a atuar no Brasil em 1982, e a associação brasileira foi formada em 1992. Ela acrescentou ainda que, em 2000, começaram os cursos de graduação, reconhecidos e aprovados pelo Ministério da Educação em 2006. Hoje já haveria 714 graduados.

A coordenadora do Curso de Bacharelado em Quiropraxia da Universidade Anhembí Morumbi, Ana Paula Facchinato, disse que o curso segue diretrizes da OMS e envolve formação em anatomia, fisiologia, sistemas corporais e patologias específicas, além de práticas e manipulações articulares. Ela comparou o currículo de Quiropraxia com o de Fisioterapia da mesma universidade: “No primeiro, a carga horária específica em abordagem quiroprática músculo-esquelética é de 2.210 horas; no segundo, a abordagem fisioterapêutica músculo esquelética é de 1.020 horas”, informou. “O assunto é próximo, mas a abordagem é diferente” complementou. “No curso de Quiropraxia, a manipulação articular tem carga 1.440 horas, enquanto que no curso de fisioterapia é de 100 horas”, disse ainda. Ela se preocupa com profissionais que atuam na área de quiropraxia formados “em um fim de semana”.



Audiência Pública realizada em 11/07/2013

Audiência Pública destinada a esclarecer a possível entrada de médicos estrangeiros no Brasil, sem prestarem o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Estrangeiras (Revalida).

Requerimento 288/2013, dos deputados Izalci, Celso Jacob, Mandetta e Eleuses Paiva, aprovado em 12/06/2013.

Participantes: Sérgio França Danese (Embaixador Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – MRE); Cláudia Griboski (Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP/MEC); Felipe Proenço (Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – MS, em exercício).



Foto: Agência Câmara

Os deputados criticaram o programa Mais Médicos, do governo federal. O programa, que pretende levar médicos brasileiros e estrangeiros para as áreas mais carentes do Brasil, foi lançado por meio de medida provisória (MP 621/13), a ser analisada pela Câmara e pelo Senado.

Entre outros pontos, o deputado Izalci (PSDB-DF) contestou a proposta em razão de ela dispensar os médicos estrangeiros de passarem pelo Revalida, o exame nacional para validação do diploma em medicina obtido no exterior. “Não somos contra a vinda dos médicos, mas queremos que seja feito o Revalida. Não podemos ter aqui um profissional de segunda classe”, afirmou o parlamentar. “É preciso fazer um rastreamento e submeter as pessoas a um teste”, reforçou o deputado Costa Ferreira (PSC-MA).

Os critérios de contratação de estrangeiros do Mais Médicos, caso as vagas não sejam ocupadas por brasileiros, são: habilitação para o exercício da medicina no país de formação, possuir conhecimentos em língua portuguesa e ser proveniente de uma nação com mais médicos que o Brasil.

“Só serão contratados médicos estrangeiros com registro profissional em seus países. A gente vai avaliar se eles têm exercício profissional”, explicou o diretor de programas da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Felipe Proenço.

O Ministério das Relações Exteriores atuará no momento de reconhecer, por meio da rede consular do Brasil no exterior, a autenticidade dos documentos apresentados pelos interessados



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

em participar do programa. Conforme explicou o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Sérgio França Danese, o Itamaraty aguarda a demanda do Ministério da Saúde para atuar. “Será um ato notarial pura e simplesmente. Não faremos nenhuma análise substantiva”, disse.

Por sua vez, a diretora de Avaliação da Educação Superior do Ministério da Educação, Claudia Griboski, declarou que a dispensa do Revalida valerá apenas para atuar pelo Mais Médicos. “No período em que eles (os médicos participantes) estiverem sob supervisão e, no programa, eles não precisarão fazer o Revalida, porque vão atuar em uma região específica. No entanto, para avançar nessa região ou atuar nacionalmente, volta a necessidade da revalidação do diploma”.

(com informações da Agência Câmara)



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 21/08/2013

Ciclo de palestras em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: “O Papel da Publicidade na Educação”.

Convidado: Dalton Pastore – Publicitário e Presidente do Fórum Permanente da Indústria da Comunicação – ForCom.



Foto: Assessoria de imprensa – Dep. Alex Canziani

“A publicidade e a educação precisam estar em sintonia”, afirma Dalton Pastore. O publicitário falou sobre “publicidade e educação” para a Frente Parlamentar da Educação. Pastore destacou o papel da educação na publicidade. “Boa parte das campanhas publicitárias está diretamente ligada à educação. Muitas campanhas são criadas para educar mesmo, para criar uma nova consciência na população. Um bom exemplo são as inserções do Superior Tribunal Eleitoral, TSE, que sugere como a população deve votar de maneira consciente. Outro exemplo são os comerciais de escovas de dente; a maioria ensina a melhor maneira de fazer a higiene bucal”, sustentou. O publicitário Dalton Pastore também citou outras maneiras que demonstram que publicidade e educação andam juntas. “As campanhas dos governos puramente educativas, como campanhas de trânsito, contra o fumo, sobre a importância de tomar certas vacinas, de respeito aos idosos e crianças e tantas outras que nos mostram que publicidade e educação devem estar sempre em sintonia”, ressaltou Dalton Pastore.

O presidente da Frente Parlamentar da Educação, deputado Alex Canziani (PTB/PR), destacou que durante a palestra surgiu uma ideia que pode desencadear uma grande campanha na área da educação. “Discutimos uma ideia que pode se transformar numa grande campanha tratando diretamente de educação. Pastore destacou que, para uma ideia ser assimilada, ela tem que ser repetida várias vezes, tem que haver uma massificação para que as pessoas incorporem ao seu dia-a-dia uma determinada prática”. Pastore disse, ainda, que algumas entidades ligadas à educação têm feito campanhas isoladas sobre o tema. Então poderíamos juntar todas as ideias dessas entidades e criar uma grande campanha sobre educação; como, por exemplo, a valorização do professor. Seriam vários



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

veículos de comunicação veiculando por um longo período de tempo. Campanhas desse tipo têm muito mais chance de dar certo, de mudar a cultura da população”, destacou o deputado Canziani.

Também foi enfatizado, durante a palestra de Dalton Pastore, que tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei que obriga que 80% da publicidade dos governos sejam voltadas exclusivamente a campanhas educativas.

(com informações *da assessoria de imprensa – dep. Alex Canziani*)



Audiência Pública realizada em 27/08/2013

Audiência Pública destinada a discutir o PL 7.032/10, que altera a Lei 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir, como conteúdo obrigatório no ensino das Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas.

Requerimento 270/2013, do deputado Raul Henry, aprovado em 22/05/2013.

Participantes: Ítalo Dutra (Coordenador-Geral de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica/MEC); Maria das Vitórias Negreiros do Amaral (Presidente da Federação de Arte/Educadores do Brasil – FAEB e Coordenadora do Curso de Artes Visuais da UFPE); Izabela Costa Brochado (Diretora do Instituto de Artes da Universidade de Brasília – IdA/UnB); José Mauro Barbosa Ribeiro (Professor do Curso de Teatro da Universidade de Brasília – UnB).



Foto: Comissão de Educação

O PL 7032/10, do Senado, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que não é explícita quanto às disciplinas relacionadas às artes. Apenas define que "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica". O ensino de música, no entanto, já é obrigatório desde 2008. Segundo a proposta, do ex-senador Roberto Saturnino, o sistema de ensino terá cinco anos para se adaptar à regra.

Os projetos que criam disciplinas nos currículos escolares são analisados de forma conclusiva pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Porém, a grande maioria não chega a ser analisada pela CCJ, já que é rejeitada pela Comissão de Educação. Um dos argumentos para a rejeição é o fato de que a construção do currículo escolar é considerada competência dos sistemas de ensino e das próprias escolas.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 10/09/2013

Audiência Pública destinada a debater a crise pela qual passa o ensino da Matemática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Requerimento 243/2013, do deputado Stepan Nercessian, aprovado em 17/09/2013.

Participantes: Alessandro Jacques Ribeiro (Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM); Geraldo Nunes Silva (Presidente da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional – SBMAC); Ricardo Frangeli (Professor da Universidade de Brasília) e Augusto Brasil (Vice-Diretor do Campus da Universidade de Brasília do Gama).



Foto: Agência Câmara

Professores de Matemática que participaram de uma audiência pública, realizada nesta terça-feira (10), pela Comissão de Educação da Câmara, manifestaram seu apoio ao projeto de lei que obriga escolas públicas a instituírem laboratórios da disciplina.

O encontro foi proposto pelo deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ), que é autor da proposta. O deputado chama a atenção para o fato de que diversos analistas em educação têm se manifestado sobre a maneira como essa ciência vem sendo ensinada nas salas de aulas. “Chegou o momento de começar a fazer mais pela educação”, defendeu o parlamentar, ao concluir que o debate servirá para ele aperfeiçoar seu projeto. Os professores advertiram, por exemplo, que a simples montagem de um laboratório de Matemática não resolve o problema do ensino da matéria.

Stepan garantiu que levará adiante considerações dos docentes sobre como tornar a carreira de professor mais atraente e a necessidade de maior investimento em educação continuada. O deputado acredita que a sua proposta deve ser aprovada na Comissão de Educação. “Não temos mais dúvidas, na Câmara, da importância da educação para o futuro, para o presente e até para o passado do país. Todos os esforços são neste sentido”, acrescentou Stepan.

Participaram da audiência pública Ricardo Frangeli, professor da Universidade de Brasília; Alessandro Jacques Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática; Geraldo Nunes Silva, presidente da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional; e Augusto Brasil, vice-diretor do Campus da Universidade de Brasília no Gama.

(com informações da assessoria de imprensa PPS)



Audiência Pública realizada em 17/09/2013

Audiência Pública destinada a debater a reestruturação e a expansão das Universidades Federais e da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal no País.

Requerimento 292/2013, dos deputados Izalci e Nilson Leitão, aprovado em 03/07/2013.

Participantes: Antonio Simões (Coordenador Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais) e Marcos Antonio de Oliveira (Secretário de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC – do Ministério da Educação).



Foto: Agência Câmara

Os deputados Izalci (PSDB/DF) e Nilson Leitão (PSDB/MT) cobraram do governo federal a reestruturação e a expansão das universidades federais e da rede federal de educação profissional e tecnológica. Para eles, o ensino profissionalizante e o universitário precisam ser descentralizados, ou seja, sair dos grandes centros e ir para as microrregiões.

Leitão afirmou que o governo federal precisa firmar parcerias com as prefeituras e utilizar os prédios existentes nas cidades para instalar os cursos. Segundo ele, o governo erra ao querer construir novos prédios. Para ele, a juventude perde muito tempo até uma obra ficar pronta. “Cada vez que o governo planeja um campus universitário novo, até tirar isso do papel, transformar numa obra, construir, depois pensar em ter o curso, é inverter o papel. O governo se preocupa muito mais em inaugurar o prédio do que em inaugurar um profissional. O objetivo é outro”, opinou.



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 18/09/2013

Ciclo de palestras em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: Educação a Distância – Inclusão com Qualidade ou Precarização do Ensino Superior?

Convidado: João Vianney – membro do Conselho de Ética da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância – e coordenador da área de Educação a Distância no Grupo Hoper Educacional.



Foto: CE – Assessoria

“Educação a distância é um fenômeno inclusivo na nossa sociedade”, afirma João Vianney. Ele destacou que atualmente mais de sete milhões de alunos estudam no ensino superior presencial e mais de um milhão estudam através do sistema educacional a distância, o EAD. Vianney ressaltou os benefícios do ensino a distância: “A grande vantagem da educação a distância é justamente a facilidade de alcançar os alunos que não podem ou que não têm condições de estar numa universidade presencial”.

Ele também enfatizou na palestra que muitas cidades brasileiras não têm uma faculdade. “Onde não temos uma faculdade presencial, o ensino a distância torna-se quase que a única alternativa para que as pessoas possam fazer um curso universitário de qualidade, sem sair de casa”, reiterou. Ele também lembrou do problema do trânsito e violência nas cidades grandes, que também tornam o ensino a distância uma boa alternativa. João Vianney disse, ainda, que algumas pesquisas mostram que os alunos do ensino a distância são – na maioria das vezes – mais cobrados do que aqueles que frequentam a sala de aula. Também destacou a facilidade hoje para acessar o conteúdo das aulas de ensino a distância, que pode ser feito até mesmo pelo telefone celular.

O presidente da Frente Parlamentar da Educação, deputado Alex Canziani (PTB/PR), destacou a relevância da modalidade de ensino para a sociedade: “A educação a distância vem avançando, mas temos que ampliar essa modalidade. Sabemos que muita gente não tem condições de fazer um curso presencial, por conta do seu trabalho, vida pessoal e principalmente por causa da situação financeira”. Ao final da palestra, João Vianney cobrou dos deputados que aproveitem projeto de lei garantindo o Fies, fundo de financiamento ao aluno de ensino superior, para os estudantes do ensino a distância, que atualmente não dispõe desse recurso para poder financiar seus estudos.



Audiência Pública realizada em 24/09/2013

Audiência Pública destinada a discutir o papel das Instituições de Educação Básica nas Universidades Federais.

Requerimento 307/2013, da deputada Fátima Bezerra, aprovado em 04/09/2013.

Participantes: Paulo Speller (Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC); Romeu Caputo (Secretário de Educação Básica – SEB/MEC); Maria José Oliveira de Faria Almeida (Presidenta do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior – CONDICAp); Ângela Maria Paiva Cruz (Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES); Carmenísia Jacobina Aires (Diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB – Representante do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR); Eduardo Rolim de Oliveira (Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES); Márcia Cristina Fontes Almeida (Representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES); Paulo Henrique Rodrigues dos Santos (Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA); Viviane Ache Cancian (Presidente da Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil – ANUUF EI).



Foto: Agência Câmara

A proposta do Ministério da Educação (MEC) de transferir para os municípios a responsabilidade pelas unidades de educação infantil pertencentes às universidades federais causou divergência. O governo acredita que a medida deve contribuir para as ações de expansão do ensino infantil (até 5 anos). Para os representantes do setor, contudo, os alunos de graduação e pós-graduação que fazem estágio nessas escolas podem ter perdas com a medida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Hoje, existem no Brasil 17 escolas de educação básica vinculadas a 16 instituições federais de ensino superior – unidades de educação infantil e os chamados colégios de aplicação. O mais antigo deles, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criado em 1948.

Em julho deste ano, os secretários de Educação Superior e de Educação Básica do MEC, Paulo Speller e Romeu Caputo, enviaram ofício aos reitores de universidades federais sugerindo a mudança de vinculação das instituições de educação infantil, que atendem às crianças de até cinco anos de idade. O argumento é que essa etapa de ensino é prioritariamente responsabilidade das prefeituras.

Para a presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP), Maria José Almeida, a medida deve prejudicar os alunos que estagiam nas escolas. “Essas instituições são decisivas para a formação dos professores da educação básica, tendo em vista que aliam o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme os princípios universitários”, disse.

A reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Ângela Paiva, também acredita que a municipalização pode prejudicar a formação dos alunos de graduação e pós-graduação. “Tenho certeza de que todos os reitores que têm essas unidades em suas instituições concordam comigo”, afirmou.

O secretário de Educação Superior do MEC, no entanto, ponderou: “Na verdade, essa é uma oportunidade de ganho de qualidade, já que os alunos das universidades terão contato direto com as redes municipais de ensino e, assim, poderão conhecer efetivamente a realidade com a qual irão trabalhar no futuro”, disse Paulo Speller.

Segundo Maria José Almeida, as escolas de educação básica das universidades federais atendem a mais de 12 mil alunos e ajudam na formação de milhares de alunos de graduação e pós-graduação. Em 2012, foram três mil estagiários, orientados por 965 professores, sendo que 656 desses são mestres ou doutores.

(com informações *da Agência Câmara*)



Audiência Pública realizada em 24/09/2013

Audiência Pública destinada a debater a autonomia universitária e os marcos regulatórios do ensino superior, frente à atual situação de paralisação dos debates da reforma universitária.

Requerimento 287/2013, do deputado Waldir Maranhão, aprovado em 10/07/2013.

Participantes: Adalberto Maciel (Diretor de Política Regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES); Jesualdo Pereira Farias (Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes); Elizabeth Guedes (Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup); Célio da Cunha (Professor Doutor da Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília - UCB - representando Abruc); José Roberto Covac (Advogado da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES); Julio Cesar Silva (Assessor da Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – Crub).



Foto: Agência Câmara

O deputado Waldir Maranhão (PP-MA), que pediu o debate, alegou que "as instituições de ensino superior estão sendo submetidas ao que alguns especialistas afirmam ser um processo coercitivo da avaliação regulatória, em detrimento de mais completa avaliação do processo educacional".

O processo de avaliação "deve implicar numa postura predominantemente de educadores e não de juízes", enfatiza o deputado, para perguntar: "Os marcos regulatórios estão sendo construídos com a participação dos atores do processo educacional?" Caso inexista essa postura de diálogo por parte do órgão regulador, questiona Waldir Maranhão, "estaria sendo ferido o instituto da autonomia universitária?".

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Cultura realizada em 01/10/2013

Audiência Pública destinada a debater as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca.

Requerimento - CE 282/2013, da deputada Fátima Bezerra; Requerimento – CCULT – 33/2013, do deputado José Stédile.

Participantes: Mônica Gardelli Franco (Diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais SEB/MEC); Karine Gonçalves Pansa (Presidente da Câmara Brasileira do Livro); João Roberto Costa de Souza (Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME); Patrícia Lacerda (Gerente da Área de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A); Marilda de Abreu Araújo (Secretária de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE); Cláudia Santa Rosa (Representante da Rede Potiguar de Escolas Leitoras e do Movimento por um Brasil Literário); Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB); Sigrid Karin Weiss Dutra (Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB); Daniele Juaçaba (Analista de Projetos da ECOFUTURO); Sonia Machado Jardim (Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL).



Foto: Agência Câmara

A deputada Fátima Bezerra (PT-RN), uma das autoras do pedido para a audiência, vê o acesso ao livro, à leitura e à biblioteca como “uma forma de melhoria para a educação do nosso País e um elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática, se trabalhado de forma contínua, diante da diversidade de ideias, para que haja o bom exercício da cidadania”.

Fátima Bezerra lembra que “estudos recentes comprovam que as escolas que investem em livros e em leitura apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado”. E que “mesmo com o advento de novos suportes de informação e tecnologia, não há quem possa questionar o valor do livro e a sua importância na contemporaneidade, ainda mais em um País como o nosso que, em pleno século XXI, convive com índices expressivos de analfabetismo funcional e que luta para obter sucesso nas ações envolvidas para resolver essa questão”.



Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Cultura realizada em 01/10/2013

Audiência Pública destinada a prestar Homenagem ao Professor Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, pelos 50 anos de trabalho pioneiro de alfabetização de jovens e adultos.

Req. nº 301/2013 - CE e Req. nº 45/2013 - CCULT, da Dep. Fátima Bezerra.

Participantes: Macaé Maria Evaristo dos Santos (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC); José Castilho Marques Neto (Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura – MinC); Nita Freire (Professora, viúva de Paulo Freire); Lutgardes Costa Freire (Filho de Paulo Freire); André Magri (Professor); Marcos Guerra (Professor); Josileide Silveira De Oliveira (Coordenadora do Projeto Mova-Brasil – RN); Jailson Moraes (Projeto Mova Brasil – RN); Francisca Pini (Diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire); Inez Helena Muniz Garcia (Professora); Maria Eneide de Araújo Melo (Aluna de Angicos); Luzia de Andrade (Aluna de Angicos); e Hailton Mangabeira (Músico Cordelista).



Foto: Agência Câmara

A autora do pedido para a realização da audiência, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), ressaltou a importância de se resgatar uma experiência bem sucedida que foi suspensa por ter sido considerada subversiva pelo governo militar, após 1964. "As pessoas de fato aprenderam a ler não só o livro pelo livro, mas aprenderam a ler também o mundo e a compreender o mundo e se verem como cidadãos e cidadãs. Mas infelizmente a experiência exitosa foi interdita. Ela ía ser estendida para todo o Rio Grande do Norte e para todo o País."



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Nascido em Recife, Freire morreu em 1997, aos 76 anos. O educador e filósofo influenciou o movimento chamado pedagogia crítica. Sua prática didática fundamentava-se na crença de que o estudante assimilaria o objeto de análise fazendo ele próprio o caminho, e não seguindo um já previamente construído.

Em abril de 2012, Paulo Freire foi declarado, por Lei Federal (12.612/12), patrono da educação pela presidente Dilma Rousseff.

Considerado um dos principais pensadores da história da pedagogia mundial, Paulo Freire foi educador e filósofo e influenciou o movimento chamado pedagogia crítica. "Mundialmente reconhecido pela significativa contribuição à educação, Paulo Freire é um dos pensadores brasileiros mais respeitados, confirmado pelo olhar novo que construiu sobre o processo educativo", ressaltou Fátima Bezerra.

O educador foi preso em 1964, exilou-se depois no Chile e percorreu diversos países, sempre levando seu modelo de alfabetização, antes de retornar ao Brasil em 1979, após a publicação da Lei da Anistia.

A professora e viúva do patrono da educação brasileira Paulo Freire, Nita Freire, enfatizou que a pedagogia da alfabetização que ele ensinou deve ser incorporada à política educacional brasileira. A professora enfatizou que o trabalho com o conhecimento popular é a riqueza do método de Paulo Freire. "Ele criou o método porque as pessoas não podiam votar, ler um bilhete ou pegar um ônibus. Deixar homens e mulheres sem escrever é roubar-lhes a condição humana."

Para a secretária de educação continuada do Ministério da Educação, Macaé Santos, a vida e a obra de Paulo Freire não podem se perder na história e devem servir de referência para todos os educadores. Ela destacou que muito já foi feito para garantir educação para todos os brasileiros, mas ainda há populações que estão à margem dessa integração. "Diferentes sujeitos para terem garantidos seu direito à educação pedem do governo pedagogias diferenciadas, metodologias diferenciadas para a gente alcançar parcelas da população brasileira que durante anos não tiveram a possibilidade de ter acesso à educação."

A educadora Maria Eneide de Araújo Melo, que foi aluna pelo método Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte (RN), participou da audiência pública. Ela contou que aos seis anos de idade decidiu que seria professora. Seu exemplo foi uma voluntária, a professora Valquíria, que participou do projeto de alfabetização em 40 horas proposto pelo educador Paulo Freire e ministrado durante dois meses na cidade de Angicos. "Mas não foram só 40 horas de escrita e de leitura não, foram também 40 horas de amor porque aquela professora ela era muito dedicada." O ano era 1963 e até hoje Maria Eneide se dedica à educação de jovens e crianças.

O coordenador do curso que durou dois meses e alfabetizou 300 pessoas na cidade de Angicos, professor Marcos Guerra, destacou que o método se baseava em palavras do cotidiano para que, a partir dessa experiência, os alunos aprendessem a ler e a escrever. "Quando fomos para Angicos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

fizemos um levantamento casa por casa de quem era analfabeto e convidamos, quem queria, para ser alfabetizado. Essa experiência comprovou a possibilidade de uma alfabetização em muito pouco tempo, 40 horas, uma hora por noite."

(com informações *da Agência Câmara*)



Audiência Pública realizada em 03/10/2013

Audiência Pública destinada a debater o PL nº 2043/2011, que regula a profissão de paisagista.

Requerimento - 284/2013, dos deputados Ângelo Vanhoni, Artur Bruno e Stepan Nercessian, aprovado em 12/06/2013.

Participantes: Letícia Peret Antunes Hardt (Presidente da Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas – ABAP); Sérgio Magalhães (Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Nacional – IAB); Eliana Azevedo (Associação Nacional dos Paisagistas – ANP); Júlio Barêa Pastore (Doutorando em Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU USP); Rubens De Andrade (Professor Doutor da Escola de Belas Artes da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro).



Foto: Agência Câmara

Associações de paisagistas e de arquitetos posicionaram-se de forma diferente sobre projeto de lei que regulamenta a atividade: arquitetos entendem que trata-se de uma área de formação; paisagistas dizem que executam atividades próprias.

Embora desde 1971 exista curso superior de paisagismo no Brasil reconhecido pelo Ministério da Educação, a falta de regulamentação da profissão de paisagista impede que os bacharéis formados em “Composição Paisagística” assinem os próprios projetos. A necessidade de criar de uma lei específica para definir as atividades desse profissional dividiu opiniões. De um lado, os que veem que o paisagismo é uma área da arquitetura. Do outro, os que afirmam que o curso de arquitetura não dá a devida atenção à área que tem características próprias.

No debate, a vice-presidente da Associação Nacional de Paisagistas, Eliana Azevedo, contou que já viu uma planta tóxica, chamada nerium oleander, ser plantada no jardim de uma lanchonete. “A toxina dessa planta ataca o sistema nervoso central, provoca arritmia cardíaca, convulsão e pode levar a óbito. Há estudos científicos fora do Brasil que mostram que a ingestão de apenas uma folha do nerium oleander pode matar uma criança”, afirmou. Na avaliação de Eliana, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

curso de arquitetura não trata de temas importantes do paisagismo, como ciências do solo, botânica, aplicação de vegetação em áreas urbanas, formas de conter encostas e noções de hidrologia. A falta de regulamentação, explicou a paisagista Isis Borges, traz problemas para quem exerce a profissão. Ele contou já ter participado de licitação para projetos paisagísticos e, apesar de ter vencido, não poder assumir o trabalho. “Apresentei toda minha formação, a minha experiência de tratar jardins históricos. E não foi aceita porque eles queriam alguma documentação que só conselhos emitem, e nossa profissão não tem”, afirmou.

Um dos requerentes da audiência foi o deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ), relator do Projeto de Lei (PL) 2043/11, que regulamenta a profissão de paisagista. O PL é resultado da mobilização da Associação de Paisagistas. Segundo o texto, a profissão pode ser exercida por diplomados em curso superior de paisagismo e pós-graduados em paisagismo, desde que possuam graduação em arquitetura, agronomia, engenharia florestal, biologia ou artes plásticas.

Para a presidente da Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas (Abap), Letícia Peret, o projeto não trata de paisagismo, um item incorporado à arquitetura, mas de jardinismo. A Abap entende que uma nova lei vai perturbar o cumprimento da legislação em vigor. “O projeto e o planejamento dos espaços é uma atividade dos arquitetos. E deve ser feita de maneira plena e integrada. Não pode haver um arquiteto que trabalhe uma coisa e outro que trabalhe outra. Nós batalhamos muitos anos no Brasil para que a formação plena seja consolidada, e não desvirtuada”, argumentou.

O autor do PL 2043/11, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), afirmou que os cursos de arquitetura têm em média 150 horas dedicadas ao paisagismo. O curso de paisagismo, mais de 3.000.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência pública realizada em 08/10/2013

Destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 15/2011, que estabelece as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e Municípios, com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira.

Requerimento 296/2012, dos Deputados Ângelo Vanhoni e Artur Bruno, aprovado em 07/08/2013.

Participantes: Binho Marques (Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC); Carlos Eduardo Sanches (Assessor Educacional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME); Paulo Schmidt (Secretário Adjunto da Educação do Paraná e representante do Conselho Nacional de Secretário de Educação – CONSED).



Banco de imagens – Agência Câmara

A audiência pública discutiu o Projeto de Lei Complementar 15/11, que estabelece normas para a cooperação entre União, estados e municípios com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira.

O projeto, de autoria do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), define que estados e municípios devem cumprir pelo menos dez exigências para continuarem recebendo recursos de transferências voluntárias da União. Uma delas seria uma jornada de trabalho para os profissionais da educação que incluía um período na semana destinado a atividades de planejamento, estudo coletivo e avaliação, a ser cumprido na unidade escolar.

O deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), que foi relator do Plano Nacional de Educação (PNE), disse que quando o plano foi aprovado existia a necessidade de discussão aprofundada sobre essas normas.

Segundo Vanhoni, os municípios já enfrentavam dificuldades para cumprir vários dispositivos legais por falta de recursos. O parlamentar também lembrou que a proibição de repasse poderia agravar a melhoria da qualidade da educação e a inclusão de crianças no sistema educacional.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 10/10/2013

Audiência Pública destinada a debater a fusão entre as empresas Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Anhanguera Educacional e seu impacto na qualidade do Ensino Brasileiro.

Requerimento 252/2013, dos deputados Chico Alencar, Ivan Valente e Jean Wyllys; Requerimento 305/2013, do deputado Celso Jacob.

Participantes: Rodrigo Capelato (Representante da Kroton Educacional); Celso Napolitano (Presidente da Federação dos Professores do Estado São Paulo – FEPESP); Cristina Helena Almeida de Carvalho (Professora da Universidade de Brasília – UnB); José Roberto Covac (Representante do Fórum das Entidades Representativas de Ensino Superior Particular).



Foto: Agência Câmara

A comissão debateu o impacto na qualidade do ensino provocado pela fusão entre as empresas Kroton Educacional e Anhanguera Educacional, anunciada no primeiro semestre. Porém, para grupos privados da educação, as instituições são responsáveis por democratizar o acesso ao ensino superior.

A fusão dessas empresas ainda está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e, se concretizada, poderá criar o maior grupo educacional do mundo, com um capital aberto de R\$ 12 bilhões. Juntas, as empresas terão mais de 800 unidades de ensino superior e quase 1 milhão de alunos, sendo 486 mil no ensino presencial e 516 mil no modelo de ensino a distância.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino distribuiu comunicado em que informa ser contrária à fusão. A entidade destaca que o número de alunos que a nova empresa Anhanguera-Kroton vai atender corresponde a 20% das matrículas no ensino superior no Brasil, grande parte das quais mantidas por investimentos públicos, por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Universidade para Todos (ProUni). No caso da educação a distância, a nova empresa concentrará 34% das matrículas.

A professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Cristina Helena de Carvalho criticou a participação de fundos de investimentos de especuladores nacionais e internacionais na gestão de empresas educacionais. “Não se dá mais satisfação apenas ao dono da



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

escola, mas ao conjunto de investidores”, destacou. “Para gerar lucros, há exigência de reestruturação, que envolve redução de quadro de pessoal, baixos salários, demissões dos mais qualificados e precarização das relações de trabalho”, completou. Segundo ela, o setor educacional está se tornando em oligopólio, com a compra das instituições pequenas pelas gigantes da educação. Ela ressaltou que, desde 2003, tramitam no Congresso propostas que limitam a participação de capital estrangeiro nas instituições de educação, mas nenhum projeto nesse sentido foi aprovado pelos parlamentares.

O deputado Jean Wyllys ressaltou que alunos têm saído das faculdades sem habilidades e competências mínimas. Para ele, isso é efeito da “mercantilização da educação”, com a educação sendo entregue a investidores privados, sem nenhum tipo de controle.

O presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo, Celso Napolitano, também criticou a “transformação da educação em um grande negócio”, além de ter criticado a forma de financiamento do Fies, que, na visão dele, “significa dinheiro nas mãos das instituições particulares sem qualquer tipo de contrapartida”. Ele reclamou ainda do excesso de ensino a distância oferecido pelas instituições privadas.

(com informações *da Agência Câmara*)



Audiência Pública realizada em 22/10/2013

Audiência Pública destinada a debater a educação da pessoa com Dislexia e TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Requerimento 294/2013, da deputada Mara Gabrilli.

Participantes: Rubens Wajszejn (Professor Neuropediatra da Faculdade de Medicina do ABC); Cintia Helena Alves Piro (Pedagoga – Grupo de Pais de São Paulo do IABCD); Gilmar Rios (Vereador de Campos do Jordão/SP e Autor da Lei Municipal nº 3596/2013, sobre o Programa de Atenção Integral aos Alunos com Transtornos de Aprendizagem de Educação); Vicenti di Santi Filho (Vereador de Laranjal Paulista/SP, Autor de projeto de lei na Câmara Municipal de Laranjal Paulista que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica); Maria Augusta Pacheco (Colaboradora da Associação Brasileira de Dislexia – ABD); Membro do Comitê de Bioética e Biodireito do IASP); Teresa Rachael Rodrigues Santos (Psicóloga, Psicopedagoga e Pesquisadora UnB; representante do Fórum Medicalização da Educação e da Sociedade).



Foto: Agência Câmara

Especialistas defenderam o diagnóstico precoce para garantir a qualidade de vida de criança disléxica ou com déficit de atenção. A Comissão de Educação realizou audiência pública para ouvir e avaliar as dificuldades de aprendizado. A dislexia é a dificuldade de compreensão de textos escritos. Já o déficit de atenção faz com que o aluno não consiga se concentrar o suficiente para aprender. Nos dois casos, o professor neuropediatra da Faculdade de Medicina do ABC, Rubens Wajszejn, explicou que o diagnóstico precoce é fundamental para garantir qualidade de vida para a criança.

Na opinião do neuropediatra, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve oferecer diagnóstico e tratamento com o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar com médicos, psicólogos e fonoaudiólogos. "É fundamental a Câmara dar uma resposta a esse apelo da sociedade,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

principalmente para aqueles indivíduos que frequentam a escola pública e não podem dispor de dinheiro para tratamentos especializados". A Faculdade de Medicina do ABC possui três equipes para atendimento de pacientes com transtornos de desenvolvimento. Uma equipe multidisciplinar faz a avaliação. Detectado algum problema, a equipe de intervenção começa o tratamento. Ainda há uma terceira equipe – a equipe volante – que atende escolas públicas nas três cidades que compõem o ABC: Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul.

Nem todos, porém, concordaram que os transtornos de aprendizado tenham que ser tratados de forma clínica. Para Teresa Rachael Rodrigues, que é representante do Fórum Medicalização da Educação e da Sociedade, o sistema educacional não é flexível para atender às necessidades das crianças. Ela ressaltou que há referência em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil, de escolas que têm uma forma diferente de funcionar. "Lá não entram nem a palavra TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), nem dislexia em função de a metodologia da escola não ser causadora desse tipo de discussão, ou seja, de a criança não estar adequada. Na verdade pode se pensar que é o sistema que não está adequado, mas é mais fácil medicar a criança e silenciá-la."

Para a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SS), que propôs o debate, assuntos ligados à educação inclusiva deveriam ser discutidos permanentemente para que a sociedade saiba mais sobre os problemas e possa procurar seus direitos. "A gente quer que as pessoas que tenham transtornos de déficit de atenção com hiperatividade ou dislexia ou qualquer outro transtorno de aprendizagem não sejam discriminadas. Eu acredito que todo aluno tem capacidade de aprender. A gente precisa aprender como ensinar e é isso que muitas vezes falta."

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 24/10/2013

Audiência Pública destinada a tratar de temas relacionados ao PL nº 6.114/2009, do Senado Federal, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica – ENAMEB.

Requerimento nº 303/2013, da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Participantes: Antônio Roberto Lambertucci (Diretor de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação – MEC); Alexandre André dos Santos (Diretor de Avaliação de Educação Básica do INEP); Rodolfo Joaquim Pinto Da Luz (Dirigente Municipal de Educação de Florianópolis/SC e Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME); Rosa Neide Sandes de Almeida (Secretária de Estado de Educação do Mato Grosso e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED); Roberto Franklin de Leão (Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE).



Foto: Agência Câmara

O custo da realização do chamado Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb) foi um fator levantado contra sua realização. Segundo o diretor de Avaliação de Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre André dos Santos, a prova teria o custo de cerca de R\$ 50,00 por professor, conforme o que é gasto hoje com a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “O custo de uma avaliação dessa natureza é muito elevado para o País. Tendo em vista esse custo, é preciso avaliar se o exame é uma ação prioritária do governo federal”, ponderou.

Outro ponto debatido foi a possível realização voluntária do exame. Conforme o projeto do Senado participariam somente os professores que tivessem interesse na prova. “Não se pode exigir que quem já fez concurso passe por uma nova avaliação”, afirmou a relatora da proposta, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende. Uma alternativa, segundo a deputada, seria a realização compulsória do exame para novos professores, que seriam contratados em um novo regime. Já os professores antigos teriam estímulos para a realização da prova, como progressão na carreira e certificação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Mesmo assim, a medida foi criticada pela secretária de Educação de Mato Grosso, Rosa Neide Sandes de Almeida. “Se alguns professores fizerem a prova e receberem uma certificação, por exemplo, como ficarão aqueles docentes que não obtiverem essa certificação? Eles continuarão em sala de aula e a relação entre alunos e professores ficará prejudicada”, afirmou.

O representante dos professores no debate, Roberto Franklin de Leão, disse que os docentes não necessariamente se opõem ao exame nacional do magistério. De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no entanto, a prova deve ser acompanhada de outras medidas de avaliação do ensino: “Tem de avaliar não somente o professor, mas todo o sistema, como as condições de trabalho e o local de instalação da escola. Isso é necessário se quisermos analisar claramente como está a educação oferecida à sociedade brasileira”, ressaltou.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência pública realizada em 29/10/2013

Destinada a debater o PL 267/2011, da Dep. Cida Borghetti, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.

Requerimento 276/2013, do Deputado Osmar Serraglio, aprovado em 05/06/2013.

Participantes: Clélia Brandão (Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – MEC); Clélia Mara dos Santos (Coordenadora-Geral das Redes Públicas); Claudir Mata Magalhães de Sales (Representante da Confederação do Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE); Jeferson Seidler (Auditor Fiscal do Trabalho do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho/TEM); Solange Lopes (Secretária de Educação de Maringá); Marlei de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná); João Luiz Cesarino da Rosa (Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino).

Banco de imagens – Agência Câmara



Trata-se de um Projeto de Lei que pune alunos que agridem professores e depois são defendidos pelos pais: uma situação que tem se tornando perigosamente frequente. Esses episódios de violência dentro das escolas motivaram a apresentação de um projeto de lei (PL 267/2011, da deputada Cida Borghetti) que pune estudantes que desrespeitem professores ou violem regras éticas e de comportamento de instituições de ensino. O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) e determina que o estudante infrator ficará sujeito à suspensão, em prazo estabelecido pela escola. Se houver reincidência grave, o aluno será encaminhado para autoridade judiciária competente, como conselhos tutelares.



Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação realizada em 05/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar das dificuldades nas doações às universidades públicas do país (parte II).

Requerimento - CE 166/2012, do deputado Alex Canziani e Requerimento - CFT 242/2013 - CFT, do deputado Dr. Ubiali.

Participantes: Maria Fernanda Bittencourt (Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento Superior – DIFES/MEC); Gustavo Balduino (Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES); Antonio Heronaldo de Sousa (Representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM e Reitor da Universidade do Estado Santa Catarina – UDESC).



Foto: Agência Câmara

Esta audiência tratou da criação de um fundo de financiamento para universidades públicas brasileiras (endowment fund, na expressão em inglês), a diretora substituta de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Difes – Sesu/MEC), Maria Fernanda Bittencourt, afirmou que o Brasil tem uma cultura incipiente de doações, apenas contando com doações esporádicas, mas que uma legislação própria “com certeza facilitaria a prática e o número de doadores seria ampliado”. A opinião foi compartilhada por deputados e pelos representantes da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

A autora do Projeto de Lei 4643/12, que autoriza as instituições federais de ensino superior a instituírem fundos patrimoniais, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), disse que a proposta representa um grande avanço para o Brasil. “A própria universidade vai gerir o dinheiro por meio de um reitor e mais quatro membros [de um conselho de administração]. Queremos dar a opção para que universidades possam avançar com doações particulares, e não apenas públicas”, afirmou. A proposta cria um canal por meio do qual empresas e profissionais poderão fazer suas doações (um fundo permanente que reúne os valores doados e os gerencia com práticas semelhantes às das principais



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

universidades do mundo, como Harvard, que gerencia 30 bilhões de dólares). Para incentivar os doadores, o projeto também prevê a dedução dos valores do Imposto de Renda (IR) nos anos-calendários de 2013 a 2019. A soma dos abatimentos, no entanto, não poderá exceder o atual limite de dedução, de 12% do imposto devido.

Outras duas propostas com temas semelhantes, que tramitam apensadas na Câmara dos Deputados, foram objeto de debate. Os projetos de lei 6260/09, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), e 4847/09 (já aprovado na Comissão de Educação), do ex-deputado Dimas Ramalho, também permitem ao contribuinte deduzir do IR as doações feitas a entidades de ensino superior. O deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), que também requereu a audiência e é relator dos projetos na Comissão de Finanças e Tributação, disse que um dos grandes problemas é que as pessoas têm medo de doar e serem separadas pela Receita Federal para serem fiscalizadas. “O povo brasileiro tem fobia de corrupção. Essa fobia fez com que fossem criadas muitas regras e leis, e hoje nos deparamos com vários impedimentos burocráticos para realizar compras e investimentos”, declarou.

O representante da Abruem, Antônio Heronaldo de Sousa, destacou que os três projetos têm grande importância. “A fusão das três propostas tende a mobilizar e a criar uma cultura nacional que é inexistente, visando complementar o financiamento do ensino superior. Isso será uma porta de ampliação para projetos estratégicos”, declarou. Para ele, o fundo também permitiria uma ampliação da autonomia universitária e traria um ganho de agilidade. Segundo ele, muitas vezes a universidade não consegue se desenvolver de forma autônoma em função de uma série de entidades burocráticas que tratam dos projetos e pesquisas como ação corriqueira do dia a dia.

O secretário-executivo da Andifes, Gustavo Balduino, concordou que o Brasil necessita construir uma cultura de doações para universidades, que são pouco praticadas. Em sua opinião, porém, o modelo internacional não precisa ser copiado integralmente, mas adaptado à realidade brasileira. O secretário defendeu ainda que as regras sejam aplicadas não apenas às universidades federais, mas englobem todas as públicas, incluindo estaduais e municipais. Balduino acrescentou que as doações precisam ter caráter complementar. “Esse marco regulatório que está sendo desenvolvido precisa ser entendido como algo complementar. O foco são as universidades públicas, mas não deve ser entendido como um elemento que possa isentar municípios, estados e a União do comprometimento orçamentário”, ressaltou. Ele também ressaltou que a legislação precisa levar em consideração o interesse do doador (poder doar para a área que desejar) e das universidades, a transparência na gestão dos recursos e a isenção fiscal, além de primar por menos burocracia possível.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) ressaltou que os projetos tratam de modalidades diferentes. “Os projetos que tratam de isenção fiscal são mais fáceis, porque tratam de doações indiretas. O projeto da deputada Bruna, porém, constitui um fundo e uma administração que acaba sendo paralela à vida universitária e criará monstros para lidarmos no futuro. Esse projeto precisa de debate”, afirmou. A parlamentar defendeu a criação de uma subcomissão para trabalhar a proposta de doações e disse que elas têm de ser administradas pelo plano de gestão diretor das



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

universidades, porque “se o doador escolher para qual área doar, vai gerar um processo de desigualdade estrutural muito grande”.

(com informações *da Agência Câmara*)



Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Cultura realizada em 05/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar do empreendedorismo social, através de provocações feitas pelo documentário "Quem se Importa" da cineasta Mara Mourão.

Requerimentos nº 47/2013 - CCULT e 308/2013 - CE, do Deputado Jean Wyllys).

Participantes: Mara Mourão (Cineasta e Diretora do documentário "Quem se importa"); Juana Nunes Pereira (Diretora de Educação e Comunicação para a Cultura do Ministério da Cultura); Leonardo Barbosa Rossato (Coordenador de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Criatividade do Ministério da Cultura); e Mariângela de Araújo (Coordenadora da Diretoria de Políticas da Secretaria de Educação e Tecnologia do Ministério da Educação).



Foto: Agência Câmara

O filme mostra 18 exemplos de que, para “mudar o mundo”, basta ter consciência do seu próprio poder de transformação. São histórias de “empreendedores sociais” de diversos lugares do mundo e de várias áreas, como educação, saúde e meio ambiente, que tiveram ideias consideradas simples e, ao mesmo tempo, revolucionárias e geradoras de transformação social.

Dentre essas pessoas, está Muhammad Yunus, do Grameen Bank, de Bangladesh, Nobel da Paz de 2009 que criou a primeira linha de microcrédito no mundo. Também aparecem no documentário a médica carioca Vera Cordeiro, que criou a Associação Saúde-Criança Renascer em 1991, e Wellington Nogueira, fundador do Doutores da Alegria.

“A audiência também tem por objetivo buscar maneiras, através de parcerias com os ministérios da Cultura e da Educação, de levar o filme para o maior número possível de escolas, mostrando que a habilidade de desenvolver características como liderança, trabalho e construção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

equipe é tão importante quanto conhecimento de geografia ou matemática”, afirma o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), que propôs o debate.

(com informações *da Agência Câmara*)



Audiência Pública realizada em 12/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar da utilização dos royalties do petróleo para valorização dos profissionais da educação.

Requerimento 328/2013, do deputado Artur Bruno, aprovado em 16/10/2013.

Participantes: Antônio Roberto Lambertucci (Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação – MEC); André Figueiredo (Deputado Federal, Relator Do PL 2565/2011); Cleuza Rodrigues Repulho (Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime); Rossieli Soares da Silva (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed); Anízio Santos Melo (Presidente da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará – Apeoc); Heleno Araújo Filho (Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE); Vilani de Souza Oliveira (Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam); Paulo César Ribeiro Lima (Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados).



Foto: CE - assessoria

Lei já direciona 75% dos royalties do Petróleo para a Educação, mas deputados querem que a verba seja exclusiva para o aumento dos salários dos professores. Deputados que participaram do debate defenderam a aplicação dos royalties do petróleo na melhoria da remuneração dos professores. Segundo o deputado Artur Bruno (PT-CE), que requereu a audiência, a medida deve ajudar a reduzir o déficit existente de 250 mil professores, além de estimular o interesse de bons profissionais na área.

Em agosto, a Câmara aprovou a Lei 12.858/13, que direciona 75% dos royalties da exploração fora da camada do pré-sal para a Educação e 25% para a Saúde. O texto prevê que metade da verba do Fundo Social do Pré-Sal irá para a Educação até que sejam cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo dos deputados é que essas verbas sejam destinadas prioritariamente para a valorização dos docentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O PNE, aprovado na Câmara em 2012, prevê meta de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em políticas de educação. A proposta ainda está sendo analisada pelo Senado. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada em julho deste ano fez um ranking das remunerações de 48 profissões de nível superior no País. Os docentes ocupam a 47ª posição, acima somente dos religiosos.

A proposta do Plano Nacional de Educação prevê a equiparação dos salários dos professores com os de outros profissionais com curso superior. De acordo com o IBGE, o salário médio dos profissionais de nível superior no País é de R\$ 4,1 mil. Já os professores da rede municipal ganham, em média, R\$ 2 mil. Os da rede estadual, R\$ 2,6 mil.

A Lei do Piso Salarial (11.738/08) estabelece que os docentes não podem receber menos que R\$ 1.567 por mês. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no entanto, pelo menos sete estados não cumprem a regra, que foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011.

“Os professores são uma categoria muito mal remunerada, e a consequência disso é que a juventude não tem qualquer interesse na carreira”, afirma Artur Bruno. A presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), Vilani de Souza Oliveira, acrescentou: “Educação de qualidade está intrinsecamente ligada a salários dignos”.

A baixa remuneração dos docentes deve ser amenizada pelas verbas dos royalties, segundo os participantes do debate. Representantes do setor, contudo, acreditam que ainda são necessários outros recursos para a área. “A ideia geral é que, com os royalties, os salários dos profissionais e a infraestrutura das escolas melhore automaticamente, o que não é possível. Os royalties ainda são uma incógnita para todos nós”, afirmou o representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) Rossieli Soares da Silva.

O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, já afirmou que a nova lei deve injetar pelo menos R\$ 368 bilhões nas políticas de educação nos próximos 30 anos. Mesmo assim, de acordo com o consultor legislativo da Câmara Paulo César Ribeiro Lima, o valor poderia ser maior. Segundo o consultor, que participou do debate, há formas de ampliar essas verbas, como a destinação das receitas dos bônus de assinatura para o Fundo Social do Pré-Sal. Um projeto de lei do deputado André Figueiredo (PDT-CE) destina 80% dessas verbas para o Fundo Social (PL 6016/13). Figueiredo, que também foi o relator do projeto de lei dos royalties, afirmou: “O projeto dos royalties vai gerar uma verdadeira revolução na educação do País nos próximos anos. Mas ainda é preciso garantir mais dinheiro para o setor”.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 12/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar do PL nº 3179/12, que acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9394, de 1996, de diretrizes e bases da Educação Nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Requerimento 299/13 da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, aprovado em 14/08/2013.

Participantes: Clélia Mara dos Santos (Coordenação Geral de Redes Públicas da Secretaria de Educação Básica do MEC); Rossieli Soares da Silva (Secretário de Estado da Educação e da Qualidade de Ensino do Amazonas – Representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED); Luiz Carlos Faria da Silva (Professor do Departamento Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá); Édison Prado de Andrade (Mestre e Doutorando pela Universidade de São Paulo e analista da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social).



Foto: Agência Câmara

O Projeto de Lei 3179/12 prevê a possibilidade de a educação básica (do 1º ao 9º ano) ser feita em casa. Hoje, os pais podem ser processados por abandono intelectual dos filhos se optarem por educá-los em casa.

O autor do projeto, deputado Lincoln Portela (PR-MG), lembrou que a educação é um dever do Estado e da família, garantido pela Constituição Federal. “Na realidade brasileira, a oferta desse nível de ensino se faz tradicionalmente pela via da educação escolar. Não há, porém, impedimento para que a mesma formação, se assegurada a sua qualidade e o devido acompanhamento pelo Poder Público certificador, seja oferecida no ambiente domiciliar, caso esta seja a opção da família do estudante”, disse.

Segundo o projeto, os alunos do ensino domiciliar estarão sujeitos a avaliação periódica de aprendizagem, nos termos de diretrizes gerais estabelecidas pela União e das respectivas normas locais.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública conjunta com a Comissão de Cultura (CCULT) e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) realizada em 12/11/2013

Destinada a debater a democratização dos meios de comunicação, mais especificamente sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que está em fase de coleta de assinaturas.

Requerimento 285/2013, da deputada Alice Portugal, aprovado em 12/06/2013
Requerimento 190/13, da Deputada Luciana Santos, Requerimentos 211 e 213/13, do Deputado Izalci – CCTCI; Requerimento 30/13, das Deputadas Luciana Santos e Jandira Feghali – CCULT; e Requerimento 285/13, das Deputadas Alice Portugal, Iara Bernardi e Fátima Bezerra – CE.

Participantes: João Brant (Assessor de Políticas Públicas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC); Rosane Bertotti (Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC); Altamiro Borges (Presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé); Sônia Corrêa (Membro do Conselho do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé); Deputada Luiza Erundina (Coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular).



Foto: Agência Câmara

Durante a audiência, diversos manifestantes empunharam cartazes a favor da democratização da comunicação e entoaram palavras de ordem. Eles aproveitaram para protestar contra grupos de mídia tradicionais e a favor da “liberdade na internet”.



Palestra da Frente Parlamentar da Educação realizada em 13/11/2013

Ciclo de palestras em promoção conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação do Congresso Nacional: “Os 7 Pecados Capitais e suas Manifestações nas Escolas”.

Convidado: Gabriel Perissé – Professor e Escritor

O professor e doutor Gabriel Perissé é mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, formado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, e também doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Ele tem mais de 20 livros na área da educação.



Perissé abordou os “pecados” da educação a partir de suas experiências enquanto estudante e, posteriormente, como professor. Listando problemas vivenciados no ambiente escolar e associando metaforicamente estes aos pecados capitais e contrapondo-os às virtudes, o convidado expôs contradições, limites e desafios para professores, gestores e governantes. A gula, por exemplo, refere-se à limitação de fontes e concepções oferecidas ao estudante. Em contraposição a este “pecado” é necessário cultivar a diversidade, que representaria a “boa alimentação” na educação. Autor de “Pedagogia do encontro”, Perissé também citou Paulo Freire e seus métodos libertários para falar da humildade, em contraposição à soberba tão comum na relação professor-aluno.

Iara Bernardi disse que a palestra de Perissé a fez refletir sobre a sua própria trajetória na educação, primeiro como aluna e depois como professora. A parlamentar ressaltou que, mesmo alguns “pecados” que ela vivenciou no seu tempo de estudante, serviram-lhe de aprendizado, pois, ao assumir a condição de docente, ela sabia que não poderia repeti-los com seus aprendizes. “Essa palestra nos permitiu refletir sobre os valores e os comportamentos dos professores na sala, mas também dos estudantes”, avalia Iara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O convidado tratou ainda do “ciclo vicioso” que é a relação difícil entre professores, alunos, gestores, governo e imprensa no debate sobre a educação. Para ele, a autocrítica de cada um dos protagonistas do processo educacional é o fator que pode romper esse ciclo. Para Iara Bernardi, o também parlamento pode contribuir muito com isso. “Enquanto parlamentares, costumamos exercer um papel privilegiado de mediadores nesse diálogo entre os vários atores envolvidos com a educação”, argumenta a deputada.



Audiência Pública realizada em 26/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar do PL 4731/2012, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.

Requerimento nº 272/13, da Dep. Alice Portugal, aprovado em 22/05/2013.

Participantes: Clélia Mara Santos Ferrari (Coordenadora-Geral de Redes Públicas Secretaria de Educação Básica – SEB/ MEC); Cássio Filipe Galvão Bessa (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE); Flávio Roberto de Castro (Presidente do SEPE – GO e Representante Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN).



Foto: Agência Câmara

O tema mobiliza sindicatos de professores de todo o País: o número máximo de alunos por turma nos diferentes níveis da educação básica. O foco da audiência pública foi o projeto de lei do Senado (PL 4731/12) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394/96) para estabelecer o limite de 25 alunos por sala na pré-escola e dois primeiros anos do ensino fundamental e 35 nos demais anos do ensino fundamental e no ensino médio.

Relatora da proposta na comissão, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) pediu o debate para que governos, escolas particulares e professores das redes pública e privada pudessem discutir um acordo sobre o tema. "Temos hoje uma desproporção muito grande da quantidade de alunos por professor. Os organismos internacionais de educação recomendam, no máximo, 35 alunos por sala de aula", disse a relatora. "Sabemos que há dificuldades na manutenção das escolas brasileiras e no cumprimento do piso salarial, que é basilar para os professores, mas buscaremos um ajuste dentro do possível, que não constitua agressão pedagógica aos estudantes", continuou. Alice Portugal destacou que há, inclusive, um limite físico para que o professor se possa fazer ouvir em turmas muito grandes. Ela lembrou que muitos docentes entram de licença médica em virtude de problemas na voz.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 28/11/2013

Audiência Pública destinada a tratar das metodologias de alfabetização na educação infantil.

Requerimento 315/2013 do Deputado George Hilton.

Participantes: João Batista Araújo e Oliveira (Presidente do Instituto Alfa e Beto – IAB); Bráulio Porto (Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UNB).



Foto: Agência Câmara

Especialistas convidados para debater as metodologias de alfabetização na Educação Infantil avaliaram que a falta de metodologia, associada ao excesso de ideologias na formação dos profissionais, prejudicam a qualidade do ensino. Os especialistas reclamaram que, para não ferir a liberdade criativa do professor, o Brasil praticamente não possui diretrizes de alfabetização.

O professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Bráulio Porto também criticou o excesso de ideologias na formação dos professores e considerou a inserção de temas transversais nas disciplinas tradicionais brasileiras como prejudiciais. “O excesso de doutrinação ideológica reduz o espaço dedicado à alfabetização e aos outros conhecimentos básicos como português, matemática e ciências. Enquanto as faculdades de educação de Cingapura oferecem 18 disciplinas de matemática, ciências e língua materna; no Brasil, as faculdades costumam oferecer apenas uma ou duas disciplinas de matemática, ciências e língua”, observou.

O líder do PRB, deputado George Hilton (MG), que propôs o debate, assinalou que só dinheiro não vai resolver o problema da Educação brasileira. “A ciência se desenvolve testando hipóteses. Se dinheiro resolvesse o problema, por que Somália e Gana estão mais bem classificadas do que o Brasil em Matemática e Ciências, segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional”, questionou Hilton.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

De acordo com o presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB), João Batista Araújo e Oliveira, o maior erro é achar que mais dinheiro resolverá o problema da educação no Brasil. “Não se resolve a formação do professor sem oferecer um plano de carreira. É preciso ampliar a base de recrutamento. Os professores não precisam ser somente egressos da faculdade de educação, porque os 10% mais mal colocados no Enem são os alunos que vão para as faculdades de educação”, criticou. Na opinião do dirigente, os professores podem ser de qualquer especialidade, desde que dominem o conteúdo a ser ensinado. João Batista destacou, ainda, que o Brasil tem o dobro de professores que precisa. “Enquanto não acabar com essa ineficiência, não teremos como pagar bem os professores. É errado pensar que temos que investir mais dinheiro em educação para manter esse nível de ineficiência que está instalado”, criticou.

O deputado Izalci (PSDB-DF) considerou o debate de grande relevância e lembrou que as deficiências são cumulativas na vida estudantil. “O alto índice de evasão escolar e repetência nas escolas deve-se, em grande parte, à má alfabetização desses alunos que saíram da Educação Infantil com uma base frágil e, nos casos mais extremos, não sabem nem ler e nem escrever. De fato, esse problema precisa ser discutido e resolvido na base”.

O debate, que também contou com a presença dos deputados Raul Henry (PMDB-PE), Iara Bernardi (PT-SP) e Celso Jacob (PMDB-RJ), terminou com comentários da plateia, como o do estudante de Economia da UnB Maurício Bento, integrante do grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL): “Se o pobre quer prover o seu conforto, ele tem uma escolha: vai à Casas Bahia e divide a compra em 24 prestações; para ter acesso aos serviços públicos, porém, ele só tem o Governo”.

(com informações da Agência Câmara)



Seminário realizado em 02/12/2013

Seminário para debater os impactos dos royalties do petróleo para a educação no Estado do Ceará.

Requerimento 331/2013 dos Deputados Alice Portugal e Chico Lopes.

Coordenador: Deputado Artur Bruno.

Participantes: Milton Canuto de Almeida, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e Paulo César Lima, Consultor Legislativo da Área de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Foto: Assessoria - CE



A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizou o 1º Seminário Regional para debater os impactos dos royalties do petróleo na educação, por solicitação dos deputados Artur Bruno e Chico Lopes.

Com a promulgação da Lei 12.858/13, que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, estabelece-se um cenário promissor para a educação brasileira, cujos efeitos mais decisivos serão percebidos em médio prazo. Assim, debates regionais são fundamentais para o esclarecimento de questões específicas, para a definição de prioridades e para o direcionamento de novos encaminhamentos.

O 1º Seminário Regional para debater os impactos dos royalties do petróleo na Educação reuniu mais de 500 pessoas na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dentre professores, gestores, estudantes e representantes do Poder Público e de Instituições ligadas à defesa da Educação, visando à otimização da aplicação dos recursos e, conseqüentemente, à eficácia na gestão das políticas públicas educacionais de nosso Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O Seminário aconteceu no dia 02/12/13, das 9 às 14 horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.



Seminário realizado em 04/12/2013

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e a bancada do Nordeste realizaram o Seminário com o tema "Toda escola do Semiárido com água, cozinha e banheiro", no auditório Freitas Nobre. A promoção do evento foi pedida pelos deputados Waldenor Pereira (PT-BA), Zezéu Ribeiro (PT-BA), Pedro Eugênio (PT-PE) e Paulão (PT-AL).

Requerimento 336/2013, do Deputado Waldenor Pereira.

Participantes: Gary Stahl (Representante do UNICEF no Brasil); Thiago Tobias (Diretor de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais do MEC); Joaquim G C Gondim Filho (Superintendente de Usos Múltiplos da Agência Nacional de Águas – ANA); Francisca Rocicleide Ferreira (Diretora do Departamento de Fomento à Produção e Estruturação Familiar da SNSAN – MDS); e Deputado Federal Zezéu Ribeiro.



Os parlamentares lembraram que “a região do Semiárido Nordestino compreende 18% do território nacional e com sua extensão de mais de 980 mil km², ocupa cerca de 60% do território nordestino. Ali vivem mais de 13 milhões de crianças e adolescentes que utilizam suas escolas, das quais aproximadamente 15 mil não contam com abastecimento de água, não têm banheiros ou cozinhas, o que destaca ainda mais as desigualdades em relação às outras regiões do País”. “Entendendo que este quadro não pode perdurar”, os deputados propuseram o seminário com diversos órgãos públicos e organismos internacionais, para que “possamos construir propostas de superação desta situação”.



Audiência Pública realizada em 10/12/2013

Audiência Pública destinada a discutir o PL 1.981/2011, que estabelece os procedimentos e critérios de que trata o artigo primeiro do Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos estados partes do MERCOSUL, promulgado pelo Decreto nº 5.518/2005, relativo aos títulos de pós-graduação e unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências.

Requerimento 326/2013, do deputado Waldenor Pereira, aprovado em 16/10/2013.

Participantes: Gonzaga Patriota (Deputado Federal, autor do PL 1.981/2011); Priscila Cândido de Oliveira (Coordenadora-Geral de Legislação e Normas da Educação - SESU/MEC); Martonio Mont'alverne (Coordenador da Área de Direito - CAPES/MEC); Vicente Celestino de França (Presidente da Associação dos Pós- Graduados – ANPGIEES).

Foto: Agência Câmara

O Projeto de Lei 1981/11 obriga as universidades brasileiras a reconhecer automaticamente os diplomas de pós-graduação de todos os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), desde que o reconhecimento valha somente para as atividades de docência e pesquisa. Pela proposta, não será necessário qualquer processo de revalidação dos diplomas nesses casos, independentemente da nacionalidade do futuro pesquisador ou docente no Brasil. A medida regulamenta o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, assinado em 1999 e previsto no Decreto 5.518/05.



Atualmente, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394/96), a revalidação depende do reconhecimento feito por uma instituição de ensino superior do País que conceda título equivalente ou superior. A regra, na prática, permite que cada universidade estabeleça um procedimento específico de revalidação, que acaba tendo consequências em concursos e processos de progressão na carreira de professores, por exemplo.

O Dep. Waldenor Pereira admitiu que a falta de regras gerais cria problemas para os estudantes, que enfrentam demora no reconhecimento dos cursos. O presidente da Associação dos Pós-Graduados, Vicente Celestino de França, afirmou que alguns processos ficam sem conclusão por até dez anos. O relator, no entanto, acredita que a revalidação automática dos diplomas poderia prejudicar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

a qualidade de ensino dos mestres e doutores no Brasil. “Hoje, já somos uma referência internacional em cursos de pós-graduação e não podemos voltar atrás”, declarou.

Pereira já havia apresentado um relatório contrário ao PL 1981/11 em junho deste ano, mas admitiu rever o documento e apresentar um substitutivo ao projeto. O novo texto, segundo ele, pode estabelecer um prazo máximo para a revalidação dos diplomas no Brasil.

O autor do projeto de lei, deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), participou do debate e explicou que os diplomas brasileiros são normalmente reconhecidos automaticamente em outros países do Mercosul. Segundo ele, a revalidação automática é necessária para qualificação dos professores do País. “Como vamos atender à regra de que os professores serão mestres e doutores se não temos como oferecer aos brasileiros cursos suficientes?”, questionou. Mas, segundo Martonio Mont'alverne, que é coordenador de Direito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma fundação do MEC, não há falta de vagas. “Só na área de direito, temos 89 programas de pós-graduação no Brasil e há uma perspectiva de aumento dos programas de mestrado e doutorado já em 2014”.

Mont'alverne apresentou uma série de programas de mestrado e doutorado de países vizinhos com curta duração e poucas exigências aos alunos. Alguns cursos de mestrado e doutorado, conforme ele, são oferecidos em módulos durante as férias e as turmas reúnem até 100 alunos. “São cursos de qualidade duvidosa e incompatíveis com o que é exigido dos estudantes nas instituições brasileiras. E eles representam a maioria das demandas de revalidação no Brasil”, alertou. O coordenador da Capes reconheceu que, muitas vezes, há demora nos processos de reconhecimento, mas criticou a revalidação automática: “há problemas sim, porém, isso não é motivo para revalidarmos diplomas fáceis, obtidos onde as pessoas não desenvolvem trabalhos, não publicam e não têm orientação condizente com os parâmetros brasileiros”.

Uma saída possível para o problema, segundo o deputado Izalci (PSDB-DF), seria a assinatura de convênios entre universidades brasileiras e estrangeiras. Os alunos saberiam, assim, que cursos têm seus diplomas revalidados antes de fazer a matrícula fora do Brasil.

Waldenor Pereira, que é professor universitário, concordou com a medida: “o Brasil já tem diversos acordos desse tipo para a graduação. As universidades estrangeiras obedecem, nesses casos, a regras pré-determinadas de grade curricular e qualidade das disciplinas. Claro que isso poderia ser estendido para os cursos de pós-graduação”.

(com informações da Agência Câmara)



Audiência Pública realizada em 10/12/2013

Audiência Pública destinada a tratar dos planos de expansão da rede federal de ensino, critérios e possibilidades regionais.

Requerimento 327/2013, da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Participantes: Aléssio Trindade de Barros (Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal – SETEC/MEC); Adriana Rigon Weska (Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – representando a SESU/MEC).



Foto: Agência Câmara

A autora do requerimento para realização da referida audiência, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, foi coordenadora do grupo de trabalho que analisou a Súmula de Recomendações aos Relatores da Comissão de Educação. A Súmula foi revalidada pelos membros da Comissão e, durante as discussões, firmou-se o compromisso com os membros da Comissão de realizar esta audiência para que fossem esclarecidos os critérios adotados pelo MEC para o estabelecimento do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino Técnico e de Ensino Superior.